

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

MARCO AURÉLIO GOMES BARBOSA

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO RIO GRANDE DO
SUL: UM ESTUDO HISTÓRICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

São Leopoldo

2009

MARCO AURÉLIO GOMES BARBOSA

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO RIO GRANDE DO
SUL: UM ESTUDO HISTÓRICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Ott

São Leopoldo

2009

Ficha Catalográfica

B238o Barbosa, Marco Aurélio Gomes
Origem e evolução do ensino da contabilidade no Rio Grande do Sul: um estudo histórico do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS / por Marco Aurélio Gomes Barbosa. – 2009.

124 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. Ernani Ott, Ciências Econômicas”.

1. Contabilidade – História. 2. Contabilidade – História – Rio Grande do Sul. 3. Contabilidade – Ensino. 4. Contabilidade – Ensino – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 657(091)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Rodrigues Quaresma – CRB 10/1790

Marco Aurélio Gomes Barbosa

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO RIO GRANDE DO
SUL: UM ESTUDO HISTÓRICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

Dissertação apresentada à Universidade do
Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovado em 03 de abril de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Beatriz Daudt Fischer – PPG em Educação - UNISINOS

Carlos Alberto Diehl – UNISINOS

Tiago Wickstrom Alves - UNISINOS

Prof. Dr. Ernani Ott (Orientador)

Visto e permitida a impressão.

São Leopoldo, _____

Prof. Dr. Ernani Ott
Coordenador Executivo PPG em Ciências Contábeis

Dedico este estudo a todas as pessoas que, ainda que involuntariamente, colaboraram para o surgimento e consolidação do ensino contábil no Estado do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

A presença da família representa fator indispensável para a superação de qualquer desafio. Assim, agradeço à minha esposa Raquel, ao meu sobrinho Lucas e à lembrança sempre presente de meus pais, Vanderlei e Neusa, e de minha “mana” Luciana.

Agradeço, ainda, a todas as pessoas que indireta ou diretamente contribuíram com este estudo. Em especial:

- ao Prof. Dr. Ernani Ott que, além de orientador, foi o grande incentivador e entusiasta deste estudo;

- à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento do curso de mestrado;

- ao Mestre e Amigo Prof. MSc. Walter Oleiro e sua família pelo incentivo e direcionamento em vários momentos antecedentes e concomitantes ao mestrado;

- ao incontável número de amigos, dentre eles, Manoel Filipe Fernandez, Mário Marin, Solimar Schmitt, Maximiliano Soares, Marcelo Abrão e seus familiares e a José de Ribamar Souza Filho, o Riba (in memoriam);

- à turma que ingressou em 2007 no Mestrado em Ciências Contábeis, em especial aos amigos Luiz Fernando, Diego, Fernanda, Fabiano, Franciele, Rosane, Adriana e Eloy que sempre estiveram presentes ao longo do curso;

- aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNISINOS, em especial aqueles que colaboraram para minha formação, Dr. Carlos Diehl, Dr. Marcos Antônio de Souza, Dr. Clóvis Kronbauer e Dr. Auster Nascimento;

- aos Professores de outros Programas de Pós-Graduação da UNISINOS que, da mesma forma, colaboraram com meu crescimento, Dr. Miguel Sellitto, Dr. Astor Hexsel e Dra. Beatriz Fischer;

- às Secretárias dos Programas de Pós-Graduação, principalmente a Sra. Ana Zilles, sempre solícita;

- ao Prof. Dr. Paulo Schmidt pela facilitação às informações e diversas contribuições, além da disponibilidade para a entrevista;

- ao Chefe do Departamento de Ciências Contábeis da UFRGS, Prof. MSc. João Marcos Leão da Rocha, pelo incontável número de vezes que me recebeu para facilitar a compreensão de diversos fatos e abrir várias portas, além do interesse e motivação demonstrados;

- aos Professores entrevistados, MSc. Mário Rebollo, MSc. Eloy Fenker, Esp. Mário Baginski, MSc. Egon Handel, MSc. Ceno Kops, Dr. Olívio Koliver e Dr. Gentil Corazza;

- à Sra. Ivone Meireles, secretária do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS;

- à Sra. Carmem Aveline pela disponibilização de seu acervo familiar;

- ao Prof. Dr. Cibilis da Rocha Viana;

- à Sra. Naida Menezes, historiadora responsável pelo levantamento histórico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS;

- ao Sr. Hélio Moro, exemplo de preservação da cultura e história no Colégio Mauá;

- ao Sr. Paulo Rivatto e a Sra. Márcia Ibañez, pela dedicação junto à Biblioteca e ao Centro de Cultura do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul;

- à Sra. Ana Virgínia Pinheiro da Biblioteca Nacional;

- ao setor de imprensa do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa;

- à Presidência do Jornal Correio do Povo, em especial a Sra. Eralda, pela disponibilização da Central de Pesquisas;

- ao setor de obras raras da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS);

- à Sra. Delésia Velho da Associação Comercial de Porto Alegre.

Por último, porém mais importante, agradeço a Deus por sua graça presente em todos os momentos.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo evidenciar a origem e a evolução do ensino da contabilidade no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase, a partir de 1909, na Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade de Direito que, posteriormente, se tornaria a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde surgiu o primeiro curso de Ciências Contábeis do estado. Para atingir este objetivo realizou-se uma pesquisa qualitativa, fundamentada em referências bibliográficas, jornalísticas, documentais e orais. A origem do ensino contábil no Rio Grande do Sul reporta-se ao aprendizado realizado em empresas comerciais e em órgãos militares e fiscalistas, ainda no período imperial brasileiro. Na década de 1870 verifica-se o surgimento da primeira escola a oferecer o ensino comercial, ainda como uma disciplina do ensino secundário. A partir do crescimento comercial e da organização dos profissionais contábeis no final do século XIX, o ensino, então comercial, emerge como uma nova opção aos estudantes e profissionais que buscavam novas oportunidades. A partir de 1901, com a Fundação da Escola Mauá, o ensino contábil toma força, motivando o surgimento de novas instituições, dentre elas a Escola de Comércio de Porto Alegre, que consolida este tipo de formação no Rio Grande do Sul. Além de instituições de ensino e da classe profissional, este estudo coloca em evidência personalidades que se destacaram nos cenários estadual, nacional e, algumas, internacional, tanto na origem quanto na consolidação do ensino contábil, por suas atuações em instituições de ensino e em órgãos de classe. Como forma de ilustrar alguns fatos e auxiliar na identificação de personagens-chave na instrução contábil, foram utilizadas ao longo desta pesquisa várias imagens retiradas das mais variadas fontes.

Palavras-Chave: História da contabilidade; Ensino comercial; Ensino Contábil; Escola de Comércio; Ciências Contábeis; UFRGS; Profissionais contábeis.

ABSTRACT

This study aims to highlight the origin and development of teaching of accounting in the state of Rio Grande do Sul, with emphasis, from 1909, on School of Commerce of Porto Alegre, attached to the Faculty of Law which will then become the Faculty of Economic Sciences of Federal University of Rio Grande do Sul - UFRGS, where emerged the first course in Accounting Sciences from the state. To achieve this goal there was a qualitative research, based on bibliographic, news, documentary and oral references. The origin of accounting education in Rio Grande do Sul refers to the learning achieved in commercial companies and military and tax agencies, even in the Brazilian imperial period. In the decade of 1870 there is the appearance of the first school to offer the commercial education, even as a subject in secondary education. From the growth of commerce and organization of accounting professionals in the late nineteenth century, the teaching, then commercial, emerges as a new option for students and professionals seeking new opportunities. From 1901, with the foundation of Mauá School, teaching of accounting takes strength, causing the emergence of new institutions, among them the School of Commerce of Porto Alegre, consolidating this type of education in Rio Grande do Sul. Besides institutions of education and professional class, this study highlights people that stood out in the state, national and some international scenarios, both in origin and in the consolidation of accounting education, for their performances in educational institutions and entities of class. As a way of illustrating some facts and assist in the identification of key people in accounting education, several images have been used throughout this study, retired from different sources.

Keywords: History of Accounting, Commercial Education, Accounting Education, School of Commerce, Accounting Sciences, UFRGS; Accounting professionals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sebastião Ferreira Soares.....	27
Figura 2: Dados estatísticos 1863 - 1865	29
Figura 3: Anúncio de emprego para Guarda-Livros	32
Figura 4: Anúncio do Collégio Emulação.....	34
Figura 5: Apelles José Gomes Porto Alegre	41
Figura 6: Collégio Ivo Affonso Corseuil.....	42
Figura 7: Sede Própria da Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre	45
Figura 8: Formandos da Primeira Turma de Guarda-Livros da Escola Mauá	48
Figura 9: Aulas de Escrituração Mercantil.....	49
Figura 10: Biblioteca e Sala de Estudos.....	49
Figura 11: Primeira Diretoria do Instituto Rio Grandense de Contabilidade.....	51
Figura 12: Conferência do Prof. Francisco D'Áuria realizada no Instituto Rio Grandense de Contabilidade.....	51
Figura 13: Revista Rio Grandense de Contabilidade	52
Figura 14: Ofício FCE 48/83.....	66
Figura 15: Alunos em viagem de estudos	69
Figura 16: Escritório Modelo do Instituto Médio de Comércio.....	70
Figura 17: Revista de Comércio e Industria do Rio Grande do Sul.....	73
Figura 18: Revista Contexto.....	74
Figura 19: Alcides Dias Antunes	75
Figura 20: Albino Mathias Steinstrasser	77
Figura 21: Cibilis da Rocha Viana	79
Figura 22: Egon Handel	80
Figura 23: Helmuth Stapenhorst	82

Figura 24: Henrique Desjardins	84
Figura 25: Registro do CRC/RS de Henrique Desjardins	85
Figura 26: Jorge André Prates Aveline	87
Figura 27: José Olavo do Nascimento	89
Figura 28: Olívio Koliver	91
Figura 29: Rudolf Ornstein	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fases da evolução do ensino brasileiro.....	23
Quadro 2: Obras de Sebastião Ferreira Soares.....	31

SUMÁRIO

1 ELABORAÇÃO DESTE ESTUDO	15
1.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	15
1.1.1 Primeira Abordagem	16
1.1.2 Segunda Abordagem.....	17
1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	22
2 A ORIGEM DO ENSINO CONTÁBIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ..	23
2.1 PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DO ENSINO CONTÁBIL NO RIO GRANDE DO SUL..	25
2.1.1 Sebastião Ferreira Soares.....	26
2.1.2 O Collégio Emulação	31
2.2 FORTALECIMENTO DO ENSINO CONTÁBIL NO RIO GRANDE DO SUL.....	34
2.2.1 O Club Caixeiral Porto-Alegrense.....	35
2.2.2 Club de Guarda-Livros	37
2.2.3 Collégio Rio-Grandense.....	40
2.2.4 Collégio Ivo Affonso Corseuil	41
2.2.5 Escola Mauá.....	44
2.2.6 Instituto Rio Grandense de Contabilidade	50
2.3 CONSIDERAÇÕES	53
3 O ENSINO CONTÁBIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	56
3.1 HISTÓRIA DO CURSO.....	56
3.2 O REGIME MILITAR (1964 – 1985).....	64
3.3 UM CURSO DE QUALIDADE.....	67
3.4 FORMAÇÃO PARA O MERCADO	68
3.5 A UFRGS E OS PERIÓDICOS CONTÁBEIS	71
3.5.1 Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul.....	72
3.5.2 Revista Contexto	73
3.6 PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES NOS ÓRGÃOS DA CLASSE CONTÁBIL	74
3.7 BIOGRAFIAS.....	76
3.7.1 Albino Mathias Steinstrasser	77
3.7.2 Cibilis da Rocha Viana	78

3.7.3 Egon Handel	80
3.7.4 Helmuth Stapenhorst.....	82
3.7.5 Henrique Desjardins	83
3.7.6 Holy Ravello	86
3.7.7 Jorge André Prates Aveline	86
3.7.8 José Olavo do Nascimento	89
3.7.9 Olívio Koliver	90
3.7.10 Rudolf Ornstein.....	93
3.8 CONSIDERAÇÕES	95
4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	97
4.1 CONCLUSÃO	97
4.2 RECOMENDAÇÕES	98
REFERÊNCIAS	99
ANEXO A – ALVARÁ DE 19 DE MAIO DE 1759.....	107
ANEXO B – MANUSCRITOS DE SEBASTIÃO FERREIRA SOARES.....	113
ANEXO C – JORNAL O ATHLETA.....	123
ANEXO D – DIPLOMA DE GUARDA-LIVROS DA ESCOLA MAUÁ	124

1 ELABORAÇÃO DESTE ESTUDO

A construção científica e profissional da Contabilidade remonta a diversos fatos históricos, conforme especificado nas obras de Lopes de Sá (2008), Schmidt (1996) e De Rocchi (2007), entre outros. Estes estudos tratam de sua origem e evolução em diversos pontos do mundo e, de uma forma generalista, no Brasil.

Da forma como a história da contabilidade e, principalmente, do seu ensino, é registrada no Brasil, tem-se a idéia de que todo o modelo utilizado no país foi importado e meramente aplicado, reproduzido, nas práticas nacionais. Com este estudo pretende-se colocar em evidência as importantes contribuições regionais à formação da cultura contábil nacional.

No ano de 2009 a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) comemora seu centenário, já que está em atividade desde sua inauguração como Escola de Comércio de Porto Alegre em 1909. Inicialmente, buscava-se elaborar um estudo que abordasse a história desta valorosa instituição, porém, dada a oportunidade e o surgimento de evidências históricas anteriores à sua criação, decidiu-se expandir o escopo do estudo.

A curiosidade em obter informações sobre o ensino contábil praticado no Rio Grande do Sul, desde sua origem, passou a nortear o interesse de pesquisa. Desta forma, passou-se a buscar informações sobre a origem e evolução do ensino contábil no Rio Grande do Sul, obviamente, sem perder o interesse pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Este tipo de estudo pode ser encontrado comumente em Programas de Pós-Graduação em Educação e História, como estudos aplicados à historiografia do ensino. Porém, num Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis é algo incomum. Devido a esta diferenciação, optou-se pela inclusão deste capítulo inicial que aborda a elaboração do estudo mediante a coleta e análise dos dados e os aspectos metodológicos.

1.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento e a análise dos dados são abordados de duas formas independentes. A primeira abordagem apresenta as informações encontradas sobre o ensino contábil no Rio

Grande do Sul, desde os mais remotos indícios até a criação do Instituto Rio Grandense de Contabilidade. Já a segunda abordagem relata a história da Escola de Comércio de Porto Alegre e de alguns de seus professores.

1.1.1 Primeira Abordagem

A identificação e descrição das primeiras instituições a ofertarem o ensino contábil no Rio Grande do Sul, ainda incluído nos chamados Cursos Comerciais, apresentaram-se como algo de grande complexidade. A inexistência de obras que relatassem o ocorrido foi, de fato, o grande desafio a ser superado.

Devido à debilidade dos registros da cultura e da história contábil, principalmente no Estado (WACHHOLZ, 2006), tornou-se necessário a busca por um norte inicial. Após diversas buscas, encontrou-se a obra de Franco (1983) que abordava a história do comércio de Porto Alegre onde, na página 80, afirmava que o Club Caixeiral Porto-Alegrense ofertava aulas de “Escripturação Mercantil”. Encontrava-se, assim, o ponto de partida da, até então, desorientada busca.

Com base nos relatos deste autor, descobriu-se que o Club Caixeiral Porto-Alegrense editava um periódico semanal denominado “O Athleta” e que a biblioteca pessoal do Sr. Germano Petersen, hoje pertencente à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), possuía a coleção completa deste periódico. Esta publicação foi de grande valia para a elaboração deste estudo.

Dado o período histórico estudado, séculos XVIII, XIX e XX, partiu-se para a busca de outros periódicos da época, visto que praticamente toda a comunicação de fatos e notícias davam-se por meio destes. Neste momento merece ser destacado o acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, onde pôde-se consultar raridades como: A Reforma; A Federação; Jornal do Commércio; Jornal do Commércio do Rio de Janeiro.

Além desta instituição, o acervo do Jornal Correio do Povo prestou grande contribuição tanto para esta fase do estudo como para a seguinte.

Todas as citações retiradas de periódicos, livros ou documentos de décadas anteriores foram transcritos na forma original, preservando a grafia da publicação, que se diferencia das

características atuais do idioma português. Esta precaução foi tomada para que não houvesse distorção nas idéias e argumentos de seus autores.

Após esta coleta inicial, que levou cerca de 90 dias, formou-se uma base de dados suficiente, porém não completa, para a realização da primeira etapa do estudo. O fechamento desta primeira fase deu-se por meio dos documentos coletados, principalmente sobre a Escola Mauá. Estes documentos, graças ao Sr. Hélio Moro, proprietário desta escola, estavam em perfeitas condições, o que facilitou a sua compreensão e análise.

Além do citado, as seguintes instituições foram indispensáveis para a coleta de dados: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Associação Comercial de Porto Alegre; Escola Mauá; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Biblioteca Riograndense; Acervo do Jornal Correio do Povo; Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul; Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho; Museu Joaquim José Felizardo; Colégio Marista Rosário; Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Acervo do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro; Escola de Administração Fazendária; Biblioteca do Museu Imperial e *Brazilian Government Document*.

1.1.2 Segunda Abordagem

A segunda abordagem refere-se à Escola de Comércio de Porto Alegre anexa à Faculdade de Direito, desde sua fundação até os dias de hoje como Faculdade de Ciências Econômicas. Esta abordagem foi realizada tendo como foco a instrução contábil oferecida pela instituição, não contemplando fatos outros relacionados aos demais cursos oferecidos por esta.

A busca inicial por dados foi dificultada pela falta de preservação de alguns documentos importantes da vida da instituição. Porém, obras como as de Fortini (1953) e Valle (1974), que foram publicadas ao longo de seus cem anos de existência, favoreceram a compreensão dos fatos. Além destas obras, alguns livros relativos às atas da organização e documentos isolados coletados nos arquivos da Faculdade e em acervos pessoais também auxiliaram no processo de contextualização do objeto pesquisado.

Nem toda narrativa histórica relacionada à Faculdade de Ciências Econômicas baseou-se em documentos ou publicações. Com o intuito de se buscar informações adicionais, não contempladas nos meios citados, principalmente a partir da década de 1960, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas com um roteiro estabelecido a partir dos seguintes direcionadores: experiência dos entrevistados enquanto alunos da UFRGS (o que nem sempre ocorreu); experiência dos entrevistados enquanto docentes; relevância do curso de Ciências Contábeis da UFRGS em suas vidas pessoais e/ou profissionais e; por fim, características de alguns dos professores da instituição.

Para estas entrevistas buscou-se identificar profissionais que tiveram relação com o ensino contábil oferecido pela instituição, quer como aluno, professor ou ambos, além do Professor Ernani Ott da UNISINOS.

Foram entrevistados:

- Eloy Antonio Fenker – ex-aluno e professor aposentado do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. Foi precursor da implantação de disciplinas ligadas aos sistemas de informações contábeis.

- João Marcos Leão da Rocha – professor decano do curso; já foi coordenador do curso de Ciências Contábeis e, atualmente, é Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da UFRGS.

- Paulo Schmidt – ex-aluno e professor; autor de uma extensa lista de obras contábeis; atua como coordenador da pós-graduação do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da UFRGS.

- Ceno Odilo Kops - professor decano do curso; já foi chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias e, atualmente, ocupa o cargo de Coordenador do curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

- Gentil Corazza – professor do Departamento de Ciências Econômicas, atuava como Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS na época da entrevista.

- Egon Handel – ex-aluno e professor aposentado do curso de Ciências Contábeis da UFRGS; por diversas vezes foi Coordenador do referido curso.

- Olívio Koliver – professor aposentado; foi Coordenador do curso de Ciências Contábeis da UFRGS, é detentor de diversos prêmios na área contábil e autor de inúmeros artigos técnicos e científicos.

- Mário Guilherme Rebollo – professor dos cursos de pós-graduação e graduação; decano do curso de Ciências Contábeis da UFRGS; conhecedor da vida e obra de muitos ex-professores da instituição.

- Carlos Henrique Baginski – professor recentemente aposentado; atuou por diversos anos com vários dos ex-professores da instituição.

- Ernani Ott – professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, coordenador do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis na mesma instituição; conviveu com diversos professores do curso de Ciências Contábeis da UFRGS em seus quarenta anos de atividade docente.

O primeiro entrevistado foi o Professor Dr. Ernani Ott. Esta entrevista serviu como um teste para as demais, dado que, na condição de orientador, o entrevistado poderia corrigir possíveis erros para que não ocorressem futuramente. Os demais professores foram entrevistados no período entre 31 de outubro e 10 de dezembro de 2008. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo com tecnologia digital.

Além de relatar os principais fatos do ensino contábil oferecido pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, optou-se, também, por descrever a vida e obra de alguns dos principais professores que atuaram nesta Faculdade.

Para a realização desta pesquisa precisava se definir os professores que deveriam ser destacados. A primeira solução proposta foi a verificação das pastas laborais dispostas nos arquivos do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS, porém, este arquivo possui mais de cem pastas, o que tornaria difícil a realização desta etapa do estudo na forma prevista.

A segunda solução proposta e adotada tratava de um levantamento realizado com os professores há mais tempo em atividade na instituição, onde estes deveriam listar, a partir de suas percepções, os profissionais com maior representatividade no ensino contábil da Faculdade. Após este levantamento selecionou-se dentre os citados os dez nomes mais lembrados que são apresentados na seção 3.7.

Para a caracterização das vidas e obras destes professores, além das entrevistas, recorreu-se às pastas laborais do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da UFRGS, ao acervo do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, aos acervos pessoais dos familiares e aos seus legados científicos deixados em livros, revistas, jornais e documentos diversos.

Dos professores apresentados neste estudo, foram entrevistados os professores Olívio Koliver e Egon Handel e, por telefone, se obteve uma conversa informal com o professor Cibilis da Rocha Viana.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Após a opção por contemplar neste estudo não apenas a história da Escola de Comércio de Porto Alegre, hoje Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, mas sim a história do ensino contábil no Rio Grande do Sul, elegeram-se como questionamento fundamental apresentar como se deu a origem e a evolução do ensino da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta indagação caracteriza-se como o problema de pesquisa (SILVA, 2006), que direcionou todos os esforços de coleta, análise e interpretação dos dados para a fundamentação desta dissertação.

Como forma de responder ao questionamento realizado e, principalmente, não perder o foco da pesquisa durante a sua realização, buscou-se como objetivo principal descrever a origem e a evolução do ensino da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul, enfatizando o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além deste objetivo principal, os seguintes objetivos foram buscados de forma secundária: contextualizar o surgimento do ensino contábil no Rio Grande do Sul; descrever as principais instituições e personalidades responsáveis pela origem do ensino contábil gaúcho; descrever os fatos que motivaram a criação do curso de Ciências Contábeis na UFRGS; identificar a relevância do curso de Ciências Contábeis da UFRGS para o ensino e a prática contábil no estado; identificar algumas das principais personalidades que fizeram parte do curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

Em relação à classificação metodológica, Beuren (2006) menciona que vários são os passos necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa em contabilidade. Neste sentido, as pesquisas podem ser classificadas quanto à forma de abordagem do problema, quanto ao objetivo e quanto aos procedimentos técnicos.

Nessa pesquisa, o problema foi abordado de forma qualitativa, na medida em que se buscou respondê-lo por meio de informações orais, bibliográficas e documentais (GIL, 1999).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como descritiva, pois descreveu-se a origem, o fortalecimento e a consolidação do ensino contábil no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2003).

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa pode ser classificada como documental, pois se utilizou diversos documentos, principalmente das entidades estudadas, como livros de história e publicações comemorativas de organizações (GIL, 1999); e como de campo, tendo em vista a coleta de dados e informações mediante depoimentos dos entrevistados (COLAUTO; BEUREN, 2006).

A pesquisa documental oferece o estudo de fontes primárias, que ainda não foram analisadas, e secundárias, informações já analisadas por outros pesquisadores (OLIVEIRA, 2003). Como fonte primária, utilizou-se documentos das entidades e de profissionais além de artigos e notícias de diversos jornais. Já como fonte secundária utilizou-se relatórios, biografias, currículos, ementas e símulas de cursos estudados.

Conforme apresentado na seção anterior, foram coletadas informações sobre a vida e obra dos professores que atuaram no curso de Ciências Contábeis da UFRGS mediante entrevistas, fazendo-se uso do método denominado de história oral. As entrevistas realizadas caracterizam a pesquisa de campo, principalmente por terem sido realizadas nos ambientes de convivência dos entrevistados.

Segundo Wachholz e Ott (2007), este método é indicado nos casos de busca de informações referentes à vida pessoal, acadêmica e profissional de quem se pretende estudar.

A história oral é baseada em depoimentos gravados que complementam as demais fontes, a fim de se obter um conhecimento mais apurado. Suas etapas são: gravação, transcrição e análise (MEIHY, 1996), sendo a entrevista a principal das etapas (ALBERTI, 2005).

No estudo da história da contabilidade, a história oral representa uma importante ferramenta para a obtenção de informações referentes tanto à sua aplicação prática quanto acadêmica (MATTHEWS, 2000).

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para melhor apresentar o conteúdo proposto neste estudo, este foi dividido em quatro capítulos.

Neste primeiro capítulo são apresentadas as técnicas utilizadas na elaboração do estudo dividido de acordo com os objetos de estudos abordados. Após, apresenta-se os aspectos metodológicos e esta seção que trata da apresentação do estudo.

O segundo capítulo aborda a origem do ensino contábil no Rio Grande do Sul, destacando as chamadas escolas de comércio e associações de relevância.

A origem do ensino contábil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul é tratado, de forma exclusiva, no terceiro capítulo deste estudo, dando ênfase a elementos que compõem a vida e obra de alguns dos principais docentes que contribuíram para construir a história da instituição.

No quarto capítulo se apresenta a conclusão do estudo e recomendações para futuros estudos, seguidas das referências utilizadas e dos anexos que representam elementos adicionais às informações apresentadas.

2 A ORIGEM DO ENSINO CONTÁBIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O surgimento do ensino contábil no Brasil passa pela criação da Escola de Comércio de Lisboa em 1759 (RODRIGUES; CRAIG; GOMES, 2007), pelo crescimento do comércio no começo do século XIX (REIS; SILVA, 2007) e pela legislação, principalmente a partir de 1808 (SANTOS, 2008).

A origem e crescimento da contabilidade estão associados, também, ao crescimento da educação como um todo (LEITE, 2005). Desta forma, torna-se necessário o entendimento da evolução educacional ocorrida no Brasil.

O ensino, no Brasil, pode ser classificado de acordo com a fase política do país. As fases que correspondem à evolução do ensino brasileiro podem ser verificadas no Quadro 1.

Colônia (1500 – 1821)	- Período jesuítico (1549 – 1759) - Período Pombalino (1760 – 1807) - Período Joanino (1808 – 1821)
Império (1822 – 1888)	- Período imperial (1822 – 1888)
República (1889 –)	- Primeira república (1889 – 1929) - Segunda república (1930 – 1936) - Estado novo (1937 – 1945) - Período populista (1945 – 1964) - Período do Regime Militar (1964 – 1984) - Período atual (1985 -)

Quadro 1: Fases da evolução do ensino brasileiro.

Fonte: Baseado em Leite (2005)

O começo da instrução brasileira deve-se à Ordem da Companhia de Jesus, formada pelos Jesuítas. Recém descoberto pelos portugueses, o país apresentava dificuldades logísticas, sendo necessária, além da educação, a catequização dos índios. Daí a justificativa para cinco décadas de total descaso. Partindo deste cenário, o governo português optou por confiar a uma ordem religiosa o começo da instrução no Brasil (LEITE, 2005).

Os Jesuítas, segundo Xavier (2003), baseavam sua educação na vigilância amorosa, na direção espiritual e na organização do tempo e espaço, sendo contrários à figura do mestre e seus castigos. Os ensinamentos centravam-se em gramática, humanidades e retórica, além de um curso elementar para a alfabetização e o ensino da doutrina na fé católica.

Neste período, muito pouco se sabe sobre a existência do ensino contábil. Porém, pode-se verificar a chegada na Bahia do Sr. Caspar Lamego, primeiro contador do Brasil, em

primeiro de janeiro de 1549 e Bastião de Almeida, nomeado Guarda dos Livros das Casas da Fazenda e dos Contos e Alfândega em 21 de maio do mesmo ano (RODRIGUES, 1989).

O período Pombalino marca o começo da instrução comercial em Portugal e, conseqüentemente, em suas colônias. Este período caracteriza-se pela nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para o cargo de Primeiro Ministro, no período de 1750 a 1777, pelo Rei Dom José (GUIMARÃES, 2006a).

O Marquês de Pombal promoveu mudanças na estrutura cultural de Portugal e suas colônias, remodelando a Universidade de Coimbra, criando as aulas régias e, a mais significativa, expulsando os Jesuítas de todos os territórios sob seu domínio (LEITE, 2005).

A expulsão dos Jesuítas deveu-se à crença de que o ensino promovido por eles era demasiadamente humanístico, não contemplando as ciências promotoras do desenvolvimento do país, deixando Portugal cientificamente atrasado, principalmente, em relação à Inglaterra e França (XAVIER, 2003).

Dando continuidade a estas mudanças é criada em Portugal, pelo Alvará de 19 de maio de 1759 (Anexo A), a primeira escola de comércio, com o claro objetivo de fortalecer o país e promover sua independência, criando empresas e aumentando os conhecimentos das técnicas comerciais dos comerciantes e empresários (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2002).

O interessado em matricular-se deveria ter, no mínimo, quatorze anos e, preferencialmente, ser filho de comerciante. O ingresso no curso dava-se mediante um exame em que o candidato deveria provar saber ler, escrever e contar bem, e o ensino fundamentava-se na aritmética, tida como a base do comércio, nos câmbios, pesos e medidas, nos seguros e na escrituração por partida dobrada, que era a última parte do curso (RODRIGUES; GRAIG; GOMES, 2007).

A importância do comércio motiva o Rei José a publicar um documento denominado Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, transcrito por Rodrigues (1985, p.5) onde consta que, “por ser o Comércio muito mais digno da atenção e do cuidado do Governo Supremo, do que os pleitos judiciais e as Fábricas Civis e Mecânicas; [...] que todos os mercadores fossem assentados e matriculados em um Livro Grande, formado para os ditos assentos e matrícula”.

Este documento representa a criação das juntas comerciais onde o Rei, além de ressaltar a importância do comércio, fazia clara referência à necessidade de registro dos Guarda-Livros, dos Caixeiros, dos Praticantes Portugueses das Casas de Negócios e das

Corporações, Sociedades Públicas ou Particulares. Profissional que não se registrasse na Junta do Comércio perderia o direito a atividade (RODRIGUES, 1985).

Em Porto Alegre, provavelmente devido à necessidade de controle do comércio, é criada em 1753 a Provedoria Real (MAZERON, 1928). Já em 1804, quando, segundo Perez (1945), havia em torno de quatro mil moradores, instala-se a Alfândega, na então Praça da Quitanda, hoje, Praça da Alfândega, por ordem da Carta Régia de 4 de julho de 1800. Tinha como seu primeiro Juiz o Doutor José Feliciano Pinheiro que tornar-se-ia, mais tarde, presidente da Província de São Leopoldo (FRANCO, 2006).

Ainda em 1804, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, publica a obra Princípios de Economia Política, marcando os primórdios do ensino comercial brasileiro (PELEIAS; BACCI, 2004).

O período Joanino caracteriza-se pela chegada, em 1808, da Família Real Portuguesa com, o então Rei de Portugal, Dom João VI. Nesta época identifica-se um dos primeiros avanços em relação ao ensino contábil no país, mediante a publicação de um alvará que determinava o uso do sistema contábil por partidas dobradas na escrituração mercantil pelos Contadores Gerais da Real Fazenda (VIANA; YOSHITAKE, 2006).

Após a exigência de utilização das partidas dobradas pelos servidores do Rei, surge a necessidade de qualificação dos profissionais. Segundo Rodrigues (1986), Dom João VI publica o Alvará de 15 de julho de 1809, que cria a Aula de Comércio na Corte do Rio de Janeiro e na Academia Militar. Estas aulas estavam sujeitas ao Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, através do Lente José Antonio Lisboa.

Já no Período Imperial, as aulas de comércio do Rio de Janeiro são modificadas pelo Decreto nº. 1763, de 14 de maio de 1856, formando o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Segundo este Decreto, o conteúdo passa a ser distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de contabilidade e escrituração mercantil (PELEIAS, 2007).

2.1 PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DO ENSINO CONTÁBIL NO RIO GRANDE DO SUL

Duas evidências principais de ensino contábil são verificadas no Rio Grande do Sul. A primeira trata da gestão dos serviços públicos e da oferta de informações ao Império, através

de um gaúcho, o Sr. Sebastião Ferreira Soares. Já a segunda trata de resquícios do então ensino comercial.

2.1.1 Sebastião Ferreira Soares

A biografia de Sebastião Ferreira Soares (Figura 1) apresenta uma vida dedicada à gestão pública do Brasil Imperial.

Nasceu SEBASTIÃO FERREIRA SOARES no dia 21 de abril de 1820, na Comarca de Piratinim, Província do Rio Grande do Sul. Foram seus pais FRANCISCO FERREIRA SOARES e FRANCISCA TERTULIANA DA COSTA. Fêz os estudos de humanidades na província natal e na côrte, cujo prestígio em matéria de ensino atraía os melhores espíritos. Muito jovem ainda, concluiu, na Escola Militar, o curso de ciências físico-matemáticas (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1945).

Formando-se na Escola Militar da Corte, retornou à Porto Alegre para alistar-se nas forças imperiais onde, durante a revolta de 1839, serviu como segundo-tenente no corpo de engenheiros. Após o término da revolta ingressou, por concurso público, na Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul, onde, após diversas promoções, chegou ao cargo de chefe de seção (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).

Em 1845 retomou, por ordem de Caxias, a organização dos trabalhos estatísticos da Província Sul-Riograndense. A partir de 1848 dedicou-se com afinco ao controle das finanças públicas, por meio de levantamentos estatísticos (TAUNAY, 1939).

O trabalho de Sebastião Ferreira Soares representou um salto nas informações, principalmente para o Império. Dada a inexistência, à época, de profissionais de sua capacidade, foi convidado a trabalhar na corte, conforme consta na Revista Brasileira de Estatística (1945, p.421).

Sua extraordinária capacidade de trabalho, aliada a uma invulgar dedicação, recomendava-o para novos e mais importantes empreendimentos. Transferido, em 1852, para o Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, aí encontra o clima adequado para a plena expansão de suas possibilidades de organizador. Dedicando-se com mais intensidade aos estudos econômicos, estatísticos e financeiros, cedo se tornou uma autoridade conhecida e acatada nas diferentes questões relacionadas com êsses três ramos do saber.

Ainda em Porto Alegre, no ano de 1852, Sebastião Ferreira Soares publica, pela Typographia do Correio, de Pomatelli, o livro Tratado de Escrituração Mercantil, por Partidas Dobradas, Aplicado às Finanças do Brasil, contendo 69 páginas (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).



Figura 1: Sebastião Ferreira Soares

Fonte: Revista Brasileira de Estatística (1945, p.420).

A publicação desta obra sucede a imposição do uso da escrituração contábil e do levantamento anual de balanços pelo Código Comercial de 1850 (PELEIAS; BACCI, 2004).

Peleias e Bacci (2004, p.53) afirmam em uma de suas notas que

apesar de os trabalhos de Sebastião Ferreira Soares serem anteriores aos esforços de Estanislau Kruszynski e de Carlos de Carvalho, é de supor que o trabalho desenvolvido em São Carlos tenha sido o primeiro sistema de Contabilidade pública implantado no Brasil. Esta hipótese pode ser levantada pela leitura da obra de Pinheiro e Pinheiro, na qual há a transcrição de diversos trechos dos trabalhos realizados por Ferreira, identificando a desordem no controle das contas públicas durante o século XIX.

Porém, há de se considerar o que Sebastião Ferreira Soares, citado por Pinheiro e Pinheiro (1998, p.41), afirma em sua obra: “O methodo ahi proposto foi, segundo consta, adoptado na Thesouraria provincial de S. Pedro, e em outras do império” e ainda,

[...] faço a applicação dos preceitos e regras do systema Mercantil a nossa contabilidade fiscal, dando-lhes uma nova formula; e não me consta que, alem de um resumido opusculo que escrevi e publiquei em 1850 na Cidade de Porto Alegre, se tenha no Brasil escripto sobre este importante assumpto.

Pode-se constatar, a partir desta informação, que antes mesmo da publicação de seu livro sobre o sistema de partidas dobradas, Sebastião Ferreira Soares já havia elaborado um manuscrito resumido sobre este mesmo tema, em 1850, fruto provável de sua experiência à frente da Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Outro fato relevante é a utilização do termo “contabilidade fiscal”, até então pouco difundido nas publicações de sua época.

Ainda em relação à contabilidade, reputa-se a este profissional os planos de reforma do Tesouro Nacional e da reorganização das Tesourarias da Fazenda. Foi, também, um dos fundadores do Club de Guarda-Livros do Rio de Janeiro e o primeiro auditor do Brasil (RODRIGUES, 1986).

Em seu relatório, Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba, e analyse crítica e economica dos negócios d’esta companhia, publicado pela Typographia Nacional em 1861, há o relato de minuciosa auditoria nos anos de 1855 a 1860, sobre o qual Sebastião Ferreira Soares assim se posiciona (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998, p.29):

No Diário e Copiador de Cartas da administração Pacheco se acham revestidas todas as formalidades determinadas no art. 18 de Código Commercial.

O Diário está escriturado segundo o sistema das partidas dobradas e em ordem cronológica sem intervalos em branco, raspaduras ou emendas que alterem a verdade dos fatos.

Segundo o sistema adotado pelo Guarda-Livros que organizou a escrituração da Companhia, os livros que existem eram os suficientes; mas conforme minha opinião seria muito mais conveniente para a clareza das transações da empresa que ao menos houvesse em cada estação, agência ou barreira um livro de receita e despesa própria, bem como um livro de contas correntes geral na estação central onde cada responsável à mesma Companhia tivesse aberta a sua conta individual. Contudo somente com os livros atuais preencheu o Guarda-Livros da Companhia o determinado nos estatutos, que deixarão isso ao arbítrio da gerência.

Segundo a Revista Brasileira de Estatística (1945), Sebastião Ferreira Soares participou ainda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dedicando a esta instituição diversos de seus trabalhos estatísticos, contendo informações sobre a economia dos estados, conforme Figura 2 e Anexo B.

IMPORTAÇÃO.	1863—64			1864—65			1865—66		
	NACIONAES	ESTRANGEI- ROS	TOTAL	NACIONAES	ESTRANGEI- ROS	TOTAL	NACIONAES	ESTRANGEI- ROS	TOTAL
Santa Catharina. . .	35:000\$	9:000\$	44:000\$	130:000\$	\$	130:000\$	19:000\$	2:000\$	21:000\$
Paraná e Alagoas. .	5:000\$	\$	5:000\$	4 000\$	\$	4.000\$	31:000\$	\$	31:000\$
Rio de Janeiro . . .	947:000\$	1:757:000\$	2.704:000\$	1.533:000\$	1.842:000\$	3.375:000\$	1.660:000\$	2.526:000\$	4.186:000\$
Sergipe	26:000\$	\$	26:000\$	30:000\$	\$	30:000\$	25:000\$	\$	25:000\$
Bahia	610:000\$	66:000\$	676:000\$	929:000\$	57:000\$	986:000\$	770:000\$	84:000\$	854:000\$
Pernambuco	955:000\$	107:000\$	1.602:000\$	1.115:000\$	130:000\$	1.245:000\$	1.347:000\$	37:000\$	1.384:000\$
	2.578:000\$	1.939:000\$	4.517:000\$	3.741:000\$	2.029:000\$	5.770:000\$	3.852:000\$	2.649:000\$	6.501:000\$
EXPORTAÇÃO									
Santa Catharina. . .	71:000\$	\$	71:000\$	53:000\$	\$	53:000\$	43:000\$	\$	43:000\$
Paraná	16:000\$	\$	16:000\$	19:000\$	\$	19:000\$	26:000\$	6:000\$	32:000\$
Rio de Janeiro . . .	2.489:000\$	96:000\$	2.585:000\$	3.217:000\$	41:000\$	3.258:000\$	1.566:000\$	41:000\$	1.607:000\$
Bahia	1.849:000\$	2:000\$	1.851:000\$	3.100:000\$	\$	3.100:000\$	2 117:000\$	\$	2.117:000\$
Sergipe e Alagoas. .	\$	\$	\$	10:000\$	\$	10.000\$	\$	11:000\$	11:000\$
Pernambuco	1.843:000\$	4:000\$	1.847:000\$	4.926:000\$	\$	4.926:000\$	3.005:000\$	1:000\$	3:006:000\$
	6.268:000\$	102:000\$	6.370:000\$	11.325:000\$	41:000\$	11.366:000\$	6.757:000\$	59:000\$	6.816:000\$

Comissão da statistica do ministerio de agricultura, commercio e obras publicas, em 30 de Abril de 1867.

O encarregado da statistica,

Sebastião Ferreira Soares.

Figura 2: Dados estatísticos 1863 - 1865
Fonte: Camargo (1868, p.102).

A obra de Sebastião Ferreira Soares representa a visão de um homem com profundos conhecimentos em filosofia, latim, francês, inglês, contabilidade, estatística, matemática, economia, finanças, comércio, administração, agricultura, história, política e estética (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).

No Quadro 2 apresentam-se as obras de caráter múltiplo deste autor, divididas em manuscritos e impressos.

Manuscritos	<ul style="list-style-type: none"> - Bosquejo Financial ou Apontamentos sobre o Systema Fiscal-administrativo do Império do Brazil - Estatística: Systema theorico e pratico desta Sciencia social, moral e política (1870) - Estatística: Systema theorico e Pratico deste ramo das Sciencias sociais, moraes e políticas - Estatística: Theoria e demosntração dos Factos sociaes - Estudo financial ou Analyse das Rendas e das Despezaz do Imperio do Brazil desde 1822 até 1875 - Estudos financiaes applicados ao Imperio do Brasil - Finanças ou Estudos históricos e analyticos sobre as Rendas e Despesas publicas do Imperio do Brasil - Máximas - Projecto de reorganização das Thesourarias de Fazenda - Projecto de reorganização do Thesouro Nacional - Recreação brasileira, scientifica e moral dedicada á mocidade de ambos os sexos - Tradução do Anglo-Brazilian Times, de 22 de junho de 1874: Estatística so Commercio Maritimo do Brasil de 1869-70 organizada pela Comissão dirigida pelo Dor Sebastião Ferreira Soares - Demonstrativo da receita e despesa da província do Rio Grande do Sul, nos anos de 1845 a 1851 (1852) - Sustentação das Reformas do Thesouro e Thesourarias e do Systema geral da Contabilidade fiscal (1853) - Breves considerações sobre a revolução de 20 de setembro de 1835, acontecida na província de S. Pedro do Sul ou analyse critica e imparcial de carta official e itinerário militar do ex- intitulado ministro da guerra os dissidentes Manuel Lucas de Oliveira, datados de 3 de maio de 1844, e dirigidos ao exmo. Conselheiro Manuel Antonio Galvão (1854) - Plano de reforma da contabilidade do Thesouro Nacional (1854) - Bosquejo Financial ou Apontamentos sobre o Systema Fiscal e Administrativo do Imperio do Brazil (1856-1857) - Estatística nacional da Navegação de Cabotagem (1871) - Memoria estatística do Commercio de longo curso e de cabotagem da Cidade de Santos da Provincia de São Paulo (1871) - [Carta dirigida ao Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda, expondo] o estado em que se achão os trabalhos da Estatística do Commercio Maritimo do Imperio que forão mandados organizar sob a minha immediata direcção (1872) - Estudo sobre a administração dos Estados (1872-1873) - Estatística do Commercio e Navegação (1873) - Systema para a impressão da Estatística do Commercio Maritimo do Brazil (1873) - Estatística Synthetica do Commercio Maritimo do Imperio do Brazil (1875-1876) - As Finanças ou Estudos históricos e analyticos sobre as Rendas e Despesas publicas do Imperio do Brazil – 2 volumes (1876) - Finanças ou Estudos historicos e analyticos sobre as Rendas e Despesas Publicas e sobre as Operações de Credito e Systema Monetario do Imperio do Brazil, desde 1822 a 1875 (1877) - Carta confidencial ao Ministro da Fazenda, Conselheiro Gaspar Silveira Martins, onde relata sobre organização da Estatística do Comércio Marítimo do Brasil, nos exercícios d 1869 a 1872, e encaminha o Projeto de Regulamento da Repartição Especial de Estatística (1878) - Projecto de reorganização das Thesourarias de Fazenda (1878) - Projecto de reorganização do Thesouro Nacional (1878) - Administração das Finanças do Brazil e sustentação das Reformas necessárias ao Thesouro Nacional e Thesourarias (1878) - Systema de Partidas Dobradas para a organização da Contabilkidade do Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda do Imperio do Brazil (1878) - Sociologia ou Sciencias das Leis e Theorias dos Factos Sociaes na sua forma e razão de ser (1879) - Finanças: Estudos sobre a converção do Papel Moeda em Moeda de Ouro (1883) - Finanças: Estudos sobre a converção do Papel Moeda em Moeda de Ouro (rascunho) (1883) - Finanças: Estudos sobre a converção do Papel Moeda em ouro (1886) <p style="text-align: right;">Continua...</p>
-------------	---

Impressos	<p style="text-align: right;">...Continuação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tratado de Escripuração mercantil por partidas dobradas, applicado ás finanças do Brasil (1852) - Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios do Imperio do Brasil (1860) - A produção agrícola no Brasil (1860) - Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba, e analyse critica e conomica dos negócios d'esta companhia (1861) - Felicidade pelo casamento (1862) - Filosofia moral christa e política (1862) - Considerações, sobre a historia, para firmar a theoria da divisão do trabalho, e chamar ao gremio da civilização os aborígenes do Brasil (1862) - Invasão da ilha de Sancta Catharina em 1770: colhida de um velho manuscrito
-----------	---

Quadro 2: Obras de Sebastião Ferreira Soares
Fonte: Adaptado de Pinheiro e Pinheiro (1998).

Após consolidar-se na corte, Sebastião Ferreira Soares recebeu o título de Doutor em Filosofia ao defender sua tese em uma universidade na Alemanha. Faleceu no Rio de Janeiro em 1887. Sua morte motivou o orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. Visconde de Taunay, a fazer-lhe um elogio fúnebre em uma das sessões desta instituição (TAUNAY, 1939).

2.1.2 O Collégio Emulação

Ainda no período imperial, Porto Alegre e região começam a desenvolver seu comércio. O centro deste desenvolvimento dava-se na antiga Rua da Praia e arredores devido, principalmente, à localização da alfândega na principal praça daquela região (FRANCO, 2006).

Este crescimento era motivado, principalmente, por seu posicionamento geográfico estratégico. Segundo Franco (1983, p.20)

[...] Porto Alegre era o empório de todo o centro e o norte da província, em sua porção ocupada. Muito pouco se havia conquistado ao índio e ao sertão. Mas, ao longo do Jacuí, do baixo Taquari e do Vacacaí, o povoamento estava consolidado. As canoas cobertas alcançavam Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. De Rio Pardo, as carretas, em passo lento mas seguro, alcançavam Cachoeira e Santa Maria, a Fronteira Oeste e Missões. Também de carreta ou de lombo de muare, desciam para a capital os produtos de Santo Antonio da Patrulha, da Aldeia dos Anjos (Gravataí) e de Viamão, levando em troca as novidades trazidas pelos negociantes da rua da Praia.

Pode-se verificar que, da mesma forma que o crescimento comercial motivou as primeiras publicações contábeis e seu crescimento no norte da Itália a partir do século XV (SCHMIDT, 1996), o crescimento comercial no Rio Grande do Sul também fomentou o crescimento das práticas contábeis.

A profissão de guarda-livros estava ligada diretamente às funções do comércio desde a publicação da Carta de Lei de 30 de agosto de 1770 (RODRIGUES, 1985), quando os guarda-livros deveriam registrar-se na Junta do Comércio.

A importância deste profissional para o comércio e seus proprietários é exposta por Guimarães (2006b, p.7):

O commerciante compra ao industrial e vende ao consumidor; o industrial produz para vender ao negociante; o consumidor compra a este o que precisa para a sua manutenção. Este giro constante de produções, esta troca continua de coisas, não está, na rigorosa expressão de phrase, a cargo do industrial, do commerciante ou do consumidor. Aquelle dirige, o seundo é o intermediário, e este gasta, mas a operação, o resultado d'ella, o lucro ou prejuízo, de cada um e de todos tres, está exclusivamente a cargo do guarda-livros.

Elle recebe do industrial a nota dos dispendios feitos com o operario, com o machinismo, com a materia prima: compara as despesas com o resultado obtido e diz ao industrial quanto ganhou ou quanto perdeu. O commerciante diz ao seu guarda-livros por quanto comprou e por quanto vendeu, e este diz-lhe quanto ganhou ou quanto perdeu. E o próprio consumidor, se quer ter a sua casa bem governada precisa também de ter um guarda-livros ou de o ser – o que é o mesmo.

A partir da pujança do comércio e da ligação direta da função de guarda-livros às práticas comerciais, tornou-se necessária a qualificação e a formação de profissionais para, principalmente, a escrituração mercantil. Verifica-se, em 1894, um anúncio em jornais oferecendo emprego para Guarda-Livros, conforme Figura 3.

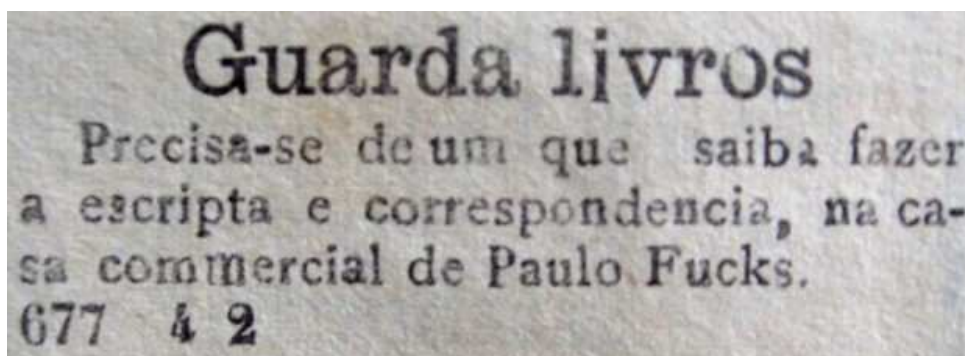


Figura 3: Anúncio de emprego para Guarda-Livros
Fonte: A Reforma, 10 de fevereiro de 1894, p.3.

É neste cenário de prosperidade econômica que algumas escolas e entidades de classe passam a oferecer as, então chamadas, aulas de comércio.

No ano de 1870 encontram-se os primeiros vestígios do ensino comercial no Rio Grande do Sul, conforme Figura 4.

O Collégio Emulação estava localizado na atual Rua Marechal Floriano, no Centro de Porto Alegre (FRANCO, 2006). Esta escola oferecia aulas de comércio para o ensino secundário da época, de forma pouco expressiva, associadas a outras disciplinas.

O ensino comercial era, de fato, pouco procurado. Segundo Peleias (2007, p.24) “[...] as aulas de Comércio não atraíam grande número de alunos. Outros cursos, como Direito, Engenharia e Medicina atraíam número maior de interessados das classes socialmente mais favorecidas na época”.

Em Porto Alegre esta situação se repetia. O Jornal O Athleta, de 04 de fevereiro de 1894, publicou, à página 03, um artigo assinado por F. Vicente Dias, comentando sobre outro curso comercial que surgirá.

(...) os jovens que felizes na escolha do pais, pódem antes de entrar para o balcão, receber completa educação, preferem, á trabalhosa mas honrosa vida commercial, serem bachareis, médicos sem clinica ou empregados públicos, ainda que lhes falte capacidade para occupar o ultimo lugar de empregado d’uma casa commercial!

Neste comentário o autor refere-se aos filhos de comerciantes que, uma vez bem estabelecidos financeiramente, preferem cursar outros cursos para, em alguns casos, buscar um emprego público, deixando de lado os estabelecimentos comerciais de seus pais.

Não se encontrou maiores evidências sobre este colégio que, provavelmente, não logrou êxito no ensino comercial. Assim como outras instituições, suas referências perderam-se em decorrência do tempo e da falta de preservação.

Nessas primeiras indicações, percebe-se um grande esforço de profissionais e entidades associadas à educação e ao comércio para a implantação do ensino comercial e, conseqüentemente, do ensino contábil no Rio Grande do Sul. Esta fase é tratada a seguir.

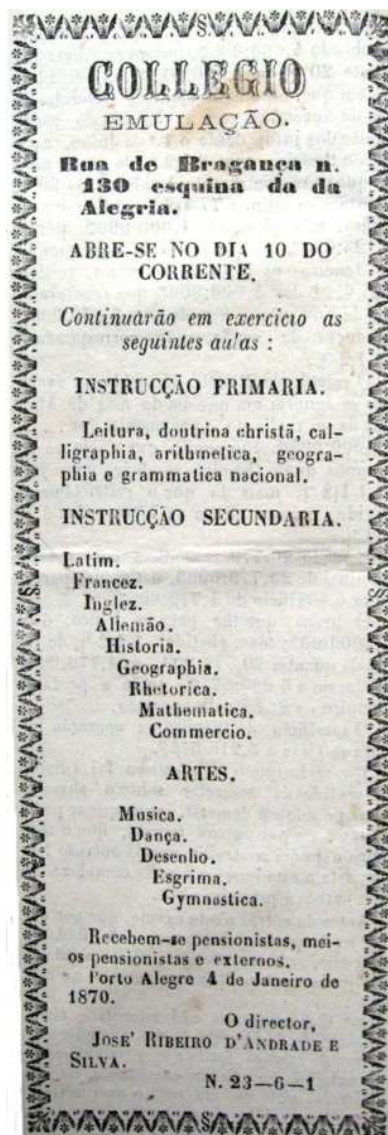


Figura 4: Anúncio do Collégio Emulação
Fonte: A Reforma, 04 de janeiro de 1870, p.2.

2.2 FORTALECIMENTO DO ENSINO CONTÁBIL NO RIO GRANDE DO SUL

O fortalecimento do ensino contábil, no final do século XIX, início do século XX, está associado a instituições representativas da classe contábil. Foi o caso do Club de Guarda-Livros do Rio de Janeiro, fundado em 1869 (RODRIGUES, 1987).

No Rio Grande do Sul este desenvolvimento esteve, inicialmente, associado às entidades ligadas ao comércio da região, visto que o guarda-livros representava um profissional elementar às atividades comerciais (GUIMARÃES, 2006b).

Dentre estas instituições duas merecem destaque: O Club Caixeiral Porto-Alegrense e a Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre.

Além destas instituições constam: o Club de Guarda-Livros do Rio Grande do Sul; o Colégio Rio Grandense; o Colégio Ivo Affonso Corseuil e o Instituto Rio Grandense de Contabilidade, que serão abordados na sequência.

2.2.1 O Club Caixeiral Porto-Alegrense

O Club Caixeiral Porto-Alegrense foi fundado em 1º de outubro de 1882 e localizava-se na atual Rua Sete de Setembro, nº 92, no Centro de Porto Alegre. Declaradamente inspirado na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, fundado dois anos antes, tinha o intuito de ser um clube de assistência mútua dos trabalhadores no comércio (SILVA JUNIOR, 2004).

Matéria publicada no jornal O Athleta (01 de novembro de 1891, p.01) sobre o Club Caixeiral Porto-Alegrense menciona:

No seu amplo seio elle recebe os seus irmãos de trabalho, dá-lhes mestres que os eduquem, franquea-lhes uma bibliotheca escolhida, proporciona-lhes civilizada e utilíssima sociedade, por meio de agradáveis reuniões, e nos dias pardos da desventura, esses companheiros de jornada da vida encontram também lenitivos para seus males phisicos e Moraes, consolo para as suas maguas, auxilio para as suas difficuldades. O corpo e o espirito são assumptos de seria attenção do humanitario grêmio.

Sua relação com o ensino contábil pode ser verificada nos seus estatutos. No capítulo 1º (do Club e seus fins), artigo 1º, parágrafo 6º, encontra-se um de seus objetivos (O ATHLETA, 08 de outubro de 1899, p.01):

Promover a instrucção e recreio entre os seus associados, sustentando aulas, organisando uma bibliotheca e proporcionando diversões que a Directoria julgar conveniente, uma vez que não affectem os interesses do Club, bem como influenciar sobre a collocação do socio desempregado.

Em 27 de dezembro de 1885 foi proferida no Club, pelo Dr. Thomaz Tomassini, uma conferência sobre cálculos e escrituração mercantil (O ATHLETA, 03 de janeiro de 1886, p.02):

Realisou-se no ultimo domingo, como estava annunciada, a conferencia sobre cálculos e escripturação mercantil pelo Dr. Thomaz Tomassini.

Ao meio dia, perante uma regular concurrencia de sócios e convidados, o presidente do “Club” explicando os motivos da reunião convidou o Sr. F. A. Borges Lima, como distincto guarda-livros, a tomar a cadeira da presidência.

Accedendo ao convite o Sr. Borges Lima abriu a sessão e deu a palavra ao Dr. Tomassini.

O illustrado professor, após uma breve allocução, em que agradecia o convite que lhe fora feito pela directoria do “club” dirigio-se á pedra e passou a fazer demonstrações praticas do seu methodo de contabilidade. Fez diversas operações de adicção, multiplicação, e divisão, contas de juros, contas correntes de juros recíprocos, com a maior facilidade e rapidez, explicando ao mesmo tempo o seu modo de operar, que se basea na simplificação.

Tratando em seguida da escripturação mercantil, apresentou quatro cadernos organisados por um seu discípulo, que sendo examinados pelas pessoas presentes, entre as quaes se achavam algumas muito habilitadas, foram julgados perfeitos, de accordo e em harmonia com as praticas em uso no commercio.

Ao terminar a sua conferencia o Sr. Dr. Tomassini, declarou declarou que os problemas por elle apresentados, comquanto não fossem mais do que um ligeiro esboço do seu methodo de ensino, demonstravam a excellencia do systema por elle adoptado em contabilidade, simplificando sempre esta por forma a facilitar os cálculos, muitas vezes complicadíssimos, que perturbam a marcha dos trabalhos do guarda-livros.

O Sr. Presidente “ad hoc” agradeceu ao illustrado professor o cavalheirismo com que aceitou o convite da directoria e fez inserir em acta um voto de louvor ao Dr. Thomaz Tomassini, que se torna digno de louvores pela dedicação com que se lança á nobre e árdua missão de preceptor da mocidade.

Por nossa parte felicitamos também ao digno cavalheiro e illustre professor.

Além de palestras, o Club oferecia aulas regulares de português, francês, aritmética e escrituração mercantil. Segundo comunicação do Club (O Athleta, 2 de julho de 1893, p.03), “O Caixeiro actual tem necessidade da luz redemptora da instrucção, porque elle convive em um meio civilisado; tem outras tendencias superiores as dos nossos irmãos do seculo passado, que esperavam bestificados o acaso, o imprevisto – a obra da Providencia”.

Devido a falta de inscritos nos cursos, as turmas de português, francês e aritmética foram encerradas, permanecendo apenas a de escrituração mercantil (O ATHLETA, 13 de agosto de 1893).

O Club Caixeiral Porto-Alegrense editava semanalmente, sempre aos domingos, um periódico chamado O Athleta (Anexo C). Este periódico apresentava assuntos diversos, que iam desde conteúdos relativos à vida do clube, até reivindicações da classe comercial,

composta por caixeiros viajantes, auxiliares e guarda-livros, além de informações e demonstrações contábeis.

O nome “O Atheta” surgiu influenciado pelos atletas da antiga Grécia. Porém, não foi aceito imediatamente pelos demais membros da direção do Club. Segundo esses diretores, chamar de atleta um jornal fraco e desprezioso era contraditório. Mas através da argumentação do Sr. Areimor, e da aceitação de todos, o periódico recebeu o nome em questão (O ATHLETA, 08 de outubro de 1899).

Não foi possível encontrar a última edição do jornal “O Athleta”. A última edição consultada refere-se a dezembro de 1899.

O Club Caixeiral Porto-Alegrense encerrou suas atividades em meados do século XX, tendo publicado, ainda, o Almanaque Comercial Mercúrio no período de 1927 a 1929. A criação do Club de Guarda-Livros, em Porto Alegre, apresenta-se como um dos motivos de seu enfraquecimento e posterior decadência.

2.2.2 Club de Guarda-Livros

O Club de Guarda-Livros, primeira associação profissional contábil de Porto Alegre, foi fundado numa manhã de domingo, no dia 03 de junho de 1894, nas dependências do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Sua primeira diretoria foi composta pelos seguintes senhores: Armando Mazon (1º Secretário), Frederico Santiago (2º Secretário) e Mazzarino de Moraes (A FEDERAÇÃO, 05 de junho de 1894).

Os estatutos do Club de Guarda-Livros eram praticamente iguais aos do Club Caixeiral Porto Alegre. Esta situação devia-se ao fato de o primeiro clube ter sido criado a partir de um grupo de profissionais que faziam parte do segundo, visto que tanto caixeiros como guarda-livros e ajudantes compunham a classe comercial (O ATHLETA, 17 de junho de 1894).

A criação deste clube gerou indignação na direção do Club Caixeiral Porto-Alegrense e nos redatores do jornal O Athleta. Segundo o redator, os guarda-livros representavam a classe profissional mais bem remunerada do comércio e a de maior prestígio nesta associação, inclusive, com total poder decisório em sua gestão (O ATHLETA, 17 de junho de 1894).

Embora publicado após a fundação do Club de Guarda-Livros, o Sr. Antonio Leite, redator do jornal O Athleta, assim se posiciona sobre sua futura criação (O ATHLETA, 10 de julho de 1894, p.03):

Em breve será fundada uma associação com este titulo, tendo por fim a união de todos os guarda-livros desta praça, e será instructiva e beneficente.

Não podia ser mais bello o de mais alevantada intuição o programma da nova sociedade, mas os iniciadores dessa associação não conhecem bem as mil dificuldades que tem de enfrentar uma instituição de tão agigantado golpe de vista.

Logo nos primeiros passos tem que arcar com a indiferença de uns e a má vontade de outros, e si isso não bastar, a defficiencia do numero virá fatalmente demonstrar a insustentabilidade de uma associação carecente de prosperas finanças.

Mas ainda é tempo de refletir.

O agrupamento de guarda livros não precisa existir á sombra das côres de um estandarte, póde viver sob o glorioso estandarte do Club Caixeiral, - agrupamento de irmãos de classe, que já conta em seu seio crescido numero de guarda-livros.

O Club Caixeiral não foi creado sómente para caixeiros, e por essa mesma razão implicitamente na cathogoria de sócios effectivos estão contemplados os guarda-livros.

O que pretende a nova sociedade que não possa realizar dentro do libérrimo pacto fundamental do Club Caixeiral?

Não acreditamos que uma lacuna de estatutos fechasse o caminho ao vôo dos nossos collegas; mas si, porventura, existisse não seria uma diffiuldade irremovível; elles são susceptiveis de reformas e ampliações.

As necessidades que o obrigam a criação do Club de Guarda-livros, que os obrigam á pratica da união, necessidades que não conhecemos, bem podiam encontrar conforto no programma do Club Caixeiral.

Reforme-se os estatutos na parte em que porventura possam ser defficientes; venha um contingente de guarda-livros com outros de caixeiros compôr o poder executivo, e as classes de funcionarios irmãos irão de mãos dadas pelo caminho do progresso e mais fortes assim constituídos, em virtude da lei da união.

Ao encarar-se o assumpto abstractamente parece ao observador não haver importância na existência das duas sociedades independentes, mas uma analyse conveniente, sem a qual não é licito avançar um passo em busca da incógnita do problema sociologico, nos mostrará logo o prejuizo da emulação esteril que indubitavelmente surgirá, e por outro lado o desperdício de forças que seriam preciosas, si convergissem para um mesmo ponto de intercepção.

Pensem, reflexionem os arvoradores do estandarte da separação, e não estamos longe de crer que reconhecerão que, si não ha erro na fundação da nova sociedade, ao menos os guarda-livros não tinham necessidade de se constituírem independentes do Club Caixeiral, cujos estatutos lhes dão os mesmos direitos, em tróca dos mesmos deveres, que ao caixeiro.

E' esta a nossa convicção e quiçá de grande parte de guarda-livros desta praça.

Após a fundação do Club de Guarda-Livros, a redação do Jornal O Athleta vem, novamente, posicionar-se (O ATHLETA, 17 de junho de 1894, p.03):

Assistimos, domingo passado, á installação desta nova associação e, em vista do programma apresentado pelo presidente da mesa, Ella não é mais do que uma... deessidencia do Club Caixeiral. Visa os mesmos intuitos, destina-se aos mesmos fins e a diferença, na raiz, é apenas o nome.

Seria impecavel essa associaçao si fosse fundada por outra classe que não a de guarda-livros, que já possui sociedade que tem por mesmo objectivo os fins a que Ella se destina.

Tem, por consequencia, a novel associaçao em vista a separaçao da classe dos guarda-livros da dos caixeiros.

O Club Caixeiral quando se fundou foi para advogar e melhorar as condiçoes dos caixeiros e guarda-livros, e, por essa razao, considerou na cathegoria de socios effectivos unicamente caixeiros viajantes e guarda-livros.

Essa cathegoria é a que goza dos maiores proventos, por isso mesmo que a Ella estão affectos todos os interesses do Club.

Esta cathegoria põe e dispõe do Club Caixeiral: só ella vota, só ella é elegível.

Deprehende-se disso que o Club Caixeiral não vê differença entre estes ou aquelles empregados do commercio e considera-os irmãos na gloria e no infortúnio.

Todas as cathegorias de socios do nosso Club têm direito á instrucção e recreio que o mesmo proporciona, mas os guarda-livros e caixeiros, isto é, a cathegoria de effectivos, não só tem direito a estas regalias, como ainda aos soccorros de toda natureza que necessitarem.

Ora, tendo os guarda-livros direito a todas as regalias que lhe conferem os estatutos libérrimos do Club Caixeiral, têm necessidade de se constituir em sociedade á parte?

Temos consciencia que a obscuridade de nossa intelligência não nos faculta argumentos em dilatado horizonte; mas, no perimetro em que é dado campear a nossa investigaçao, não encontramos justificativa ao commetimento desses nossos irmãos de trabalho,

Teria porventura o Club Caixeiral, de alguma forma, desgostado os guarda-livros?

Essa hypothese é tão absurda quão inadmissivel, porque a responsabilidade ahi recairia em grande numero de guarda-livros, cooperadores do Club, e esses só depois de frustrada uma tentativa de defeza dos collegas teriam direito a um rompimento.

Não acreditarão no programma do Club?

Não comporta o Club a grandeza de suas aspiraçoes?

Qual desses argumentos o conducente da verdade?

Qual o que determinou a creaçao de uma agremiaçao irmã da dos caixeiros e com os mesmos intuitos?!

Porque a assembléa que installou a nova associaçao, ouvindo o presidente da mesa declarar os fins da agremiaçao, não o interpelou sobre o motivo da creaçao de um novo gremio igual ao que a própria assembléa já possuia e com o mesmo programma?!

Porque, respondemos nós, o motivo não póde ser outro que uma inútil discriminaçao de resultados negativos, porque na Republica do Trabalho não ha distincçoes.

Mas... esta installada a nova associaçao; tem á sua frente cavalheiros respeitaveis e amigos nossos; cumprenos augurar-lhe um auspicioso futuro, como não podia ser illicito manifestar-nos contra sua extemporanea e injustificavel fundaçao.

Demais, si não vimos utilidade, não nos prejudica a existencia da sociedade irmã si não do ponto já demonstrado em nosso artigo anterior.

Além da redaçao do jornal, um associado que assina como Sellet, também indignado com a fundaçao do Club de Guarda-Livros, escreve para a redaçao (O ATHLETA, 17 de junho de 1894, p.03):

Escreve-nos um distinto consocio:

“Lendo no Jornal do Commercio um annuncio convidando os guarda-livros de Porto Alegre para uma reuniao no edificio em que funcçiona o Club Caixeiral, a ella compareci, não como guarda-livros, mas como socio desse Club, no desejo de

vêr em que bases se assentava a nossa aggremação, e tive o desgosto de vêr nada mais, nada menos do que simplesmente a mania de associação, como a mania dos cafés, das companhias e tantas outras que se desenvolvem nesta capital.

Digo isto porque as bases da nova sociedade são as mesmas do Club Caixeiral: - Beneficencia, Instrucção e Recreio.

Ora, existindo aqui uma sociedade, que julgo em nada ter desmerecido no conceito publico e onde os Srs. guarda-livros encontrarão todas as regalias existentes nessas mesmas bases, não póde deixar de ser mania a criação de outra.

Há quem diga que os guarda-livros, não querendo hobrear-se com os humildes caixeiros, crearam essa associação, e eu afirmo que não ha tal, porque vi caixeiros fazendo parte da assembléa geral, e, perguntando a um dos iniciadores como era isso, elle respondeu-me que eram ajudantes de escripta. Então tivemos uma pequena discussão e finalizei dizendo que qualificava a nova associação de – um segundo CLUB CAIXEIRAL com a denominação de Associação de Guarda-livros.

Sim, porque desta forma todos os caixeiros são ajudantes de escripta da casa em que estão empregados, e por conseguinte aptos para pertencerem á nova sociedade.

Eu julgava que formavam na mesma associação simplesmente os Srs. guarda-livros, tendo por único fim a beneficência, em caso de invalidez de seus collegas e associados, e não uma sociedade de recreio...

Enganei-me, razão porque digo aos dedicados socios do CLUB CAIXEIRAL:

- Em guarda!

Uma das funções do Club de Guarda-Livros, inspiradas nas do Club Caixeiral Porto-Alegrense, era a oferta de instrução aos associados. Em 1899 este clube ofertou no jornal Correio do Povo, em um anúncio assinado pelo então 2º secretário, Sr. Joaquim Lopo Gonçalves, aulas de escrituração mercantil, português, caligrafia e francês. Estas aulas estavam abertas, também, para não sócios (CORREIO DO POVO, 05 de novembro de 1899).

Não se encontrou evidências sobre o encerramento de suas atividades. Devido a escassez de informações em periódicos da época, acredita-se que tenha sido no começo do XX.

2.2.3 Collégio Rio-Grandense

O Collégio Rio-Grandense, fundado em 1876, oferecia ensino comercial anos antes de 1894, não sendo possível sua precisão (JORNAL DO COMMERCIO, 02 de fevereiro de 1894). Esta instituição funcionava na Rua Duque de Caxias, no Centro de Porto Alegre e, posteriormente, transferiu-se para a Rua Sarmiento Leite, também no Centro da cidade (FRANCO, 2006).

O colégio foi fundado pelo Sr. Apelles José Gomes Porto Alegre (Figura 5), com apenas 26 anos de idade. Natural da cidade de Rio Grande, foi homem de prestígio político e cultural no estado do Rio Grande do Sul. Criou o jornal A Imprensa e foi um dos fundadores do Partenon Literário (PORTO ALEGRE, 1980). Foi, também, professor da Escola Livre de Comércio de Porto Alegre, fundada em 1909, abordada no capítulo 3 deste trabalho.

A instrução contábil desta instituição estava a cargo do Lente e Guarda-Livros, Sr. Agostinho de Menezes Freitas que, segundo informações do periódico consultado, era um profissional de reputação indiscutível (JORNAL DO COMMERCIO, 02 de fevereiro de 1894).



Figura 5: Apelles José Gomes Porto Alegre
Fonte: Genealogia da Família Martins Costa (2008).

2.2.4 Collégio Ivo Affonso Corseuil

O Professor Ivo Affonso Corseuil atuou como diretor e professor na Escola Brasileira de Porto Alegre, antes de fundar seu colégio. Em 31 de janeiro de 1894 publicou, no Jornal A Reforma, um anúncio onde informava seu desligamento desta instituição e ofertava vagas

para o ensino primário em sua escola, para alunos com mais de 14 anos, a partir de 15 de fevereiro do mesmo ano.

Além do curso primário, o Sr. Ivo Affonso Courseuil oferecia aulas noturnas de escrituração mercantil, ministradas pelo Professor Joaquim Xavier Carneiro (JORNAL DO COMMÉRCIO, 06 de fevereiro de 1894), conforme Figura 6.



Figura 6: Collégio Ivo Affonso Courseuil
Fonte: Jornal do Commércio, 06 de fevereiro de 1894, p.5.

Em relação ao Sr. Joaquim José Carneiro e sua atuação como Guarda-Livros, sabe-se que em 1894 publicou a obra *Escrituração Mercantil*, destinado a preparação de guarda-livros (LOPES DE SÁ, 2008). Outra referência encontrada ao seu respeito comenta sua austeridade de costumes e os muitos atos de benemerência, que lhe tornaram um marco do crescimento da Religião Espírita Kardecista em torno de 1896 (WANTUIL, 2009).

O Collégio Ivo Affonso Courseuil preparava alunos para o comércio, empregos públicos e admissão em cursos superiores (LESSA, 1980).

A abertura do curso de escrituração mercantil repercutiu na cidade. O jornal A Federação, de 26 de janeiro de 1894, página 05, enalteceu a iniciativa do Prof. Corseuil, publicando a seguinte matéria:

Sensível lacuna em nosso ensino o profissional acaba de preencher o inteligente educacionista Ivo Affonso Corseuil, creando no seu estabelecimento um curso commercial.

Á boa parte da nossa mocidade que se consagra a nobilitante e futura carreira feliz ensejo se proporciona agora para preparar-se convenientemente recebendo, antes de transpor o balcão, o conjunto de conhecimentos theoreticos que constitue por assim dizer o eixo em torno do qual gira toda acção do commerciante moderno.

Com effeito, de ha muito que se fazia sentir aqui a falta de um curso de tal natureza. Formavam-se em escola superiores Bacharéis em diferentes sciencias, médicos, engenheiros, etc., só não havia meios para se preparar commerciantes.

Graças, porém, a iniciativa do Sr. Corseuil, temos agora um curso commercial, que esta a cargo do Sr. Joaquim Xavier Carneiro, conhecido professor nesta capital, onde tem demonstrado a sua competencia leccionando particularmente escrituração mercantil.

Já o Club Caixeiral Porto-Alegrense, como representante da classe commercial, publicou no jornal O Athleta de 04 de fevereiro de 1894, à página 03.

Annexo ao seu collegio, estabeleceu o distincto professor Sr. Ivo Affonso Corseuil uma aula de escrituração mercantil.

A Federação, noticiando este facto, considera prehenchida uma falta que se fazia sentir n'esta capital, e, alongando-se em considerações, diz que, graças a essa iniciativa póde a mocidade que se dedica ao commercio preparar-se convenientemente.

E' occasião oportuna para lembrar-mos que se tal lacuna existiu, não foi por falta de iniciativa, pois o Club Caixeiral, desde sua fundação, tem por várias vezes estabelecido aulas, não só de escrituração mercantil, como de outras materias que constituem o curso commercial, dirigidas por habéis professores. Entretanto essas aulas, que começaram com uma frequencia animadora, foram pouco a pouco ficando desertas, a ponto de ser a directoria obrigada a fechal-as!!

Isso demonstra o pouco amor da maioria dos nossos collegas ao estudo, não comprehendendo quanto lhes é sensível a falta d'esse conhecimento.

O resultado é, que mais tarde, quando ella sua honradez e contracção ao trabalho conseguem a posição de commerciante, falta-lhes a necessaria aptidão para dirigir e fiscalizar as principaes transacções commerciaes que não se limitam á compra e venda dos generos!

Oxalá a fundação do Curso Commercial que motivou estas linhas, produza para nossa classe o resultado que desejamos e seu fundador idealizou; entre-tanto, com pezar dizemos, não acreditamos, porque, em geral, os jovens que felizes na escolha do pais, pódem antes de entrar para o balcão, receber completa educação, preferem, á trabalhosa mas honrosa vida commercial, serem bachareis, médicos sem clinica ou empregados públicos, ainda que lhes falte capacidade para occupar o ultimo lugar de empregado d'uma casa commercial!

A falta de qualificação dos caixeiros e demais profissionais comerciais é, novamente, salientada no artigo do jornal O Athleta. Além disso, ambos os artigos ressaltam que o curso de escrituração mercantil oferecido pelo Sr. Ivo Affonso Corseuil, seria o primeiro a ser disponibilizado em Porto Alegre.

Esta situação motivou o Sr. Apelles Porto Alegre a manifestar-se em defesa do mérito do seu Collégio Rio Grandense, tido, por ele, como a primeira instituição a oferecer este curso na região. Esta situação pode ser verificada no artigo publicado no Jornal do Commercio de 02 de fevereiro de 1894, à página 02.

Illmo. Sr. Redactor do Jornal do Commercio.

Uma noticia publicada pela Federação de hontem, sob a epigraphe <Curso Commercial>, obriga-me a vir pedir-lhe um pequeno espaço em seu conceituado jornal para lavrar um protesto contra as inverdades e os conceitos injustos exarados na referida publicação.

[...]

Da notiela supra conclue-se que o Sr. Ivo Corseuil é o fundador do primeiro curso commercial creado nos collegios da capital; isto é inexato, porque há annos existe um no collegio Rio-Grandense e sob a direcção do provector guarda-livros Sr. Agostinho de Menezes Freitas, cuja competencia na materia ninguem em Porto Alegre põe em duvida, porque o mesmo é uma reputação profissional que não se discute.

Nunca fomos amigos de annuncios espalhafatosos, nem jamais pedimos a jornal algum elogios que occultassem no assombroso das palavras apparatusas o que nos compete na insignificancia dos merecimentos de professor; mas, como se trata de uma questão de direito, reclamamos aquillo que nos pertence par droit de conquêlé.

O collegio sob nossa direcção foi o primeiro nesta capital que fundou um curso commercial; si ha gloria nesse commettimento que nos tem custado sacrificios, como pode attestar o distincto Sr. Agostinho de Menezes Freitas, essa gloria pertencenos de direito e não ao Sr. Ivo Corseuil, a quem, sem conhecermos, fazemos a devida justiça de não julgal-o capaz de reclamar a posição da gralha da fabula.

[...]

Dada sua relevante contribuição à educação, principalmente dos jovens de Porto Alegre, o Sr. Ivo Affonso Corseuil recebe, ainda em vida, uma homenagem oferecida pelo Sr. João Chrysostomo, enaltecendo sua obra e sua vida (CORREIO DO POVO, 11 de abril de 1928, p.07).

2.2.5 Escola Mauá

Em 14 de maio de 1900 a Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre passou a oferecer aulas de português, frances, alemão, inglês, contabilidade e escrituração

mercantil. Em 09 de dezembro de 1901, por proposta do Sr. Oscar Canteiro, este curso passou a chamar-se Escola Mauá e, posteriormente, Curso Comercial Mauá (AEC, 1949).

A Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre foi fundada, também, inspirada pela Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, em 04 de outubro de 1899 e definitivamente instalada em 02 de fevereiro de 1900. Inicialmente, instalou-se na Rua 7 de setembro, nº 117, centro de Porto Alegre (Figura 7). Em 25 de março de 1903 a instituição mudou-se para seu prédio próprio, situado à Rua Dr. Flores nº 220, onde funcionou até o seu fechamento (AEC, 1949). Este prédio existe até os dias de hoje.



Figura 7: Sede Própria da Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre
Fonte: AEC (1950, p.27).

Para a ordem e manutenção do curso, a Escola Mauá possuía o seguinte regulamento (AEC, 1950):

Art. 1º - A Escola Mauá, hoje registrada sob a denominação de <Curso Comercial Mauá>, póde ser frequentada por todos os associados desde que se inscrevam na matrícula da mesma, paguem as contribuições estabelecidas e se sujeitem ao regulamento disciplinar que é fornecido gratuitamente aos interessados;

Art. 2º - O Curso Comercial Mauá compreende, por enquanto, dois anos de estudo e tem por finalidade diplomar guarda-livros (Anexo D), práticos, aptos para os serviços gerais de escritório;

Art. 3º - As contribuições fixadas para as diversas matérias serão pagas até o dia 10 do mês em curso com a mensalidade a que são obrigados os sócios;

Art. 4º - Aluno algum será diplomado, sem que tenha assistido, pelo menos, 50% das aulas ministradas;

Art. 5º - O aluno que se matricular nos últimos três meses do ano escolar será considerado ouvinte, não tendo o direito ao exame final;

Art. 6º - No mês de maio de cada ano haverá uma sabatina-exame, pela qual se apreciará a capacidade especial do aluno para promoção imediata ao curso subsequente;

Art. 7º - O aluno que insistir na falta às aulas, será sumariamente eliminado do quadro escolar;

Art. 8º - Fica expressamente proibido o uso do fumo durante o período das aulas;

Art. 9º - Os alunos devem ser pontuais nos horários de aulas;

Art. 10º - Não sendo o curso de datilografia um curso seriado, poderão os candidatos a essa matéria se matricular em qualquer época do ano, com direito à prestação de exame e diplomação;

Art. 11º - Aos professores cumpre assinar sua presença no livro do ponto que será visado pelo respectivo diretor;

Art. 12º - Deliberação alguma será tomada pelos professores sem ser ouvido, preliminarmente, o diretor do curso, que decidirá a respeito;

Art. 13º - Ao diretor cumpre providenciar sobre a cobrança das mensalidades, manter a disciplina, trazer em dia as cadernetas de chamada dos alunos e fazer os boletins mensais sobre o aproveitamento dos mesmos alunos.

Em 30 dezembro de 1901, os primeiros alunos da Escola Mauá (Figura 8) receberam o diploma de guarda-livros (Anexo D). O jornal Correio do Povo de 31 de dezembro de 1901 descreve esta solenidade na página 06:

Com os exames oraes de portuguez e escrituração mercantil, de que são professores os srs. Arthur Candal e Antonio Machado, terminaram ante-hontem os exames finaes da Escola Mauá, da Associação dos Empregados no Commercio.

Constituíram a banca examinadora de portuguez os professores Apelles Porto Alegre, Ulysses Cabral e Alvaro Porto Alegre, sendo a de escrituração mercantil composta dos srs. Emilio Ferreira, Henrique Borges e Mazarino de Moraes.

Os alumnos que se apresentaram a exame deram sobejas provas de adiantamento.

Antes de começar o acto o Sr. Alfredo de Freitas Chaves, esforçado e digno presidente da Associação, descobriu o retrato de nosso inolvidavel patricio visconde de Mauá, o qual fora collocado na sala da escola.

Em seguida, concedeu elle a palavra ao nosso talentoso patricio Apelles Porto Alegre, que proferiu o discurso official, fazendo, com o brilhantismo da sua palavra facil, o historico da vida do illustre extincto.

Logo após, procedeu-se aos exames, cujo resultado foi o seguinte.

Portuguez – Distincção: Constantino da Rocha, Arnaldo Sperb, Eugenio Medeiros e Ottomar Kappel; plenamente: Sylvio Vellozo da Silveira, Natalício Bueno, João da Matta Moraes e José Maria Calleya.

Francez – Distincção: Constantino Rocha, Arnaldo Sperb e João Martins da Silva Campos; plenamente: Eugenio Medeiros e João ad Matta Moraes.

Arithmetica – Distincção: Arnaldo Sperb; plenamente: Sylvio Vellozo daSilveira e Eugenio Medeiros.

Escrituração Mercantil – exame parcial. Plenamente: Antonio Martins, João L. Scherer, Frederico Henckel e Sylvio Velloso da Silveira.

Exame final – Distincção: Frederico Carlos Gerlach e Israel Torres Barcellos; plenamente: Gustavo Moritz e Constantino da Rocha.

As medalhas de ouro e prata offerecidas aos novos guarda-livros serão entregues a 2 de fevereiro próximo, por ocasião da posse da nova directoria da Associação.

Terminados os exames, a Associação offereceu a seus convidadps, professores e alumnos profusa mesa de frios e doces.

Iniciando a série de brindes, o Sr. Alfredo Chaves agradeceu aos professores e representantes da imprensa presentes á solenidade.

Em nome do director da escola, Sr. Arthur candal, que se achava ligeiramente enfermo, usou da palavra o professor Antonio Candal, que se achava ligeiramente enfermo, usou da palavra o professor Antonio Machado, que saudou aos seus collegas que haviam se prestado como examinadores.

Em nome desses, Ulysses Cabral proferiu belíssimo discurso sobre o commercio, enaltecendo a idéia de dar-se á escola o nome de Mauá, e dizendo o que fora esse digno brasileiro, cujo patriotismo salientou em brilhante apologia.

O seu discurso era, de momento a momento, interrompido por applausos, sendo o orador coberto de flores, ao termina-lo.

Como representante desta folha, e por delegação da Gazeta do Commercio, agradeceu a saudação que fora feita á imprensa o nosso companheiro Daniel Job.

O Sr. Alfredo Chaves saudou o Sr. Fructuoso Fontoura, a quem a Associação deve inestimáveis serviços.

Agradecendo, o Sr. Fructuoso Fontoura tratou do vulto de Mauá, que havia começado como simples caixeiro, alcançando as mais altas posições referiu-se ao desastre de que o mesmo fora victima e que de forma alguma empanou o seu nome; fez a apologia do Sr. Alfredo Chaves; referiu-se elogiosamente aos srs. Emilio Ferreira, Ulysses Cabral, Apelles e Appolinario Porto Alegre, os três últimos como preceptores; e, depois de concitar a mocidade do commercio a estudar, terminou por saudal-a.

O Sr. Apelles Porto Alegre agradeceu essa saudação, produzindo uma oração cheia de verdades e ensinamentos. A mocidade tudo deve merecer, porque nella é que está encarnado o dia de amanhã, mas não se deve esquecer aquelles que já tendo experimentado os embates da vida, guiam essa mocidade, apontando-lhe o caminho do dever e da honra.

Elle saúda, pois, á parte experiente da sociedade, representada em Alfredo Chaves, Emilio Ferreira e Fructuoso Fontoura.

O nosso companheiro Daniel Job lembrou os serviços inestimáveis de Victor Pinto Vieira, o infatigavel agitador da idéa da fundação da sociedade, que não descansou um momento, para que Ella fosse uma realidade.

Lembrou ainda o orador os nomes de Joaquim Sant’Anna, Damasceno Ferreira e outros e terminou saudando, em nome do “Correio do Povo”, os fundadores da sociedade.

Recebida com entusiasticos applausos essa saudação, o Sr. Alfredo Chaves propoz que fosse considerada como brinde de honra da festa.

Os exames prestados na Escola Mauá vieram, mais uma vez, provar a importância da Associação dos Empregados no Commercio.

Os alumnos arguidos demonstraram que estudaram que estudaram nas aulas mantidas por aquela associação, e que os professores, cumprindo os seus deveres, esforçam-se por bem ensinar-lhes.

O acto de ante-hontem, que foi também o pagamento de uma divida à memória de um brasileiro ilustre, sobremodo honra aquella associação, á qual apresentamos parabéns.

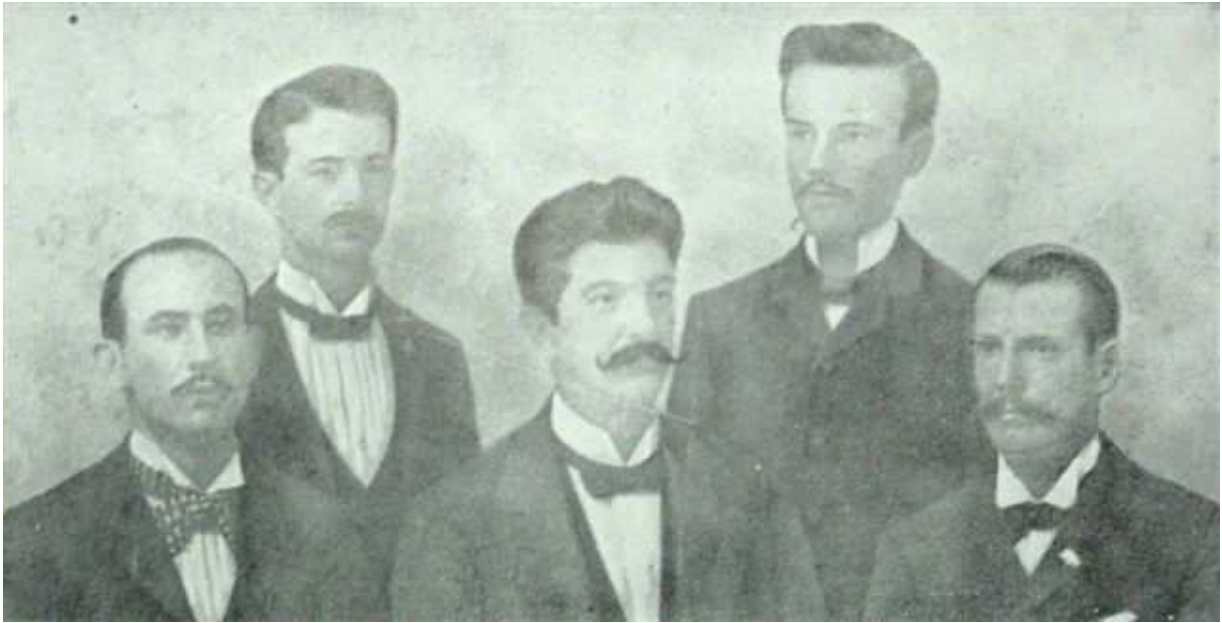


Figura 8: Formandos da Primeira Turma de Guarda-Livros da Escola Mauá
Fonte: AEC (1950, p.45).

Na foto encontram-se, da esquerda para a direita, sentados: Gustavo Moritz, professor Antonio Machado e Frederico Carlos Gerlach. Em pé: Constantino da Rocha e Israel Torres Barcelos.

Ao longo dos anos, destacaram-se os seguintes professores: Arthur Candal, Israel Torres Barcellos, Paulo de Souza Ribeiro, Henrique Zago, Padre J. Moreau, Dr. Antonino Machado, Dr. Arthur Pinto da Rocha, Ivo Affonso Corseuil, Dr. Oswaldo Vergara, Dr. Evandro Ribeiro, Dr. Oscar Fonseca, Leopoldo Tietboehl, Frei Bernardino, Léon Back, Dr. Aristides Casado, Dagmar Volkmer Dourado, Zilda de Lourdes Abel, Francisco Hiram Ferrari e Pedro Magalhães (AEC, 1949)

Além do ensino contábil (Figura 9) a Escola Mauá oferecia, em suas instalações, cursos de datilografia e uma biblioteca com revistas e livros (Figura 10).

A Escola Mauá consolidou-se como a primeira instituição a oferecer, por mais de cinquenta anos, formação contábil no Rio Grande do Sul. Sua formação foi inspiradora para a criação da Escola Livre de Comércio de Porto Alegre, que consolidou o ensino contábil no estado.



Figura 9: Aulas de Escrituração Mercantil
Fonte: AEC (1950, p.97).



Figura 10: Biblioteca e Sala de Estudos
Fonte: AEC (1950, p.67).

Na década de 1950, devido à decadência da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, a escola foi vendida para a iniciativa privada. Porém, o ensino comercial seguiu até meados da década de 1980. Nos arquivos desta instituição, após a sua venda, encontram-se os registros de mais de setecentos profissionais formados no curso técnico em contabilidade.

2.2.6 Instituto Rio Grandense de Contabilidade

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi fundado em 14 de janeiro de 1933 para congregar guarda-livros, contadores, diplomados ou provisionados, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Sua cerimônia inaugural reuniu diversas autoridades, como o Interventor Federal no estado, Sr. Flores da Cunha, e o Prefeito de Porto Alegre, Major Alberto Bins (PEREIRA, 1934).

O Instituto, inicialmente, pretendia tornar-se um sindicato. Mas devido às limitações legais, pela já existência de um sindicato da mesma classe profissional, na mesma região, sua diretoria decidiu realizar uma fusão com o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre (entidade ainda em atividade). Os sócios de qualquer uma das instituições podiam usufruir dos benefícios de ambos (OLIVEIRA, 1934).

A Figura 11 apresenta a primeira diretoria do Instituto, sendo composta pelos seguintes senhores, da esquerda para a direita: sentados, Carlos Carneiro da Cunha, João Ribeiro da Cunha, Heitor Braga, Affonso Sanmartin, Sandro Ribeiro e Florentino Nems, em pé, Guido Mondin, Oriovaldo Krug, Henrique Desjardins e Antonio Martins.

Nas biografias constantes no capítulo três, aborda-se o perfil profissional do Sr. Henrique Desjardins.

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi inspirado no Instituto de Contabilidade do Estado de São Paulo e, além disso, possuía boas relações com este. Em 04 janeiro de 1935, o Sr. Francisco D'Auria, presidente do instituto paulista, professor e pesquisador de renome internacional, fez uma visita à associação gaúcha, onde, além de realizar uma conferência (Figura 12), participou de um churrasco acompanhado de sua esposa.



Figura 11: Primeira Diretoria do Instituto Rio Grandense de Contabilidade
Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935a, p.3).



Figura 12: Conferência do Prof. Francisco D'Áuria realizada no Instituto Rio Grandense de Contabilidade
Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935a, p.33).

O Instituto Rio Grandense, logo após a sua fundação, começa a editar a Revista Rio Grandense de Contabilidade (Figura 13). O primeiro volume foi editado em outubro de 1934. Os editores da revista assim a identificavam (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. 1934, p.1)

Seus objectivos, sua orientação e seu programma estão subordinados ás disposições estatutárias do instituto Rio Grandense de Contabilidade.

Corporação de classe, creada hontem e que já congrega um grande numero de profissionaes no exercicio de suas actividades em todo o territorio do nosso Estado, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade tem por finalidade maxima approximar, reunir e irmanar toda a familia contabil rio grandense, na mais perfeita identidade de aspirações e na mais intima communhão de interesses econômicos, sociaes e culturaes.

Esta é a syntese dos objectivos do Instituto Rio Grandense de Contabilidade e, tambem, a das finalidades desta revista.



Figura 13: Revista Rio Grandense de Contabilidade
Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1934, p.1).

A Revista Rio Grandense de Contabilidade representou a primeira publicação gaúcha dedicada exclusivamente à contabilidade. Sua última publicação foi a de número 255, em novembro de 1955, tendo sido impressa por mais de vinte anos. A coleção completa desta obra pode ser consultada na biblioteca central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O Instituto Rio Grandense foi extinto na década de 1940, dando lugar ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS). O Presidente desta instituição, nesta época, Sr. Henrique Desjardins, foi registrado neste novo conselho com o número um.

Dada a extinção do Instituto e a abertura do CRC-RS, a Revista Rio Grandense de Contabilidade passa a ser a publicação oficial deste conselho que, ao longo de sua história, oferece artigos assinados por Professores como Cibilis da Rocha Viana, Antonio Lopes de Sá, Jorge Prates Aveline e, principalmente, do Sr. Henrique Desjardins.

Após o término da publicação da Revista Rio Grandense de Contabilidade, o CRC-RS passaria a editar outra revista apenas em julho de 1972.

2.3 CONSIDERAÇÕES

Em diversos jornais pode-se verificar a existência de demonstrações contábeis de meados do século XIX. Porém, a origem dos profissionais que as elaboraram não pode ser identificada.

Acredita-se que a instrução inicial dos guarda-livros de Porto Alegre dava-se mediante aprendizado prático, realizado nas próprias organizações, tanto públicas quanto privadas. Provavelmente, os primeiros profissionais desta região tenham sido oriundos da alfândega e de instituições públicas, como as forças armadas, por exemplo.

Os primeiros guarda-livros que chegaram neste estado podem ter tido sua formação tanto na Escola de Comércio da corte, associada, também, a Escola Militar, quanto na Escola de Comércio Lisboaeta.

Inegavelmente, o desenvolvimento contábil no Rio Grande do Sul passa pelas organizações profissionais, conforme tratado até aqui. O crescimento comercial na região

metropolitana, e seu favorecido acesso a outras regiões do estado, motivaram o crescimento do comércio.

O crescimento comercial também pode ser verificado em outras regiões do estado. Principalmente no sul do Estado, nas cidades de Rio Grande e Pelotas.

Rio Grande apresenta um comércio desenvolvido concomitantemente ao de Porto Alegre, principalmente por esta cidade ter o único porto marítimo da região. Em jornais como o Athleta, A Federação e A Reforma, diversos artigos são apresentados sobre esta região.

A cidade do Rio Grande apresenta, ainda, um desenvolvimento comercial superior ao de Porto Alegre no período correspondente à Revolução Farroupilha (1835-1845), quando Porto Alegre esteve sitiada por trincheiras. Além disso, esta cidade ligava-se diretamente, por via férrea a cidades como Bagé e Santa Maria, o que deslocava o comércio da Capital para esta região (FRANCO, 1983).

Pelotas também apresenta um comércio desenvolvido, principalmente na comercialização de charque. Além disso, em 1902 houve a criação da Academia de Comércio de Pelotas, que, em 1916 passou a se chamar Escola de Comércio de Pelotas (RODRIGUES, 1986).

Além das instituições abordadas neste capítulo, outras vieram colaborar para o ensino e a prática contábil no estado. São elas: Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul – ICARGS (fundado em 21 de dezembro de 1960); Associação Profissional dos Técnicos em Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul (fundado em 05 de março de 1969); Clube de Bacharéis em Ciências Contábeis (fundado em 24 de setembro de 1970); 6ª Seção Regional do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON; Associação Profissional dos Contadores de Porto Alegre – ACONTA (fundado em 04 de junho de 1979); Associação dos Professores de Contabilidade (fundada em 09 de novembro de 1974); e a Regional do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - OIO (RODRIGUES, 1987).

No final do século XIX, começo do século XX, percebe-se certa fragmentação do ensino comercial, onde diversas instituições passam a oferecer aulas de comércio. Porém, raras organizações consolidaram-se no mercado.

Nesta fragmentação, o Colégio Marista Rosário merece destaque. Com um curso comercial bastante procurado e, reconhecido como superior em 14 de abril de 1928, formou sua primeira turma de Peritos Contadores em 21 de dezembro de 1928 (CORREIO DO POVO, 22 de dezembro de 1928).

A partir do pedido dos Peritos Contadores, a instituição criou em 12 de março de 1931 um Curso Superior de Administração e Finanças. Em 1932 este curso recebeu o nome de Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, que representa o marco inicial da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), reconhecida como tal em 1948 (RODRIGUES, 2004).

Esta instituição formou mais de mil profissionais contábeis, nos níveis técnico e superior, até o ano de 1982, quando encerrou as turmas do curso técnico em contabilidade (RODRIGUES, 2004).

Pode-se verificar que o Rio Grande do Sul possui tradição e representatividade contábil, tanto profissional quanto acadêmica. Esta situação é fruto da construção de diversos profissionais e organizações no empenho pelo crescimento e valorização do profissional e, conseqüentemente, da profissão.

Vários foram os esforços para a consolidação do ensino contábil. Porém, nenhuma instituição logrou maior êxito, por tão longo período, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dada a sua importância para as Ciências Contábeis, tanto em âmbito estadual quanto nacional, sua história é tratada no capítulo três, a seguir.

3 O ENSINO CONTÁBIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

3.1 HISTÓRIA DO CURSO

A história do ensino contábil na UFRGS teve sua origem em 26 de novembro de 1909, quando os Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, respectivamente, diretor, secretário e professor da Faculdade de Direito, propuseram a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre (CARRION, 2000).

A proposta consolidou-se, conforme exposto na Ata nº 66 da Faculdade de Direito, de 26 de novembro de 1909.

Ata da 66a. sessão da Congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre - Aos 26 de novembro de 1909, reunidos na Sala das Sessões da Congregação os des. Manoel André da Rocha, diretor, Leonardo Macedônia Franco e Souza, secretários, e os drs. Alcides de Freitas Cruz, José Valentim do Monte, Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho, Plínio de Castro Casado, Manoel Pacheco Prates e Timótheo Pereira da Rosa, foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão antecedente, foi aprovada sem debate. Passando-se à ordem do dia toma a palavra o Sr. Normélio Rosa, que verbalmente relata o parecer da comissão composta dos drs. Timotheo Pereira da Rosa, Plínio de Castro Casado e Normélio Rosa, sobre o projeto dos srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolpho Simch, criando uma Escola de Comércio anexada à Faculdade. O sr. Normélio Rosa, depois de aplaudir a iniciativa dos signatários do projeto, entra em longas considerações sobre a organização das escolas de comércio; louva o projeto, bem elaborado, superior a organizações das academias de comércio de São Paulo e Rio de Janeiro; e declara que a comissão adota o projeto com as seguintes modificações: À 6.^a cadeira do 1.^o ano do curso geral acrescente-se Direito Constitucional. A cadeira de Estenografia, 7.^a do 1.^o ano do curso geral, passará para o 2.^o ano do mesmo curso. A cadeira de Merceologia, 6.^o do 2.^o ano do curso geral, seja denominada 4.^o cadeira do mesmo ano e curso. O artigo 8.^o seja substituído pelo seguinte: “A Escola de Comércio de Porto Alegre será custeada pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre”. Anunciada a discussão do parecer e do projeto, são ambos aprovados, com as emendas seguintes: do Sr. José Valentim do Monte, que “a 6.^a cadeira do 1.^o ano do curso geral tenha as seguintes denominações: Noções de Direito Público e Privado e Constitucional, Legislação Fiscal. Do Sr. Timótheo Pereira da Rosa: a 6.^a cadeira do 1.^o ano passará para o 2.^o ano; e a 6.^a cadeira do 2.^o ano para o 1.^o, em último lugar ambas. Do sr. Normélio Rosa – “a 5.^a cadeira do 1.^o ano do curso geral será denominada – Escrituração Mercantil”. Encerrada a votação do projeto e emendas, o sr. Diretor declara fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade Livre de Direito e levanta a sessão (VIZENTINI, 1979).

O interesse pela criação de uma escola de comércio anexada à Faculdade de Direito teve sua motivação a partir do curso da Escola Mauá, quando esta Faculdade situava-se, ainda, na esquina das Ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano (VALLE, 1974).

Em um relato realizado por Fortini (1953, p.14), através do testemunho do Sr. Henrique Desjardins, verifica-se a seguinte descrição das ações dos Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch:

De uma feita, em princípios do ano de 1909, saiu a “trinca” da Faculdade Livre de Direito – naquela época funcionava no prédio que atualmente é ocupado pela R.C.P., à rua Duque de Caxias esquina da rua Marechal Floriano – em direção à Alfaiataria do sr. Germano Petersen Junior, situada naquela época à rua dos Andradas, onde hoje existe a Avenida Borges, onde costumavam fazer ponto de parada. Aos poucos retiravam-se os outros, mas o desembargador Manoel André da Rocha permanecia ali até o entardecer – hora do jantar – para depois assistir à primeira sessão do Teatro Apolo.

Eram mais ou menos 17 horas do mesmo dia, quando retornaram à Alfaiataria Petersen os drs. Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, para cientificarem ao desembargador André da Rocha que se achava exposto, na montra da casa “Ao Trocadero”, loja de artigos para homens e de propriedade do português sr. José Bastos, e situada à rua dos Andradas, então número 220 A, um quadro com os retratos da turma de “guarda-livros” formados pela Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio.

Cientificados da “novidade”, seguiram os três em direção à casa “Ao Trocadero”. Lá chegados, ao deparar com o citado quadro, o desembargador Manoel André da Rocha sentiu que alguém já lhe tinha tomado a dianteira naquilo que já vinha alimentando há longo tempo e disse: “Precisamos fundar, quanto antes, a nossa Escola de Comércio. Simch, prepara o projeto para amanhã.

Assim foi feito e, a partir de sua fundação a Escola de Comércio de Porto Alegre passou a oferecer dois cursos distintos.

O primeiro denominava-se Curso Geral e tinha, inicialmente, a duração de dois anos. Porém, no primeiro dia de fevereiro de 1911 este curso passou a ter três anos (Ata nº6, 01 de fevereiro de 1912). Dado este fato, apenas a primeira turma do Curso Geral formou-se em dois anos.

Para ingresso no Curso Geral era necessário passar por uma seleção composta por provas de português, francês, alemão, inglês, matemática, história, geografia, estenografia e caligrafia (VIZENTINI, 1979).

As disciplinas do Curso Geral seguiam o modelo proposto pelo Decreto Federal nº. 1339, de 09 de outubro de 1905, ou seja: 1º ano – português, alemão, francês, aritmética, álgebra e geometria, escrituração mercantil e estenografia; 2º ano – alemão, inglês, física,

química, história natural, merceologia, contabilidade mercantil, noções de direito público e privado e legislação fiscal; 3º ano – alemão, contabilidade, inglês e direito público (VALLE, 1974).

O quadro de professores para o começo do Curso Geral reuniu profissionais que já possuíam experiência no ensino comercial em Porto Alegre. Como lente de português foi designado o Professor Apelles Porto Alegre, proprietário do Colégio Rio-Grandense. Para lecionar francês, Frei Bernardino (Bruno de Beveux), professor da Escola Mauá e, ainda, para alemão, o Professor Othmar Krausneck. Aritmética, álgebra e geometria o Professor Emílio Meyer e para estenografia o Professor Joaquim Antonio Ribeiro (VIZENTINI, 1979).

A disciplina de escrituração mercantil, única disciplina contábil do primeiro ano do curso geral, estava a cargo do jovem Israel Torres Barcelos (VIZENTINI, 1979). Este profissional formou-se na primeira turma de guarda livros da Escola Mauá, onde atuou por diversos anos, como professor e diretor (AEC, 1949).

Além dos professores André Manoel da Rocha e Francisco Rodolfo Simch, que já faziam parte do quadro da Faculdade de Direito, outros professores foram contratados: Joaquim Ribeiro, Santos Pardella, Alcibiades Silveira de Campos, Marques Pereira, Basil Sefton, Maurício Cardoso, Fernando Antunes, Oscar Germano Pedreira, Leon Back, Krausneck e Ivo Afonso Corseuil (FORTINI, 1953). Provavelmente alguns desses professores atuaram, também, no ensino superior. Porém este fato não pôde ser comprovado.

Em 10 de dezembro de 1911 ocorreu a formatura da primeira turma do Curso Geral, composto por 16 formandos, sendo: Achyles Hamel, Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolpho Mariath, Álvaro Fernandes Ribeiro, Aníbal Porto Braga, Archimino Selistre de Campos, Aristides Casado, Edgar Luiz Schneider, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, João Francisco Alvares, Oscar de Souza Neves, Rubem Germano Pedreira, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (FORTINI, 1953).

O segundo curso se denominava de Curso Superior, e tinha a duração de dois anos. Como requisito para ingresso exigia-se a conclusão do Curso Geral (CARRION, 2000).

No primeiro ano eram apresentadas as disciplinas de geografia e história comercial, contabilidade mercantil comparada, bancos, seguros, direito comercial (sociedades, falências, liquidações forçadas, direito cambial), inglês e alemão. Já no segundo ano; economia política ciência das finanças, contabilidade de estado, estatística comercial, noções de direito internacional, diplomacia e correspondência diplomática, legislação comercial, matemática

superior aplicada ao comércio, direito comercial (direito marítimo e seguros), italiano e espanhol (VALLE, 1974).

Em 18 de novembro de 1913 formou-se a primeira turma do Curso Superior, composta por oito formandos, tendo como paraninfo o Professor Francisco Rodolfo Simch. Foram formados: Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolfo Mariath, Aristides Casado, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (FORTINI, 1953).

A vida profissional dos formandos desta primeira turma pode ser verificada na obra de Fortini (1953) que demonstra a ocupação de cada um: Alcides Dias Antunes foi chefe da contabilidade da Prefeitura Municipal e professor; Alfredo Rodolfo Mariath formou-se, mais tarde, em medicina; Aristides Casado atuou como diretor de bancos e professor; Floriano José da Costa Filho atuou no comércio; Virgílio Bassano Cortese atuou como professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas e diretor do Banco da Província; Victor Sperb dedicou-se à indústria e a sua empresa Sperb & Cia.

Muito embora o Curso Geral não apresentasse grande quantidade de disciplinas associadas aos métodos contábeis, evidente se faz a sua relação à profissão contábil. Segundo Carrion (2000, p.16), este curso “habilitava técnicos para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da fazenda”.

O Curso Superior possuía formação com maior concentração de disciplinas contábeis e atuarias que, ainda segundo Carrion (2000, p.16), “preparava profissionais com formação atuarial e contábil para atuarem em empresas privadas e órgãos públicos, bem como para cargos de agentes consulares e funcionários do Ministério das Relações Exteriores”.

O primeiro grande reconhecimento conferido à Escola de Comércio de Porto Alegre pode ser verificado em 1916, apenas sete anos depois de sua criação. Em 04 de outubro daquele ano o governo federal publica o Decreto nº. 3.169, que declara a instituição como de utilidade pública, juntamente com a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro.

O Artigo primeiro do Decreto nº. 3.169, de 04 de outubro de 1916 tem o seguinte teor (VIZENTINI, 1979):

São consideradas instituições de utilidade pública a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, com sede na Capital Federal, e a Escola de Comércio de Porto Alegre, enquanto mantiverem e executarem o programa de ensino nos moldes estabelecidos no decreto número 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Os diplomas que

conferirem encerrarão presunção de habilitação para o exercício das funções comerciais a que se destinam, desde que seja instituída nos cursos a fiscalização oficial.

Este reconhecimento deve-se, entre outros, ao fato dos idealizadores do curso já o terem adequado, desde sua concepção, ao estabelecido no decreto nº 1.339 de 9 de janeiro de 1905, determinando que seu ensino seria essencialmente prático.

Desde a fundação da Escola de Comércio até o ano de 1931 poucas alterações ocorreram. A instituição continuava com seus cursos Geral e Superior. O ensino contábil também ocorria em outras instituições, representando uma ligeira fragmentação no ensino comercial.

A publicação do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, estabelecia que o ensino comercial deveria ser dividido em três cursos de três anos cada. Sendo um curso propedêutico, cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e um curso superior de administração e finanças, além de obrigar os contadores e guarda-livros, práticos ou diplomados, a se registrarem na Superintendência do Ensino Comercial (BRASIL, 1931).

O curso propedêutico era composto pelas disciplinas de português, francês, inglês, matemática, geografia, corografia do Brasil, história da civilização, história do Brasil, noções de física, química e história natural e caligrafia.

Os cursos técnicos apresentavam datilografia, mecanografia, estenografia, desenho, francês comercial, inglês, correspondência, geografia econômica, matemática comercial, matemática financeira, cálculo atuarial, estatística, economia e finanças, seminário econômico, direito constitucional e civil, direito comercial, prática do processo civil e comercial, legislação fiscal, legislação de seguros, contabilidade (noções preliminares), contabilidade mercantil, contabilidade industrial e agrícola, contabilidade bancária, merceologia e tecnologia merceológica, técnica comercial e processos de propaganda, história do comércio, indústria e agricultura e organização de escritórios.

Já o curso superior de administração e finanças oferecia as disciplinas de matemática financeira, geografia econômica, economia política, finanças e economia bancária, história econômica da América e fontes da riqueza nacional, direito constitucional e civil, direito internacional comercial, direito administrativo, direito industrial e operário, direito público internacional, política comercial e regime aduaneiro comparado, legislação consular, ciência

da administração, contabilidade de transportes, contabilidade pública, psicologia lógica e ética e sociologia.

Para que seus diplomas pudessem continuar sendo registrados, a direção da Escola de Comércio de Porto Alegre ajustou-se à nova realidade. Mas grandes dificuldades internas para a adaptação às novas exigências surgiram. Tanto que por dois anos não houve formatura na escola (VIZENTINI, 1979).

Os problemas de adaptação à nova realidade só foram contornados quando, em 13 de maio de 1933, o Conselho Superior da Escola de Comércio designou os professores para os cursos propedêutico e técnico (VIZENTINI, 1979).

No ano seguinte, em 28 de novembro de 1934, o Sr. José Antonio Flores da Cunha faz publicar o Decreto nº 5.758, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Este decreto cria a Universidade de Porto Alegre que, entre outras instituições, absorve em sua estrutura a Faculdade de Direito com sua Escola de Comércio (VALLE, 1974).

Este decreto marca profundamente a estrutura da Escola de Comércio e dá novos rumos ao ensino contábil praticado até então. A instituição agregada à Faculdade de Direito mantinha liberdade financeira e administrativamente. A partir deste decreto passa a ser dependente do governo do estado.

A situação dos anos seguintes ao Decreto nº 5.758 dificultou o desenvolvimento da instituição. Os recursos financeiros eram cada vez mais escassos e diversos professores, em atos de altruísmo, abriram mão de seus vencimentos em prol da manutenção da escola (Ata nº. 43, 13 de abril de 1936).

Além da falta de recursos financeiros houve o afastamento de professores por acúmulo de função, dado que diversos destes exerciam atividades paralelas em órgãos do governo do estado. Um dispositivo legal impedia o exercício de ambas as funções, levando-os ao afastamento da Escola de Comércio (Ata nº. 43, 13 de abril de 1936).

Dada a relevância da perda destes profissionais, a sessão extraordinária da Congregação da Escola de Comércio do dia 13 de janeiro de 1938, tinha como ordem do dia a homenagem aos lentes demissionários, conforme segue (Ata nº.46, 13 de janeiro de 1938):

[...] prestar homenagem aos professores que se retiram em obediência aos dispositivos da constituição que proíbe as acumulações remuneradas. Analisa, exalta e louva os serviços prestados a Escola, por fim faz carinhosa referência ao talento, cultura e capacidade de cada um dos lentes que se afastam [...]

Após o primeiro impacto da passagem da Escola para o governo estadual, Vizentini (1979) destaca um quadro de avanço na instituição onde, até 1950, houve um enriquecimento do corpo docente mediante novas contratações e um aumento significativo de alunos, tanto em quantidade quanto em nível.

No ano de 1945 duas alterações são verificadas na estrutura da instituição.

A primeira refere-se ao Decreto Estadual nº 789 de 11 de maio, que desvincula a Escola de Comércio da Faculdade de Direito, criando a Faculdade de Economia e Administração (URGS, 1978).

No momento da criação desta nova Faculdade percebe-se que o ensino contábil é relegado a segundo plano. Pode-se creditar esta situação à existência do curso de Administração e Finanças, único superior mantido pela instituição neste período.

Esta situação seria revertida ainda no ano de 1945. A segunda alteração na instituição é motivada pela publicação do Decreto Federal nº 7.988, que cria o curso de Ciências Contábeis e Atuarias e o de Ciências Econômicas.

Segundo este decreto o curso de Ciências Contábeis e Atuarias tinha a duração de quatro anos, com as seguintes disciplinas: 1ª série – análise matemática, estatística geral e aplicada, contabilidade geral, ciência da administração, economia política; 2ª série – matemática financeira, ciência das finanças, estatística demográfica, organização e contabilidade industrial e agrícola, instituição de direito público; 3ª série – matemática atuarial, organização e contabilidade bancária, finanças das empresas, técnica comercial, instituições de direito civil e comercial, 4ª série – organização e contabilidade de seguros, contabilidade pública, revisões e perícia contábil, instituições de direito social, legislação tributária e fiscal, prática de processo civil e comercial (BRASIL, 1945).

Além do ensino superior, o curso técnico em contabilidade também é criado, deixando de existir o curso de contador, que havia substituído o de guarda-livros. Para fiscalizar e regular as profissões de contador e de técnico contábil é publicado em 27 de maio de 1946 o Decreto Lei nº 9.295, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, consolidando a profissão e influenciando o ensino contábil.

Inicialmente, a profissão de atuário estava ligada à de contador. Em 1951, através da Lei nº 1.401 nº de 31 de julho, os cursos são separados. Até os dias de hoje a UFRGS oferece a formação de atuários (VALLE, 1974).

A Faculdade de Administração e Finanças da UFRGS adequou-se rapidamente à legislação, visto que já no ano seguinte ingressa a primeira turma de Ciências Contábeis e Atuariais, sendo a primeira instituição a oferecer o curso no Rio Grande do Sul.

Em 1949 formou-se a primeira turma de Bacharéis em Ciências Contábeis, formada por: Angelo Caldonazzi Silva, Eduardo Maria Bica, Jatyr José Rossi Corrêa da Silva, Laerte Ramos Vieira, Theobaldo Bobsin e Vinicius Antonio Maineri (VALLE, 1974).

No ano de 1950, já com o curso de Ciências Contábeis implantado, uma nova mudança institucional ocorre. A Faculdade, que havia surgido de forma independente e anexada a Faculdade de Direito, posteriormente repassada ao Governo Estadual, passa, neste momento, a compor o Sistema Federal de Ensino Superior.

Mediante a Lei nº 1.254 de 04 de dezembro de 1950 a então Universidade do Rio Grande do Sul deixa de ser mantida pelo governo do estado. A Faculdade de Economia e Administração, outrora Escola de Comércio de Porto Alegre, torna-se Faculdade de Ciências Econômicas, e passa a gozar das mesmas regalias e obrigações que outras instituições (FORTINI, 1953).

Desde sua criação, a Escola de Comércio funcionou agregada à Faculdade de Direito. No começo dos anos de 1950 suas instalações ainda eram no subsolo desta Faculdade. Ao lado do seu atual prédio, na avenida João Pessoa, em Porto Alegre, existia uma outra construção que abrigava o Colégio Julio de Castilhos até o dia 16 de julho de 1951, quando um incêndio o destruiu, restando apenas parte das fundações (CARRION, 2000).

Após reconstrução do prédio, em 1953, a Faculdade de Ciências Econômicas passa a ocupá-lo, firmando-se como uma instituição de ensino independente. Fortini (1953, p.07), sobre este fato, comenta que

dentro de poucos dias a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul passará a funcionar no edifício, completamente reconstruído e com mais um pavimento, onde esteve por longos anos o Colégio Júlio de Castilhos. Não deixará de ser um acontecimento para os meios educacionais, mormente aos ligados ao ensino comercial no Rio Grande do Sul.

Consolidava-se, assim, o ensino contábil gratuito no Rio Grande do Sul. Na Faculdade de Ciências Econômicas podia se encontrar tanto o curso de Bacharel em Ciências Contábeis, quanto o curso de Técnico em Contabilidade.

O curso Técnico em Contabilidade, que funcionava nos fundos da Faculdade de Ciências Econômicas, passa a ter gestão própria em 1960, através da Escola Técnica de Comércio, tendo como primeiro Diretor o Professor Clóvis Vergara Marques. Esta instituição funcionou na Faculdade de Ciências Econômicas até 1994, quando mudou-se para as suas atuais instalações na Rua Ramiro Barcelos, também em Porto Alegre (VIZENTINI, 1979).

O curso de Bacharel em Ciências Contábeis apresentou características e situações peculiares e outras situações marcantes ao longo de sua existência. A seguir se discorre sobre alguns destes fatores.

3.2 O REGIME MILITAR (1964 – 1985)

A mudança do regime governista no Brasil, no período de 1964 até 1985, trouxe mudanças para a UFRGS, inclusive na Faculdade de Ciências Econômicas e no curso de Ciências Contábeis.

O período de 1964 a 1968 é considerado o mais representativo. Estes anos são considerados os anos de chumbo da ditadura, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (JORNAL DO COMÉRCIO, 25 de novembro de 2008).

Professores e alunos que fossem contrários ao regime ditatorial eram perseguidos e fichados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), podendo, ainda, serem detidos por tempo indeterminado (ADUFRGS, 1979).

Neste período a figura do delator era constante entre a comunidade acadêmica. Baginski (2008) comenta que era comum o ingresso de novos colegas em qualquer período letivo. Este fato causava receio e temor na comunidade acadêmica.

Carrion Júnior (2000, p.111) relata as animosidades e os receios de quem frequentava a Faculdade de Ciências Econômicas no começo da ditadura:

Na medida em que a ditadura se aprofundava, nossos espaços diminuía e a criatividade aumentava. Assim, passamos a nos opor aos professores com base no conteúdo das disciplinas. Preparávamos a aula seguinte e partíamos para a contestação frontal, evidenciando, em turma, a incompetência de muitos (mas felizmente não eram a maioria). Recordo-me de dois afastamentos, um deles com o professor chorando em uma reunião entre os alunos e o diretor. Era a nossa forma de vingança contra incompetentes e “reaças”!

[...]

Vale recordar o episódio da formatura em 1967, o mais fiel retrato da época. Como disciplina de último ano tínhamos Finanças Públicas, cujo catedrático, [...] forçou sob ameaça, a turma para escolhê-lo paraninfo. A maioria da turma submissa, assim, sufragou seu nome, levando a menos de um terço não comparecer à formatura; estes pagaram o preço, sendo “fichados”.

Para evitar qualquer reação contrária ao governo instalado, a direção da Universidade resolver afastar professores que representassem alguma possível ameaça aos seus interesses. Esta decisão retirou diversos dos melhores professores que buscavam ensinar de forma crítica e não apenas transmitindo conhecimento (JORNAL DO COMÉRCIO, 25 de novembro de 2008).

Os afastamentos aconteciam de três formas distintas, conforme descrito a seguir (ADUFRGS, 1979):

Quando se tratasse de funcionário **vitalício** ou **estável**, a pena seria a de **aposentadoria** ou **disponibilidade**, com direito aos respectivos vencimentos; quando se tratasse de servidor **interino**, a pena seria a de **demissão** ou **dispensa**, sem direito a quaisquer vantagens.

[...]

Mas no caso dos cinco professores **exonerados** (dos quais quatro eram catedráticos e um contratado), o fato determinante da punição fora a **suspensão de seus direitos políticos**, o que lhes vedava automaticamente o exercício de função pública enquanto durasse (10 anos) a punição; daí não terem sido aposentados, dispensados ou demitidos.

O curso de Ciências Contábeis foi afetado por esta situação. O Professor Catedrático Cibilis da Rocha Viana foi exonerado da instituição. Além de representatividade acadêmica (sua biografia é tratada mais adiante neste estudo), o Professor Cibilis era politicamente contrário ao regime implantado no Brasil.

Uma vez afastado, o Professor Cibilis não voltaria a atuar na instituição. Porém, como uma forma de retratação, a UFRGS reconhece sua contribuição ao ensino contábil e, em 21 de março de 1983, a Faculdade de Ciências Econômicas emite um ofício no qual lhe concede aposentadoria como Professor Titular.

Além da aposentadoria, há um formal agradecimento por sua inestimável contribuição, como exposto no documento a seguir (Figura 14).

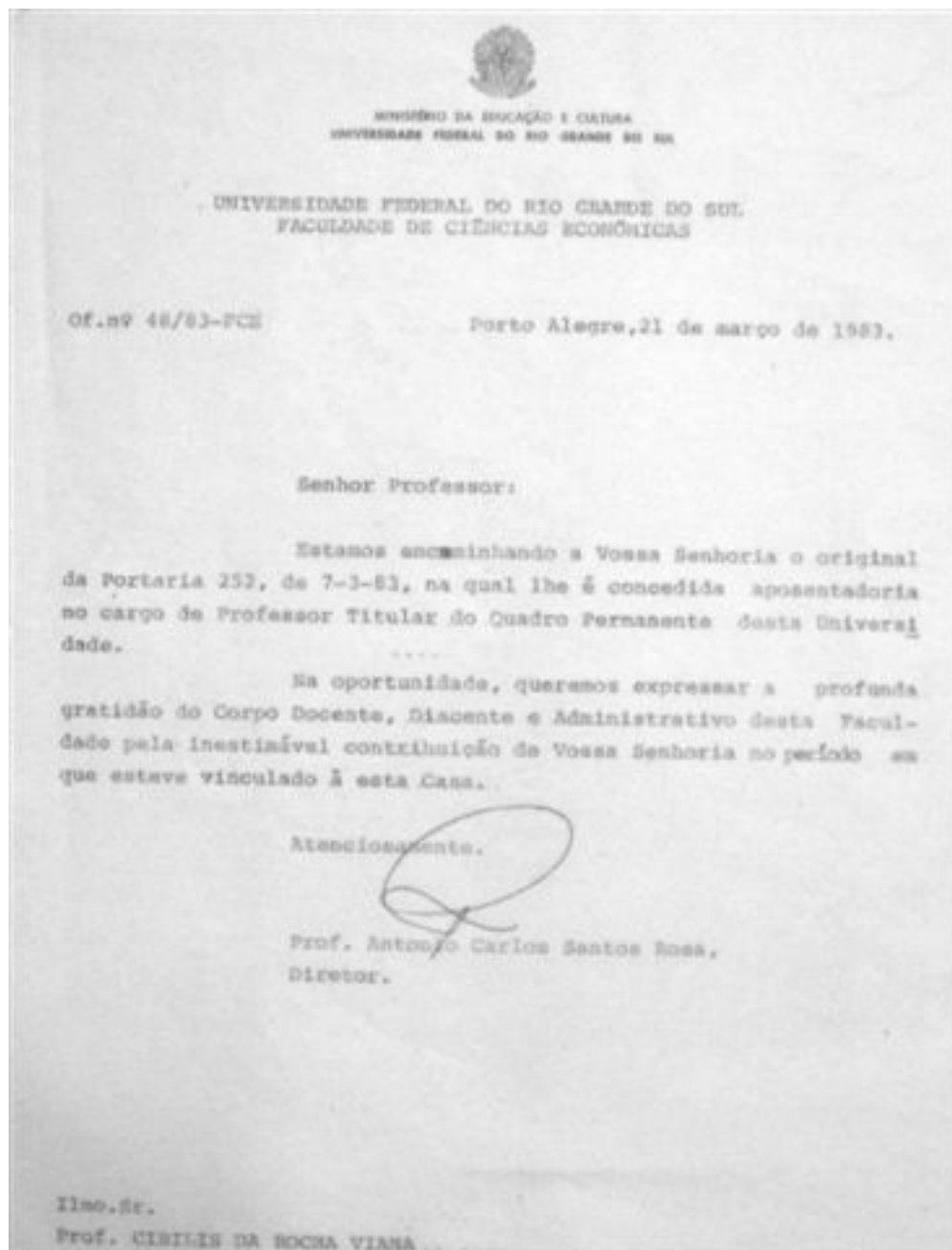


Figura 14: Ofício FCE 48/83
Fonte: UFRGS (1983).

3.3 UM CURSO DE QUALIDADE

O curso de Ciências Contábeis da UFRGS obteve o conceito cinco, máximo admitido, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), aplicado pelo Ministério da Educação (MEC, 2009). Também nas avaliações das Instituições de Ensino Superior realizadas pela Editora Abril, o curso de Ciências Contábeis tem figurado sempre como um dos melhores do Brasil (KOPS, 2008).

Situações como estas colocam o curso de Ciências Contábeis da UFRGS como o melhor do estado e um dos melhores do país. Segundo Schmidt (2008), Rocha (2008) e Handel (2008), este fato se deve a dois fatores: ao vestibular e à qualidade do corpo docente.

A seleção de alunos para ingresso em cursos da instituição pode ser verificada desde sua criação em 1909. Com a legalização do curso de Ciências Contábeis a partir de 1945, o vestibular passou a ser unificado ao de Ciências Econômicas (FENKER, 2008). O aluno escolhia entre estes cursos a partir do quarto semestre (BAGINSKI, 2008). Nesta época o vestibular não era único em toda UFRGS, cada faculdade realizava sua própria edição.

Além de prova escrita, o vestibular apresentava, nos anos de 1960 e 1970, provas orais (REBOLLO, 2008). Atualmente, é realizado um vestibular único em toda a UFRGS, onde o concorrente escolhe antecipadamente o curso a que vai concorrer.

Segundo Rocha (2008), o vestibular apresenta um elevado grau de dificuldade, que impõe um filtro ao ingresso na instituição, favorecendo os alunos mais qualificados. Handel (2008) acrescenta que esta situação permite à instituição contar com uma melhor massa crítica discente, que favorece o aprendizado coletivo.

Em relação aos professores, desde sua fundação, a instituição sempre teve bons professores. Rocha (2008) destaca que profissionais de diversos órgãos da gestão pública, de empresas de auditoria e de grandes empresas da região sempre fizeram parte do quadro docente, tanto como efetivos como substitutos. O primeiro professor de uma disciplina contábil na instituição, Sr. Israel Torres Barcelos, possuía experiência e formação na área contábil, algo pouco comum para época de criação da Escola de Comércio.

Pode-se verificar em periódicos, como a Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul e a Revista Rio Grandense de Contabilidade, assim como em livros, o trabalho de vários professores da instituição desde o começo do século XX, uma inovação para a

época. Segundo Koliver (2008), o Rio Grande do Sul ocupou posição de destaque no cenário contábil nacional até a criação da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) em 1974.

Para manter este diferencial, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais realiza concursos periódicos para professores substitutos e, em menor proporção, para a efetivação de professores, sempre considerando a formação acadêmica, a produção científica e a experiência profissional (ROCHA, 2008).

3.4 FORMAÇÃO PARA O MERCADO

A formação do contador na UFRGS está voltada para o mercado. O curso oferece uma instrução focada, principalmente, em quatro áreas do conhecimento contábil: contabilidade de custos, contabilidade societária, contabilidade pública e auditoria (ROCHA, 2008).

De acordo com Schmidt (2008), esta situação se deve à necessidade da formação dos alunos para o mercado de trabalho e às exigências das empresas contratantes. Várias empresas com participação acionária internacional e de auditoria buscam estagiários e *trainees* no curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

A realidade predominantemente prática do curso não é algo recente. O artigo 40 do Regulamento da Escola de Comércio, já na sua fundação, deixava claro a que se propunha a instituição: “O ensino será essencialmente prático, devendo quanto às matemáticas ser todo aplicado ao comércio; e quanto às línguas será efetuado de modo que os alunos consigam falar e escrever corretamente o idioma ensinado” (CARRION, 2000, p.17).

Dado este ensino voltado à prática promovido na instituição, em 19 de setembro de 1918, o Professor Waldemar Simch, responsável pela disciplina de merceologia, e mais quatorze alunos dos primeiro e quinto (segundo superior) anos realizaram uma visita à Companhia Swift do Brasil (Figura, 15), na cidade de Rosário (REVISTA DE COMMERCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1918b).

Esta viagem serviu para os alunos conhecerem as diversas seções que compunham a produção da empresa (charque, conservas, embalagens, salga e depósito de couros, guano e aproveitamento e preparo de ossos), bem como seus escritórios.



Figura 15: Alunos em viagem de estudos

Fonte: Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul (1918b, p.130).

Além de visitas técnicas, a instituição buscava promover a educação prática através de situações do cotidiano profissional. Embora em número insuficiente, os chamados escritórios modelos (Figura 16) favoreciam a proximidade do aluno com a realidade do mercado (FORTINI, 1953).



Figura 16: Escritório Modelo do Instituto Médio de Comércio
Fonte: Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul (1919, p.12).

Na década de 1980, diante da evolução da informática, a direção do curso de Ciências Contábeis inova, ofertando disciplinas de tecnologias aplicadas à contabilidade (FENKER, 2008). Poucos profissionais estavam habilitados a lecionar estas disciplinas. Dentre estes, optou-se pelo Professor Eloy Fenker, devido, principalmente, ao seu conhecimento tecnológico (HANDEL, 2008).

Mesmo apoiado em regimentos internos e em concordâncias de alguns professores, o ensino totalmente prático está sujeito a críticas.

Para Koliver (2008), a falta de disciplinas humanísticas na formação contábil empobrece o profissional, diminuindo-lhe sua capacidade cognitiva e dificultando um melhor entendimento e argumentação dos fatos. Ressalta, ainda, que um profissional deve conhecer outras ciências e doutrinas para construir uma melhor interação com outros segmentos.

Rocha (2008) e Kops (2008) comentam que a coordenação do curso sabe da necessidade de inserção de disciplinas humanísticas. Mas ressaltam que dada a complexidade do currículo e o limitado prazo para formação do profissional, torna-se difícil a inclusão destas.

Kops (2008) comenta, ainda, que se tentou colocar disciplinas humanísticas nas duas últimas atualizações curriculares. Porém, devido às exigências dos órgãos educacionais teve-se que abrir mão destas em detrimento de disciplinas técnicas. Como exemplo cita a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Contabilidade Internacional no começo de 2008.

Esta constante atualização do currículo do curso de Ciências Contábeis o torna, segundo o jornal Valor Econômico, como o curso mais atualizado frente às alterações provocadas pela harmonização internacional da contabilidade (ROCHA, 2008).

Como um reflexo do ensino predominantemente prático, a produção científica discente tornou-se irrelevante nas últimas décadas, motivada, também, pelo fato de a maioria dos docentes terem atividades laborais em tempo integral, dedicando apenas algumas noites para o curso (HANDEL, 2008).

A inexistência de um curso de pós-graduação contábil na instituição, também corrobora para a pouca produção. Como forma de contornar este problema, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais contratou novos professores em regime de dedicação exclusiva e implantou, a partir de 2009, a obrigatoriedade de um trabalho de conclusão de curso para os formandos na graduação (SCHMIDT, 2008).

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade (NECON) e o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais vem contribuindo, desde 2001, para elevar qualitativa e quantitativamente as publicações deste Departamento, oferecendo cursos de especialização e mestrado em temas contábeis, vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas (CORAZZA, 2008).

O NECON edita desde 2001 a Revista Contexto, tratada a seguir.

3.5 A UFRGS E OS PERIÓDICOS CONTÁBEIS

A única publicação dedicada à contabilidade publicada pela UFRGS, em toda a sua história, é a Revista Contexto. Porém, algumas considerações devem ser feitas.

A Revista Rio Grandense de Contabilidade, editada inicialmente pelo Instituto Rio Grandense de Contabilidade e mais tarde pelo Conselho Regional de Contabilidade, era

editada pelo Professor Henrique Desjardins, lente da Universidade, com a colaboração de diversos outros professores. Esta revista não foi a primeira editada por lentes da instituição.

3.5.1 Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul

A Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul (Figura 17) não possuía uma ligação direta com a Escola de Comércio de Porto Alegre. Porém, sua criação em 31 de julho de 1918, nove anos após a constituição da Escola de Comércio, deve ser creditada aos senhores Aristides Casado, Alcides Antunes e Virgílio Cortese (REVISTA DE COMMERCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1918). Estes profissionais formaram-se na primeira turma do curso superior da Escola de Comércio e foram, ainda, professores desta e de outras instituições.

A revista apresentava artigos e informações de diversas naturezas, da capital e do interior do estado. Dentre estas se destaca: ensino comercial, assuntos contábeis, estoques reguladores de produtos, propagandas, exportações e importações, informações bancárias e de seguros.

Em 31 de agosto de 1921 a revista passou a ser um órgão oficial de comunicação da Associação Comercial de Porto Alegre e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (REVISTA DE COMMERCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1921).

Mesmo com a ocorrência deste fato, que representou um grande reconhecimento e valorização, colocando-a como uma publicação de abrangência estadual, a última edição ocorreu em dezembro de 1922. A coleção completa desta obra pode ser encontrada na biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.



Figura 17: Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul
Fonte: Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul (1918, capa).

3.5.2 Revista Contexto

A Revista Contexto (Figura 18) caracteriza-se por ser um periódico dedicado à publicação de artigos contábeis de professores do Brasil e do exterior. Foi criada no segundo semestre de 2001 pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e pelo NECON.

Atualmente, em sua 12ª edição, a revista conta com o Professor Paulo Schmidt como Editor, acompanhado pelos Professores Ceno Odilo Kops, João Marcos Leão da Rocha, Márcia Bianchi, Mário Guilherme Rebollo e Simone Letícia Raimundini na comissão editorial (REVISTA CONTEXTO, 2007).



Figura 18: Revista Contexto
Fonte: Revista Contexto (2001).

Deve-se ressaltar, ainda, a considerável participação dos Professores do curso de Ciências Contábeis na Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em especial em seus anos iniciais. Além de artigos, estes professores contribuíram na editoração deste periódico, em especial o Professor Olívio Koliver, sobre o qual comenta-se na seção 3.7.9.

3.6 PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES NOS ÓRGÃOS DA CLASSE CONTÁBIL

A participação de professores da UFRGS em instituições representativas da classe contábil é uma tradição na instituição (ROCHA, 2008).

Anteriormente à criação da Escola de Comércio, diversos lentes de escrituração mercantil, tanto em aulas particulares como em colégios, participaram efetivamente em entidades como o Club Caixeiral Porto-Alegrense e o Club de Guarda-Livros, visto que a atividade de Guarda-Livros estava relacionada diretamente às atividades comerciais do Estado. Porém, nada se encontrou a este respeito.

Mesmo antes da criação do curso de Ciências Contábeis e dos Conselhos Federal e Regionais, em 1945, alguns professores da Escola de Comércio de Porto Alegre já participavam ativamente de movimentos de classe ligados à atividade de guarda-livros.

O Sr. Israel Torres Barcelos, primeiro professor de uma disciplina contábil na Escola, no começo do século XIX, era membro ativo da Associação dos Empregados de Porto Alegre, que também agregava Guarda-Livros (AEC, 1949).

Com a criação do Instituto Rio Grandense de Contabilidade, em 1933, o Professor Alcides Dias Antunes (Figura 19), que havia se formado na primeira turma do curso superior da Escola de Comércio, assume sua direção como fundador e primeiro presidente deste instituto, cargo que ocuparia até a sua morte em 1935 (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1935b).



Figura 19: Alcides Dias Antunes
Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935b).

O Professor Henrique Desjardins, catedrático da Faculdade, assumiria, mais tarde, o Instituto Rio Grandense até o ano de 1945. Com a Criação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul em 1946, este Instituto deixa de existir, cedendo espaço ao órgão recém criado. Como reconhecimento recebeu o registro nº 1 no Conselho Gaúcho, e foi o seu primeiro presidente, atuando de 1947 a 1949 (CRC/RS, 2008).

O Professor Holy Ravanello, além de ter atuado como componente ativo no plenário do CRC/RS na gestão do Professor Henrique Desjardins, foi presidente no ano de 1951 (CRC/RS, 2008).

Já o Professor Olívio Koliver, dentre outras funções, foi presidente por quatro mandatos, nas seguintes gestões: 1980 a 1981, 1982 a 1983, 1994 a 1995 e 1996 a 1997 (KOLIVER, 2009).

Outros professores da Universidade também atuaram fortemente no CRC/RS e em outros órgãos. Dentre estes citam-se: Edgar Saul Corrêa de Oliveira, Altemo Gomes de Oliveira, Nelson Rokembach, Egon Handel, José Olavo Nascimento, Jorge André Prates Aveline e Albino Mathias Steinstrasser (CRC/RS, 2008).

Em 1º de novembro de 2001 o CRC/RS cria um Centro de Cultura Contábil contendo uma biblioteca dedicada a obras contábeis em prédio próprio. Dada a significativa importância de dois professores do curso de Ciências Contábeis para este conselho, o primeiro recebe o nome de Centro de Cultura Contador Dr. Olívio Koliver e a segunda passa a se chamar Biblioteca Contador Albino Mathias Steinstrasser (CRC/RS, 2008).

Atualmente, a UFRGS mantém sua tradição de ter professores engajados em funções de destaque no Conselho Regional de Contabilidade. O Professor João Marcos Leão da Rocha exerce a função de Ouvidor e a Professora Ana Tércia Lopes Rodrigues atua como Vice-Presidente de Gestão (KOPS, 2008).

3.7 BIOGRAFIAS

Diversos professores deixaram sua contribuição ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias. A partir deste ponto apresenta-se parte da vida e obra de alguns destes professores, que deixaram um legado importante para as gerações futuras, mediante suas publicações e atuações.

3.7.1 Albino Mathias Steinstrasser

Albino Steinstrasser (Figura 20) nasceu em Porto Alegre no dia 21 de março de 1913. Era filho de Jorge Steinstrasser e Anna Mathias Steinstrasser (UFRGS, 2009).



Figura 20: Albino Mathias Steinstrasser
Fonte: CRC/RS (2009).

Formou-se contador pelo Instituto de Ensino Comercial do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre em 31 de dezembro de 1942, sendo registrado no CRC/RS com o número 515 em 15 de outubro de 1947 (CRC/RS, 2009).

Atuou, profissionalmente, como contador em escritório próprio, na Rua João Obino, e na empresa de auditoria Steinstrasser e Bianchesi Auditores, em sociedade com o Sr. Eliseu Bianchesi, na Avenida Goethe, ambos em Porto Alegre. Ingressou como docente na UFRGS no dia 13 de maio de 1961, quando defendeu sua tese, recebendo o título de doutor e catedrático nas disciplinas de Estrutura e Análise de Balanços e de Revisão de Perícias

Contábeis, atividade que exerceu até 22 de março de 1983, quando se aposentou (UFRGS, 2009).

Escreveu artigos para o VIII e IX Congressos Brasileiros de Contabilidade, para a X Conferência Interamericana de Contabilidade, em Punta del Este, e para a Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2009).

O Professor Steinstrasser publicou dois livros: *Estrutura e Análise de Balanço* (1954) e *a Perda de Substância das Imobilizações Técnicas em Períodos Inflacionários* (1960), ambos pela Editora Sulina.

Baginski (2009) ressalta a grande capacidade de ensinar e o conhecimento sobre o tema apresentados por este professor. Além de sua contribuição acadêmica, atuou fortemente no Conselho Regional de Contabilidade, tanto que, como reconhecimento, a biblioteca deste órgão recebeu o seu nome.

3.7.2 Cibilis da Rocha Viana

Filho de Justino Pereira Viana e Maria Leonor da Rocha Viana, Cibilis da Rocha Viana (Figura 21) é natural do 2º Distrito de Tapes, atual município de Sentinela do Sul, no Rio Grande do Sul, onde nasceu em 23 de agosto de 1919 (VIANA, 2009).

Formou-se no curso de Administração e Finanças da UFRGS em 1944 obtendo os registros de contador sob o nº 3.131, e de economista (CRC/RS, 2009).

Ingressou como docente na instituição no final da década de 1940, onde, em dezembro de 1955, recebeu o título de doutor ao ser aprovado no concurso de títulos e provas para o provimento da cadeira de Contabilidade Geral (UFRGS, 2009).

Ocupou diversos cargos na gestão pública, como Auditor de Finanças da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul e Relator da criação da Contadoria-Geral do Estado; Assessor do Conselho Técnico do Ministério da Fazenda (1957); Chefe do Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (19691); Chefe da Assessoria Econômica da Presidência da República (1961/1963); Co-Autor e principal relator da Lei Federal nº 4.320 que disciplinou a atividade financeira da União, Estados e Municípios, Membro da Comissão Nacional de Energia Nuclear (1964); Presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) (1963/1964) (VIANA, 2009).



Figura 21: Cibilis da Rocha Viana
Fonte: Viana (2009).

Como docente, atuou até o ano de 1964, quando foi expurgado da instituição por apresentar opinião contrária ao regime ditatorial, sofrendo, ainda, a suspensão dos direitos políticos por dez anos (ADUFRGS, 1979).

O Professor Cibilis apresentava-se como oponente ao governo nacional implantado a partir de 1964. Segundo Ott (2008), foi membro ativo na vida política do Sr. Leonel de Moura Brizola, com quem, por diversas vezes, trabalhou, chegando a ser ministro da República.

Em 07 de agosto de 1983 foi aposentado como professor pela UFRGS, com reconhecimento por seus serviços prestados à educação na instituição. Após sua exoneração mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde vive até os dias de hoje (UFRGS, 2009).

Sua contribuição para as Ciências Contábeis pode ser verificada em diversas obras. Na Revista Rio Grandense de Contabilidade existem diversos artigos de sua autoria.

O Professor Cibilis escreveu, também, os livros: Teoria Geral da Contabilidade (Editora Sulina, 1955); Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro: uma política nacionalista para vencer a atual crise econômica (Editora Civilização Brasileira, 1967); Compêndio de

Contabilidade Geral (Editora Sulina, 1962); A Dinâmica do Desenvolvimento Econômico (Editora Paz e Terra, 1968).

3.7.3 Egon Handel

Filho de Christof Heinrich Handel e Carlota Luisa Handel, o Professor Egon Handel (Figura 22) nasceu em 20 de outubro de 1939 na cidade de Panambi, no Rio Grande do Sul (CRC/RS, 2009).



Figura 22: Egon Handel
Fonte: Handel (2009a).

Em 1962 ingressou no curso de Ciências Contábeis na UFRGS, onde formou-se em dezembro de 1965. Em dezembro de 1966 concluiu o curso de especialização para professores do ensino técnico, na mesma instituição (UFRGS, 2009).

Sua trajetória como discente foi marcada pelo esforço e pelo destaque acadêmico. Além de ter sido o primeiro aluno a exercer a função de monitor, auxiliando colegas com

dificuldades, recebeu como prêmio por seu rendimento acadêmico, duas bolsas de ensino para pós-graduação (HANDEL, 2008).

A primeira oferecia-lhe um curso na Alemanha, através da DAAD – *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (serviço alemão de intercâmbio acadêmico). A segunda oferta estava amparada na concessão de bolsas pela Lei Estadual nº 3023/57, conhecida como Lei Brossard, que custeava todas as despesas do aluno para estudos em outros países (HANDEL, 2008).

Após optar pelos benefícios da Lei Brossard, foi estudar na *Michigan State University*, nos Estados Unidos da América. Lá obteve, no ano de 1969, o título de *Master of Business Administration, major in Accounting*, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (UFRGS, 2009).

Handel (2008) comenta que este curso lhe rendeu um diferencial profissional e acadêmico. Dada a influência européia no ensino contábil brasileiro durante a sua formação, os ensinamentos norte-americanos deram-lhe uma visão diferenciada, principalmente em relação à gestão patrimonial. O Professor Handel foi responsável por inserir o modelo de educação e prática contábil norte-americano no curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

Retornando ao Brasil, ingressou como docente no curso de Ciências Contábeis da UFRGS, onde atuou como professor de disciplinas associadas à auditoria e, ainda, por diversas vezes, como Coordenador do curso de Ciências Contábeis e Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias (UFRGS, 2009).

Segundo Rocha (2008), o Professor Egon Handel dedicou-se firmemente na qualificação e evolução do curso, cobrando empenho e dedicação dos professores do departamento. Já Rebollo (2008) afirma que a sua contribuição representou um salto qualitativo para o curso de Ciências Contábeis da UFRGS.

Além da UFRGS, o Professor Handel participou de mais de 30 cursos de especialização em diversas instituições de ensino e, no primeiro semestre de 1989, lecionou auditoria na Universidade de Maputo, em Moçambique, através de um convênio firmado entre a UFRGS e a Universidade Eduardo Mondlane, reconhecido pelas Nações Unidas (HANDEL, 2009b).

Profissionalmente, é responsável, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por uma empresa de auditoria, na qual é sócio-gerente, além de ter atuado em empresas

internacionais de auditoria, e ser conselheiro fiscal e administrativo de grandes empresas de dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul (HANDEL, 2009b).

Atuou como presidente no Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul nos anos de 1971 e 1972 e na Associação dos Professores do Ensino Superior de Contabilidade (APESC) nos anos de 1981 a 1984 e de 1991 a 1993 (HANDEL, 2009b).

Possui trabalhos publicados na Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, na I Convenção de Contabilidade do Rio grande do Sul e no Encontro dos Professores do Ensino Superior de Contabilidade, promovido pela APESC (CRC/RS, 2009).

3.7.4 Helmuth Stapenhorst

Nascido em 09 de outubro de 1925, em Estrela, no Rio Grande do Sul, Helmuth Stapenhorst (Figura 23) era filho de Ernesto Henrique Stapenhorst e Guilhermina Stapenhorst (CRC/RS, 2009).



Figura 23: Helmuth Stapenhorst
Fonte: UFRGS (2009).

Em 1941 concluiu o curso propedêutico da Escola de Comércio de Porto Alegre e, em 15 de dezembro 1944, na Escola Técnica de Comércio do Sindicato dos Empregados no

Comércio de Porto Alegre, formou-se em contabilidade. Já em 1975 formou-se em direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre (UFRGS, 2009).

Devido à sua formação contábil, foi registrado como Contador no CRC/RS sob o número 3.385, em 08 de outubro de 1948. Seu registro foi baixado em 21 de fevereiro de 1991 devido ao seu falecimento (CRC/RS, 2009).

Na Universidade, exerceu atividades no Colegiado do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, no Conselho Departamental da Faculdade de Ciências Econômicas, da Comissão Coordenadora de Debate sobre o Regimento e Estatuto da UFRGS. Foi, ainda, Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Membro da Comissão de Licitação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) através da UFRGS (UFRGS, 2009).

No Curso de Ciências Contábeis, lecionou as disciplinas de Auditoria Fiscal e Contabilidade Administrativa desde 01 de junho de 1973, quando entrou, mediante concurso, como professor (UFRGS, 2009).

Profissionalmente, sempre atuou como fiscal de tributos na Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e, posteriormente, no Ministério da Fazenda, onde aposentou-se em 1982 (UFRGS, 2009).

Pouco material científico pode ser creditado ao Professor Stapenhorst. Em 1989 publicou, na Revista A Granja, o artigo A Parte do Boi que o Leão Come, tratando dos impostos incidentes sobre a atividade agropecuária (UFRGS, 2009).

Sua maior contribuição acadêmica pode ser creditada a sua organização e meticulosidade na instrução dos seus alunos e na organização do curso de Ciências Contábeis e do Departamento de Ciências Contábeis (BAGINSKI, 2008).

3.7.5 Henrique Desjardins

Filho de Paulo Desjardins e Elisabeth Nectoux Desjardins, Henrique Desjardins (Figura 24) nasceu em Porto Alegre no dia 06 de fevereiro de 1893 (CRC/RS, 2009). Formou-se no Curso Superior da Escola de Comércio de Porto Alegre em 1924 (VALLE, 1974).

Atuou como Presidente do Instituto Rio Grandense de Contabilidade até seu fechamento e posterior fundação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, onde foi, no período de 1947 a 1949, presidente desta instituição (CRC/RS, 2008).

Foi responsável por uma coluna onde esclarecia dúvidas contábeis de profissionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de escrever diversos artigos para a Revista Rio Grandense de Contabilidade. Utilizando, ainda, os pseudônimos de Júlio Anderson, Mário Aragão, Coruja Sobrinho e Jorge Risaviski, respondia pela quase totalidade dos artigos apresentados em algumas edições desta revista (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1953).



Figura 24: Henrique Desjardins
Fonte: CRC/RS (2009).

Profissionalmente, o Sr. Desjardins atuava em escritório próprio, situado à Praça Conde de Porto Alegre nº 29, no centro de Porto Alegre. Seu escritório oferecia serviços, entre outros, de perícias judiciais e extra-judiciais, revisões de escrita contábil, assistência contábil, defesas e recursos perante à Delegacia Regional do Imposto de Renda, abertura, cancelamento e distrato de sociedades (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1958).

Atuou, também, como lente da Universidade do Rio Grande do Sul, onde fundou uma de suas cátedras (UFRGS, 2009) e da Escola Mauá, atuando, inclusive, como diretor (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1955)

Publicou três livros voltados à contabilidade. Dois foram pela Editora Globo. Um em 1941, chamado Arte de Registrar os Fatos Administrativos das Entidades Comerciais, e outro em 1955 com o título de Contabilidade Comercial. O seu terceiro livro, Ciência e Técnica Contábil, foi publicado em 1957 pela Editora O Autor.

Dada a sua atuação na criação do CRC/RS, foi registrado, neste órgão profissional da classe contábil, sob o nº 1 (Figura 25), onde sua assinatura aparece tanto como profissional quanto presidente responsável.

Após longa dedicação ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, afastou-se de suas atividades em 28 de agosto de 1959 (CRC/RS, 2009).

Conselho Regional de Contabilidade
RIO GRANDE DO SUL

CARTEIRA E REGISTRO N.º Um	CATEGORIA Contador	N.º REGISTRO NA D. E. C. 5.934
--------------------------------------	------------------------------	--

Expedida a: **Henrique Desjardins**

Filiação: **Paulo Desjardins e Elisabeth Nectoux Desjardins.**

Data do nascimento: **6 / 2 / 1893**

Nacionalidade: **Brasileira.**

Naturalidade: **Porto Alegre.**

Provisionado em **10/ 5 / 32**, de acordo com a alínea **VII** do art. 2.º do Decreto n. 21.033, de 1932, P. Alegre, **27 de setembro de 1947**

Henrique Desjardins
PRESIDENTE DO C. R. C. (FIRMA RECONHECIDA NO VERSO)

Henrique Desjardins
ASSINATURA DO PROFISSIONAL

ESTA CARTEIRA TEM O VALOR LEGAL DE CARTEIRA DE IDENTIDADE E TERÁ FÉ PÚBLICA, CONFORME ART. 18 DO DECRETO LEI N.º 9595 DE 97-5-46.

(SÓ TEM VALOR COM O CARIMBO DO C. R. C.)

IMPRESSÃO DIGITAL (POLEGAR DIREITO)

1947

PAGOU A ANUIDADE RELATIVA AO EXERCÍCIO DE

Henrique Desjardins
TESSEIRO

Figura 25: Registro do CRC/RS de Henrique Desjardins
Fonte: CRC/RS (2009).

3.7.6 Holy Ravello

Holy Ravello nasceu em Porto Alegre, no dia 14 de maio de 1914, filho de João Ravello e Carolina Ravello (CRC/RS, 2009).

Em 1937 formou-se em Administração e Finanças na Escola de Comércio na Universidade de Porto Alegre (VALLE, 1974). Devido ao Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, este professor não possuía titulação específica em contabilidade. Porém, o Decreto 21.033 assegurava seu direito de exercer a profissão de contador.

Obteve o registro nº 3 no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Ao lado do Professor Henrique Desjardins, foi membro ativo deste conselho em sua fundação e presidente no ano de 1951 (CRC/RS, 2009).

Em 1958 o Prof. Ravello entrou, mediante concurso, como Catedrático de Contabilidade Pública na UFRGS, momento no qual defendeu a sua tese intitulada A Consolidação dos Balanços Públicos, seus fundamentos teóricos e aspectos técnicos (UFRGS, 2009). Fez parte do Conselho de Curadores da Universidade, do Colegiado do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, do Conselho Departamental e foi chefe do Departamento de Ciências Contábeis (UFRGS, 2009).

Colaborou com diversos artigos para a Revista Rio Grandense de Contabilidade e para a Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, com foco em contabilidade pública e ensino contábil.

3.7.7 Jorge André Prates Aveline

Conhecido como Jorge Aveline (Figura 26), este professor nasceu em Porto Alegre no dia 16 de janeiro de 1922. Seus pais chamavam-se Alfredo Porto Aveline e Rhea Silvia Prates Aveline (CRC/RS, 2009).

Formou-se contador pelo Colégio Rosário em 1945, obtendo o registro nº 1.444 no CRC/RS. Além da formação contábil, era: advogado (OAB/RS nº 12.730); economista (CREP nº 206); técnico em administração (CRTA nº 463); jornalista (MT nº 1.143); e publicitário (MT nº 316) (AVELINE, 1989).

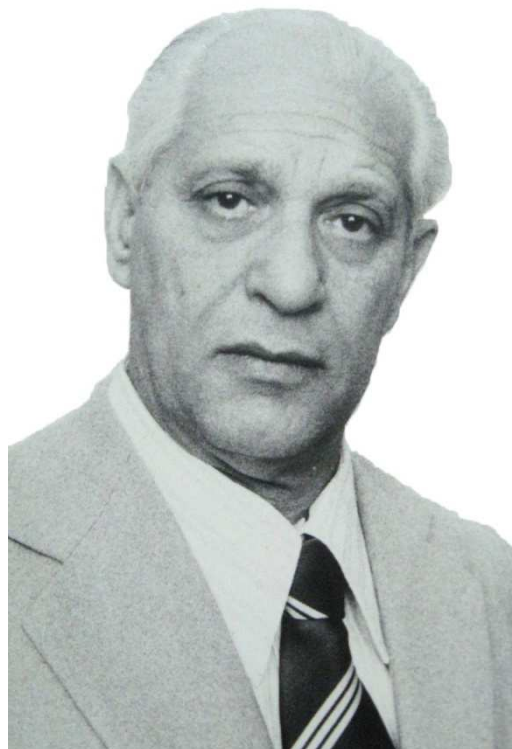


Figura 26: Jorge André Prates Aveline
Fonte: AVELINE (2009).

Como formação complementar, participou dos seguintes cursos: Teoria Econômica e Estatística (1953); Problemas Econômicos (1953); Direito Tributário e Legislação Fiscal (1967); Correção Monetária das Contas de Capital Próprio e do Ativo Imobilizado (1968); Atualidade Tributária Brasileira (1971); Correção Monetária do Ativo e Variação ambial (1973); e Nova Lei das S/A (1977) (AVELINE, 1989).

Profissionalmente, atuou em seu escritório próprio, situado na Rua Andrades Neves nº 90, no centro de Porto Alegre e em várias empresas como consultor. Foi, também, membro de vários conselhos, entidades e empresas de auditoria (AVELINE, 1989).

Na UFRGS ingressou como assistente do Professor Henrique Desjardins no ano de 1951, atuando nos cursos superior e técnico. Lecionou as disciplinas de organização e contabilidade bancária, organização e contabilidade de seguros, contabilidade de empresas diversas e prática profissional contábil (AVELINE, 1989).

Além da UFRGS, lecionou em diversas instituições de níveis superior e técnico. Dentre estas destacam-se: Escola Técnica do Sindicato dos Empregados no Comércio de

Porto Alegre (1951-1952); Liceu Sul Rio Grandense (1951-1952); Escola Técnica de Comércio Tiradentes (1952); Escola de Comércio Mauá (1953-1955); Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUC/RS (1958) (AVELINE, 2009).

Na vida política, militou ao lado do Professor Cibilis da Rocha Viana e do então governador do Rio Grande do Sul Leonel de Moura Brizola, para quem elaborou o plano de estatização da atual Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), tendo, no período da ditadura, participado do jornal de esquerda O Clarin (AVELINE, 2009).

Contribuiu com várias revistas, sendo a maioria de temáticas contábeis: Revista Rio Grandense de Contabilidade; Revista Paulista de Contabilidade; Revista de Estudos Técnicos e Econômicos; Revista SOTEC (seguros e capitalização); Revista de Seguros; Revista das Sociedades Anônimas; Revista A Notícia; Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul; Revista do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre; Revista Serefaco (serviço de repressão a falências e concordatas); Boletim da Associação Comercial e Industrial de São Leopoldo; Boletim de Seleções Contábeis da COAD (AVELINE, 1989).

Foi colaborador, também, dos jornais A Hora, O Clarin, Diário de Notícias, Folha da Tarde e, principalmente, no Jornal do Comércio, ao qual se dedicou com maior ênfase (AVELINE, 1989).

Publicou dois livros sobre contabilidade. O primeiro, publicado pela Editora Fotogravura do Sul em 1970, chama-se Consultas e Pareceres (contabilidade e sua relação com o imposto de renda e o direito comercial). Já o segundo, foi publicado pela Editora Ortiz em 1989, e intitulava-se Direito Empresarial e Contabilidade.

O Professor Aveline dedicou-se, ainda, ao esporte, principalmente ao pugilismo e ao judô, como praticante e comentarista esportivo. Este fato o tornava bastante popular com os alunos da UFRGS, que por diversas vezes o homenagearam (REBOLLO, 2008).

Após sua morte, em 1990, foi homenageado pela Câmara Municipal de Porto Alegre, que determinou que uma praça situada no Bairro Ipanema passasse a se chamar Praça Jorge Aveline. EM 1991, o Jornal do Comércio também lhe prestou uma homenagem póstuma (AVELINE, 2009).

3.7.8 José Olavo do Nascimento

O Professor Nascimento (Figura 27) nasceu em 22 de fevereiro de 1932, na cidade de São Sebastião do Caí, Filho de José Pereira do Nascimento e Celina Dias do Nascimento (CRC/RS, 2009).



Figura 27: José Olavo do Nascimento
Fonte: CRC/RS (2009).

Realizou os seguintes cursos: extensão universitária sobre racionalização administrativa na UFRGS (1955), formação e aperfeiçoamento de professores do ensino comercial, com ênfase em contabilidade pública e contabilidade geral na UFRGS (1956), extensão universitária sobre macro-economia e uma capacitação sobre gerência financeira (1965) (NASCIMENTO, 1969).

Graduou-se em Ciências Contábeis na UFRGS em 14 de dezembro de 1960, registrando-se com o nº 4716 no CRC/RS. Profissionalmente, atuou em seu escritório próprio, que situava-se na Rua Avaí nº 15, no centro de Porto Alegre (NASCIMENTO, 1969).

Sua relação acadêmica com o curso de Ciências Contábeis da UFRGS estabeleceu-se em 24 de janeiro de 1967, quando foi contratado para a disciplina de contabilidade geral, em substituição ao Professor Cibilis da Rocha Viana, afastado em 1964. Anteriormente, o

Professor Nascimento atuou no curso Técnico em Contabilidade da instituição (UFRGS, 2009).

Posteriormente, foi-lhe repassada a disciplina de Contabilidade Pública. Esta foi a especialidade que lhe atribuiu maior reconhecimento acadêmico. Segundo Kops (2008), mesmo não tendo grande atuação profissional em órgãos governamentais, o Professor Nascimento foi o maior ícone da Contabilidade Pública estadual e nacional, sendo responsável pela elaboração de diversas obras utilizadas até a atualidade.

Em suas publicações podem-se encontrar vários estudos contemplando temas como contabilidade geral, contabilidade pública, gestão pública e ensino da contabilidade. Escreveu trinta e três artigos para a Revista Brasileira de Contabilidade, setenta e dois para a Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, três trabalhos para a Revista Paulista de Contabilidade e quatorze trabalhos apresentados em eventos contábeis.

Além de diversos artigos, escreveu os seguintes livros: Contabilidade: textos, esquemas, fórmulas e exercícios (Editora Stilo, 1972); O Orçamento Público: aspectos relevantes (Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1986); Contabilidade Pública (SUDESUL, 1971); Um Plano de Contas para Prefeitura (1979); Um Plano de Contas Integral para Prefeituras (1969); Apontamentos de Contabilidade Pública (CFTP, 1965); A Despesa Pública: alguns enfoques preambulares (CRC/RS, 1992); Inventários nos Entes Públicos e Temas Conexos (CRC/RS, 2002); Apontamentos de Contabilidade Geral (DAECA, 1970); Análise dos Balanços das Entidades Públicas (SENAM, 1968); Perfil Profissional: alguns dados relevantes; Contabilidade Pública: temas selecionados (Editora Autor, 1968) (CRC/RS, 2009).

Em 30 de março de 1984 o Professor José Olavo do Nascimento aposentou-se pela UFRGS (UFRGS, 2009).

3.7.9 Olívio Koliver

Filho de Alfredo Willy Koliver e Johanna Koliver, nasceu em Porto Alegre em 12 de janeiro de 1937 (CRC/RS, 2009). Graduou-se em Ciências Contábeis e Atuariais em 18 de dezembro de 1958 pela PUC/RS e em Ciências Econômicas pela UFRGS em 25 de novembro

de 1964. Cursou especialização em *Betriebswirtschaftf* na Universidade de Köln, na Alemanha (UFRGS, 2009).

Em 1973 defendeu a tese O Balanço de Resultados das Empresas Industriais perante uma banca examinadora composta pelos Professores Doutores Antonio Cesar Alves, Alexandre Vertes, Sebastião Gomes de Campos e seu orientador, Albino Mathias Steinstrasser. O Professor Waldir Comerlato também participou de sua defesa como representante da área profissional (KOLIVER, 2009)

Profissionalmente, o Professor Olívio Koliver (Figura 28) possui extenso currículo. Dentre suas experiências destaca-se: Sócio-Gerente da empresa Koliver & Cia., Auditores e Consultores, fundada em 1960 em associação com Bento Silvério Dias Netto; Consultor e *Controller* em empresas nacionais e internacionais; Conselheiro Fiscal e Administrativo de indústrias gaúchas e de uma rede de hotéis (KOLIVER, 2009).



Figura 28: Olívio Koliver
Fonte: CRC/RS (2009).

A carreira docente começou em 24 de abril de 1961, quando ingressou como Professor na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUC/RS, de onde se afastou no segundo semestre de 1989. De 1962 a 1968 atuou na atual Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Na UFRGS atuou de 1º de março de 1964 a 1998 nas disciplinas de Estrutura e Análise de Balanço, Análise Empresarial, Contabilidade Orçamentária, Contabilidade de Custos I e II e Contabilidade Industrial (KOLIVER, 2009).

O Professor Olívio Koliver colaborou com diversos cursos de especialização da UFRGS e cursos de mestrado da Fundação Visconde de Cairu (em Salvador, Bahia), na área de Custos e Análise de Custos, e no Centro Universitário UNA (em Belo Horizonte, Minas Gerais) (KOLIVER).

Foi palestrante em seminários e conferências nos seguintes países: Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Panamá, México, Porto Rico, Estados Unidos, França, Alemanha, Finlândia, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Áustria, Bolívia e Itália (KOLIVER, 2009).

Sua atuação em órgãos profissionais contábeis não se limitou ao território nacional. Participou como presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul em quatro mandatos, do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre por seis anos, vice-presidente técnico do Conselho Federal de Contabilidade de 1998 a 2001, membro titular da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, presidente da Comissão de Investigação Contábil (AIC) por quatro vezes (quatro anos) e representante da América Latina na Comissão de Educação da *International Federation of Accountants* (IFAC) por cinco anos (KOLIVER, 2009).

Dada sua contribuição à profissão contábil, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul prestou-lhe homenagem, dando o nome de Contador Dr. Olívio Koliver ao centro cultural criado nesta instituição em 1º de novembro de 2001 (CRC/RS, 2008).

Segundo Ott (2008), o Professor Olívio Koliver representa um dos profissionais contábeis mais cultos do Brasil. O próprio Professor Koliver argumenta que o profissional contábil deve buscar muito mais do que apenas o conhecimento específico. Segundo ele, deve-se conhecer também filosofia, artes, música e outras ciências (KOLIVER, 2008).

Publicou, até o final de 2008, artigos em vários periódicos. Destaca-se sua participação na Revista de Contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio grande do Sul. Sua primeira edição foi impressa em 1972 e, desde sua criação até o nº 132

(julho de 2008), o Professor Olívio Koliver só não publicou na edição nº 4, de 1973 (CRC/RS, 2009).

Na Revista Brasileira de Contabilidade encontram-se 44 artigos de sua autoria, e outros 19 trabalhos em periódicos diversos (KOLIVER, 2009).

Além dos artigos em revistas, produziu, também, os seguintes livros: A Contabilidade e os Contadores a serviço do Judiciário, editado pelo CRC/RS em 2003; A Contabilidade e a Controladoria, tema atual e de alta relevância para a Profissão Contábil, CRC/RS, 2005; O Balanço de Resultados das Empresas Industriais diante da Análise Externa, Editora Staff, 2005; Estrutura e Análise de Balanços, Editora Staff, 2005; Contabilidade de Custos, Editora Juruá, 2008.

Ao longo de sua atividade profissional acumulou mais de quarenta e cinco prêmios e homenagens, dentre os quais se destacam: Contador Veterano, outorgado pela *Asociación Interamericana de Contabilidad* (1979); diploma por serviços prestados ao Conselho Federal de Contabilidade; por três vezes o Prêmio Roberto Casas Alatríste (1983/1997/2001); Mérito Contábil Senador João Lira (1985); Mérito Contábil Maranhense (1989); Prêmio Dr. Juan Arévalo, concedida pelas Associação Interamericana de Contabilidade, *Federación Argentina de Consejos Profissionais em Ciencias Económicas* e *Federación Argentina de Graduados em Ciencias Económicas* (1996); Acadêmico Emérito do Estado de Rondônia (1997); *Mérito Profesional*, Associação Interamericana de Contabilidade (2000); *Ordenanza Municipal do Concejo Municipal de La Provincia Cercado del Departamento de Cochabamba* (2001); Comenda da Ordem do Mérito Alvarista, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (2002) (KOLIVER, 2009).

3.7.10 Rudolf Ornstein

O Professor Ornstein (Figura 29), filho de Ernest Ornstein e Aloisia Ornstein, nasceu em 28 de março de 1912, na cidade de Viena, na Áustria (UFRGS, 2009).

Tanto a sua formação básica quanto a superior ocorreu em sua cidade natal. No período entre 1922 e 1930 cursou o ginásio e o colegial, prestando, a seguir, vestibular, chamado na época de exame de maturidade (ORNSTEIN, 1990).



Figura 29: Rudolf Ornstein
Fonte: UFRGS (2009).

Em 1932 ingressou no curso de Ciências Comerciais na Universidade de Economia de Viena, onde diplomou-se como Bacharel em Ciências Comerciais em 1936. No mesmo ano de sua formatura entrou para o curso de pós-graduação, em nível de doutorado, em Ciências Econômicas, com especialização em economia industrial. Porém, a defesa de sua tese ocorreu apenas no ano de 1958, quando obteve o título de Doutor (ORNSTEIN, 1990).

Sua relação com a UFRGS começou no ano de 1961, quando passou a lecionar no curso de extensão de aperfeiçoamento de contabilidade industrial. Já em 1962 passou a atuar nas disciplinas de Análise de Custos, Contabilidade Orçamentária, Contabilidade de Custos e Contabilidade Administrativa para o curso de Ciências Contábeis e nas disciplinas de Análise de Custos e Metodologia Básica de Custos para o curso de Ciências Administrativas (UFRGS, 2009).

No Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS foi orientador de diversos profissionais que atuavam ou passaram atuar como docente. Dentre eles: Mário Guilherme Rebollo, Carlos Antonio De Rocchi e Ilse Maria Beuren.

Nos anos de 1966 e 1967, através de uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, realizou um estágio como livre docente na *Gratuete Scholl of Business Administration*, em Berkeley, Califórnia (Estados Unidos da América), na área de planejamento e orçamento, e custos (ORNSTEIN, 1990).

Entre maio e junho de 1970 participou, através de um programa de intercâmbio acadêmico, de seminários realizados em cinco universidades da Alemanha, onde versava sobre problemas do ensino de Ciências Gerenciais (ORNSTEIN, 1990).

Profissionalmente, atuou como consultor em diversas empresas industriais no Rio Grande do Sul, com ênfase em aplicação de sistemas de custos e gerenciamento de produção. Obteve maior destaque nos segmentos industriais gráfico, cutelaria e de fabricação de óleos (ORNSTEIN, 1990).

Publicou mais de vinte artigos em periódicos como a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Boletim de Marketing e *Escritos Contables* (Argentina) (ORNSTEIN, 1990).

Além dos artigos, encontra-se um livro escrito com o Sr. Antonio Carlos Santos Rosa, intitulado Custos na Indústria Gráfica, pela Abigraf em 1970, e três monografias: A Situação da Indústria de Óleos Vegetais no Rio Grande do Sul (1956); Análise de Custos (1968), O Sistema de Custos (1973).

Sobre sua atuação como docente, Koliver (2008) exalta que suas qualidades eram inquestionáveis. Seu excelente conhecimento em relação à contabilidade de custos e gestão serviu de exemplo na formação de diversos profissionais. Em sua biblioteca particular, podia-se encontrar mais de mil obras dedicadas à área de custos, todas publicadas em alemão.

Exerceu suas atividades docentes na UFRGS até os últimos dias de sua vida, falecendo quatro dias após sua última aula (REBOLLO, 2008).

3.8 CONSIDERAÇÕES

O curso de Ciências Contábeis da UFRGS destaca-se não apenas por ter sido o primeiro a ser criado no Rio grande do Sul. Sua história contempla personagens e fatos que marcaram a história do estado e do país nos últimos cem anos.

Verifica-se que o ensino predominantemente técnico é fruto do desenvolvimento social ocorrido concomitante ao seu crescimento, com clara influência dos ideais positivistas que,

mesmo com as mudanças de gestão ocorridas desde a vinculação com a Faculdade de Direito, até sua estatização, tanto estadual quanto federal, permaneceram por várias décadas.

As características e eventos do curso vão muito além do que os relatados neste estudo. Parte da história da instituição e de muitos de seus personagens perdeu-se ao longo dos anos, por falta de preservação e por falta de registro de memórias.

A contribuição dada pela instituição e seus professores pode ser confirmada pelo grande número de livros publicados entre os anos de 1940 e 1970. Pode-se encontrar livros como o elaborado pelo Professor Henrique Desjardins em 1957, que já abordava temáticas como os princípios contábeis, e o livro Teoria da Contabilidade do Professor Cibilis da Rocha Viana, editado em 1955.

Considerando a época da edição destas obras, as temáticas abordadas, e a qualidade das publicações, constata-se que o Rio Grande do Sul projetava-se no cenário nacional como uma das regiões mais produtivas no que tange às Ciências Contábeis.

Alguns professores da UFRGS também contribuíram com outras instituições de dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul. O curso de Ciências Contábeis da PUC/RS, por exemplo, contou com a presença de professores como Albino Mathias Steistrasser e Olívio Koliver.

Existiam, também, relações estabelecidas com professores de outras instituições. Dentre estas destaca-se o Professor Alexandre Vertes, titular na UNISINOS, que mantinha contato com Professores como Olívio Koliver, Jorge Aveline e Egon Handel, entre outros.

Todavia, nem todos os fatos ou percepções dos entrevistados remontam situações positivas. A concentração de excelentes profissionais de diversas áreas da política e da economia gaúcha, com posicionamentos diferentes, causava, por vezes, algumas animosidades entre os professores e, até mesmo, entre os coordenadores de curso e departamento.

Optou-se por desconsiderar estas situações, que eventualmente poderiam reacender algumas diferenças, visto que se objetiva contribuir com a divulgação do crescimento acadêmico-profissional contábil gaúcho, exaltando suas qualidades e características marcantes.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do ensino contábil no Rio Grande do Sul, a exemplo de outros estados da federação, é fruto da dedicação de diversos profissionais que, muitas vezes, mesmo sem entender suas técnicas e métodos, percebiam a sua necessidade para a gestão das organizações, e passavam a oferecer seu ensino a comunidade.

O ensino contábil gaúcho passou por diferentes fases até chegar ao estado atual. Seus primeiros indícios remontam ao ensino prático, com os mais experientes ensinando os aprendizes, principalmente em órgãos públicos e nas forças armadas.

Em torno de 1870 percebe-se o ensino contábil associado ao ensino comercial. No começo, o ensino comercial poderia ser encontrado como uma disciplina do ensino secundário para, após, dedicar-se cursos específicos a este aprendizado.

A profissão contábil desta época, exercida pelos guarda-livros, estava associada diretamente às funções comerciais. Desta forma, com o surgimento de entidades de classe associadas ao comércio, o ensino, principalmente da “escripturação mercantil”, ganha um maior espaço na região.

Com a maior necessidade de contratação de guarda-livros e auxiliares, algumas instituições de ensino passam a oferecer cursos comerciais e a primeira organização da classe contábil no Rio Grande do Sul é criada em 1894.

Já em 1901 é criado um dos cursos comerciais mais representativos, marcando significativamente a instrução contábil no estado e influenciando a fundação, em 1909, da Escola de Comércio de Porto Alegre, que mais tarde se tornaria a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS que, a partir de 1946, passaria a oferecer o primeiro curso de Ciências Contábeis.

A instrução na UFRGS consolida a formação contábil pública e gratuita, servindo de modelo para os outros cursos posteriores. Dentre suas diversas características, a presença de professores com formação e experiência profissional diferenciada, e o elevado número de publicações num período em que pouco se produzia, representam boa parte de seu diferencial.

No ano em que se comemora 100 anos da fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, espera-se que este estudo tenha colaborado no delineamento da origem do ensino contábil no Rio Grande do Sul e no reconhecimento dos profissionais e entidades que contribuíram para sua formação. Porém, devido a limitações, acredita-se que se possa expandir, em breve, este estudo.

4.2 RECOMENDAÇÕES

Espera-se que este estudo possa servir de base e motivar novas pesquisas no campo histórico relacionado com a contabilidade.

No Rio Grande do Sul há a necessidade de se examinar como se deu o ensino contábil em diversas regiões. Principalmente em cidades como Rio Grande, Pelotas, Passo Fundo e Santa Maria, entre outras, que representam pólos econômicos e históricos em suas regiões.

Considerando, também, a região metropolitana de Porto Alegre, outras instituições merecem ser estudadas. Cursos como o do Colégio Rosário, que originou a PUC/RS e o do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, tiveram grande contribuição a área contábil do Estado.

Além dos cursos, uma série de organizações contábeis foram criadas no Estado. Boa parte destas instituições não está mais em atividade, porém, suas trajetórias devem ser recuperadas e divulgadas.

Da mesma forma, ao longo deste estudo foram identificados diversos professores que participaram efetivamente em diversas instituições, colaborando com o ensino contábil, mas que não foram abordados. O estudo de biografias favorece, além do conhecimento específico, identificar suas ideologias e percepções sobre o assunto investigado.

REFERÊNCIAS

- A FEDERAÇÃO. **Curso Commercial**. Porto Alegre, 26 de janeiro de 1894, p.05.
- A REFORMA. **Anúncio Collégio Emulação**. Porto Alegre, 06 de janeiro de 1870, p.02.
- A REFORMA. **Anúncio de Emprego para Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1894, p.03.
- A REFORMA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 05 de junho de 1894, p.01.
- A REFORMA. **Collégio Ivo Affonso Corseuil**. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1894, p.06.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - ADUFRGS. **Universidade e Repressão: os expurgos da UFRGS**. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE - AEC. **Estatuto da Associação dos Empregados no Comércio de Pôrto Alegre**. Porto Alegre, 1950.
- ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE - AEC. **Poliantéia Comemorativa do 50º Aniversário de Fundação da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1949.
- AVELINE, Carmem. **Acervo Pessoal da Família Aveline**. Porto Alegre: 2009.
- AVELINE, Jorge André Prates. **Curriculum Vitae**. Porto Alegre: 1989.
- BAGINSKI, Carlos Henrique. Porto Alegre, 10 de dezembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).
- BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da Construção de um Trabalho Monográfico em Contabilidade: In: _____. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Manuscritos de Sebastião Ferreira Soares**. Rio de Janeiro: 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec20158-1931>>. Acesso em 18 jan. 2009.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 84, n.217, p.1-2, 1945.

CAMARGO, Antonio Eleutherio de. **Quadro Estatístico e Geographico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868.

CARRION JUNIOR, Francisco M. Um Período Conturbado . In: CARRION, Otília Beatriz Kroeff; et al. **O Ensino da Economia na UFRGS**. p. 109-115. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff. De Escola de Comércio a Faculdade de Ciências Econômicas. In: _____; et al. **O Ensino da Economia na UFRGS**. p. 15-26. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, Análise e Interpretação dos Dados. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

COLÉGIO MAUÁ. **Diploma de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 2008.

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. **Ata n. 6**. Ata de Alteração do Curso Geral. p.10. 01 de fevereiro de 1912.

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. **Ata n. 43**. Ata organização da estrutura Instituição. p.87. 13 de abril de 1936.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL – CRC/RS. **Centro de Memória Virtual do CRC/RS**. Disponível em <<http://www.crcrs.org.br/memorial/>>. Acesso em: 12 out. 2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL – CRC/RS. **Arquivo de Registros Profissionais**. Porto Alegre: 2009.

CORAZZA, Gentil. Porto Alegre, 01 de dezembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

CORREIO DO POVO. **Associação dos Guarda-Livros**. Porto Alegre, 05 de outubro de 1899, p.03.

CORREIO DO POVO. **Formatura Escola Mauá**. Porto Alegre, 31 de dezembro de 1901, p.06.

CORREIO DO POVO. **Gymnásio Municipal N. S. do Rosário**. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1928, p.05.

CORREIO DO POVO. **Ivo Corseuil**. Porto Alegre, 11 de abril de 1928, p.07.

DE ROCCHI, Carlos Antônio. **Transferência Internacional de Tecnologia Contábil**: um estudo comparativo numa perspectiva geográfico-temporal. Florianópolis: UFSC, 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

FENKER, Eloy Antonio. São Leopoldo, 31 de outubro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

FORTINI, Archymedes. **Subsídios para a História do Ensino Comercial em Pôrto Alegre:** contribuição prestada pelas Escolas Mauá e de Comércio e pela Faculdade de Ciências Econômicas da U.R.G.S.. Porto Alegre: 1953.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu Comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre:** guia histórico. 4ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA MARTINS COSTA. Disponível em: <<http://www.martinscosta.org/pgv/individual.php?pid=I288>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. Guarda-Livros, Contabilista e TOC. **Revista Eletrônica INFOCONTAB.** n.º.8. Lisboa: abril, 2006b.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. Marquês de Pombal: o “farol” da contabilidade em Portugal. **Jornal AlMinho.** n.º.64. Braga: 07 fevereiro de 2006a.

HANDEL, Egon. **Acervo Pessoal da Família Handel.** Porto Alegre: 2009a.

HANDEL, Egon. **Curriculum Vitae.** Porto Alegre: 2009b.

HANDEL, Egon. Porto Alegre, 03 de novembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** 1ª. ed. 6ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUS LUSITANIAE. **Alvará de 19 de Maio de 1759.** Disponível em <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=930>. Acesso em: 08 jan. 2009.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Expurgados da Ufrgs contam história.** Porto Alegre, 25 de novembro de 2008, p.24-25.

JORNAL DO COMMERCIO. **Collégio Rio-Grandense.** Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1894, p.05.

KNIGHTON, Judy. **How Accountants Invented Writing.** Charges Accountants Journal. Pág. 11. Fev., 2008.

KOLIVER, Olívio. **Curriculum Vitae.** Porto Alegre: 2009.

KOLIVER, Olívio. Porto Alegre, 08 de dezembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

KOPS, Ceno Odilo. Porto Alegre, 26 de novembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Problemas Brasileiros: uma perspectiva histórica**. Porto Alegre: Globo, 1980.

LOPES DE SÁ, Antonio. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.ília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

MATTHEWS, Derek. Oral Histpry, Accounting History and an Interview with Sir John Grenside. **Accounting, Business & Financial History**. v.10, nº.1, p. 57-83. 2000.

MAZERON, Gaston Hasslocher. **Notas Para a História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Consulta aos Resultados do ENADE. Disponível em: <http://enade2005.inep.gov.br/resultados?c=CUniversidade&m=mostrar_lista_area>. Acesso em: 05 de jan. de 2009.

NASCIMENTO, José Olavo do. **Curriculum Vitae**. Porto Alegre: 1969.

O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 10 de junho de 1894, p.03.

O ATHLETA. **Club de Guarda-Livros**. Porto Alegre, 17 de junho de 1894, p.03.

O ATHLETA. **Conferência**. Porto Alegre, 03 de janeiro de 1886, p.02.

O ATHLETA. **Estatutos do Club**. Porto Alegre, 08 de outubro de 1899, p.01.

O ATHLETA. **Fechamento de Turmas**. Porto Alegre, 13 de agosto de 1893, p.03.

O ATHLETA. **Funções do Club**. Porto Alegre, 01 de novembro de 1891, p.01.

O ATHLETA. **Nome do Jornal “O Athleta”**. Porto Alegre, 08 de outubro de 1899, p.05.

O ATHLETA. **Oferta de Aulas**. Porto Alegre, 02 de julho de 1893, p.03.

O ATHLETA. **Pouco Curso Commercial**. Porto Alegre, 04 de fevereiro de 1894, p.03.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. Saraiva: São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Atelmo Ferreira de. **Evolução da Terminologia Princípio Contábil Baseada na Escola Norte-Americana**. Natal: UNB, UFPB, UFPE, UFRN, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa Multiinstitucional e Inter-Relacional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Ernani de. O Nosso Sindicato em Face da Nova Lei Syndical. **Revista Rio Grandense de Contabilidade**. v.1, nº.1, p.13. Porto Alegre, 1934.

ORNSTEIN, Rudolf. **Curriculum Vitae**. Porto Alegre: 1990.

OTT, Ernani. São Leopoldo, 28 de outubro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena Cronologia do Desenvolvimento Contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração On Line – FECAP**. v. 05, nº 03, p. 39-54. São Paulo: julho/agosto/setembro, 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo; et al. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**. Edição 30 anos de doutorado, p.19-32. São Paulo: USP, 2007.

PEREIRA, João. A Inauguração Solemne da Nossa Séde Socia. **Revista Rio Grandense de Contabilidade**. v.1, nº.1, p.14-21. Porto Alegre, 1934.

PEREZ, J. T. **Porto Alegre Por Dentro e Por Fora**: visão panorâmica da capital do Estado do Rio Grande do Sul, sua vida e potencial econômico, retrato da cidade. Porto Alegre: Continente, 1945.

PEZZOLI, Sandro. **Profili di Storia della Ragioneria**. 2ª. ed. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1997.

PINHEIRO, Júlio Cesar da Paz; PINHEIRO, Ana Virginia. Sebastião Ferreira Soares: um contador no império. **Revista Brasileira de Contabilidade**. v.27, nº.112, p.28-43. Brasília: 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUC/RS. **O Athleta**. Porto Alegre: 2008.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1980.

REBOLLO, Mário Guilherme. Porto Alegre, 10 de dezembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. A História da Contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**. v.11 nº. 01. Salvador: 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. **Vultos da Estatística Brasileira**: Sebastião Ferreira Soares. v.6, nº.23, p. 419-424. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

REVISTA CONTEXTO. v.1, nº 1. Porto Alegre: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2001.

REVISTA CONTEXTO. v.6, nº 12. Porto Alegre: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2007.

REVISTA DE COMMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anúncio do Instituto Médio de Comércio**. v.2, n.1, p.12. Porto Alegre: 1919.

REVISTA DE COMMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: v.1, nº.1, 1918.

REVISTA DE COMMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: v.4, nº.8, 1921.

REVISTA DE COMMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Viagem de Estudos**. v.1, nº.3, p.130-131. Porto Alegre: 1918b.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº1. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1934.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº12. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1935b.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº4-6. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1935a.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.20, nº230-231. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1953.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.22, nº244-245. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1955.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.22, nº246-247. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1958.

ROCHA, João Marcos Leão da. Porto Alegre, 04 de novembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

RODRIGUES, Alberto Almada. A Primeira Regulamentação da Profissão Contábil em Portugal e no Brasil: a matrícula dos homens de negócios (comerciantes). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº.42. Porto Alegre: CRCRS, 1985.

RODRIGUES, Alberto Almada. Contadores e Guarda-Livros do Brasil a Partir do Ano de 1549. **Revista Brasileira de Contabilidade**. nº.71. Brasília: 1989.

RODRIGUES, Alberto Almada. Da Aula de Comércio da Corte às Escolas de Comércio dos Primórdios da República (de 1809 a 1943). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº.46. Porto Alegre: CRCRS, 1986.

RODRIGUES, Alberto Almada. Instituições Profissionais e Culturais da Ciência Contábil no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. nº. 61. Brasília: 1987.

RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell; GOMES, Delfina. State Intervention in Commercial Education: the case of the Portuguese School of Commerce. **Accounting History**. v.12, nº.55. 2007.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; GOMES, Delfina Rosa da Rocha; CRAIG, Russell. Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo. **XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social**. Aveiro: 15 e 16 de Novembro de 2002.

RODRIGUES, Nadir Bonini. **Colégio Marista Rosário: lições para a vida inteira, 1904-2004**. Porto Alegre: CMC, 2004.

SANTOS, Angélica de Vasconcelos Silva Moreira. Poder Disciplinar como Origem de Sistema Contábil de Controle no Brasil Colonial. In: **8º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria**, 24 e 25 de julho. São Paulo: USP, 2008.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHMIDT, Paulo. Porto Alegre, 11 de novembro de 2008 (entrevista concedida ao autor).

SCHMIDT, Paulo. **Uma contribuição ao estudo da História do Pensamento Contábil**. São Paulo: USP, 1996. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Programa de Pós Graduação em Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As Sociedades de Socorro Mútuo: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil: com ênfase na história da contabilidade brasileira**. 1ª. ed., 2ª. tiragem. Curitiba: Juruá, 2007.

TAUNAY, Affonso de E. Velhas Estatísticas. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 09 de julho de 1939, p.03.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - URS. **Uma Fase em Sua História: 1952-1964**. Porto Alegre: URS, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Arquivo de Registro dos Professores**. Porto Alegre: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Ofício FCE 48/83. Arquivo dos Discentes – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Porto Alegre: 1983.

VALLE, Ruth do. **Faculdade de Ciências Econômicas: sua história, sua estrutura funcional, seus docentes, seus egressos no ano de seu 65º aniversário**. Porto Alegre: 1974.

VIANA, Aurelina Laurentina. YOSHITAKE, Mariano. History of Accounting in Brazil. In: **11º World Congress of Accounting Historians**. Nantes: 2006.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Acervo Pessoal da Família Viana**. Rio de Janeiro: 2009.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio: 1909-1979**. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

WACHHOLZ, Carla Rosângela. **Alexandre Vertes: uma vida dedicada à contabilidade.** São Leopoldo: UNISINOS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

WACHHOLZ, Carla Rosângela; OTT, Ernani. Pesquisa Documental e História Oral Temática: sua utilização na elaboração de biografias de professores e pesquisadores da área contábil no Brasil. In: **7º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria**, 26 e 27 de julho. São Paulo: USP, 2007.

WANTUIL, Zeus. Viana de Carvalho. **O Mensageiro:** revista espírita-cristã do terceiro milênio. Disponível em <<http://www.omensageiro.com.br/personalidades/personalidade-33.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2009.

XAVIER, Maria Luiza Merino. **Os Incluídos na Escola:** o disciplinamento nos processos emancipatórios. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

EU ELREI Faço saber aos que este Alvará de confirmação virem, que, havendo visto, e considerado com pessoas do Meu Conselho, e outros Ministros doutos, experimentados, e zelosos do serviço de Deos, e Meu, e do Bem commum dos Meus Vassallos, que Me pareceo consultar, os Estatutos da Aula do Commercio, que forão ordenados de Meu Real consentimento pela Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, e se contém nos dezanove paragrafos escriptos em seis meias folhas de papel, que baixão com este rubricadas por Sebastião José de Carvalho e Mello, do Meu Conselho, e Secretario de Estado dos Negocios do Reino: E porque, sendo examinados os mesmos Estatutos com maduro conselho, e prudente deliberação, se achou serem de grande, e notoria utilidade para a conservação, e augmento do Bem público dos Meus Vassallos, e do Commercio: Em consideração de tudo: Hei por bem, e Me praz de confirmar os ditos Estatutos, e cada hum dos seus Paragrafos em particular, como se *verbo ad verbum* fossem aqui insertos, e declarados; e por este Meu Alvará os confirmo de Meu proprio Motu, certa sciencia, Poder Real, Supremo, e absoluto, para que se cumprão, e guardem tão inteiramente como nelles se contém. E quero, e Mando, que esta confirmação em tudo, e por tudo seja inviolavelmente observada, e nunca possa revogar-se; mas sempre como firme, valida, e perpetua esteja em sua força; e vigor, sem diminuição, e sem que se possa pôr dúvida alguma a seu cumprimento em parte, nem em todo, em Juizo, nem fóra d'elle; e se entenda sempre ser feita na melhor fórma, e no melhor sentido, que se possa dizer, e entender a favor dos mesmos Estatutos, e conservação delles: Havendo por suppridas (como se fossem expressas neste Alvará) todas as clausulas, e solemnidades do facto, e de Direito, que necessarias forem para a sua firmeza: E derogo, e Hei por derogadas todas, e quaesquer Leis, Direitos, Ordenações, Capitulos de Cortes, Provisões, Extravagantes, e outros Alvarás, e Opiniões de Doutores, que em contrario dos mesmos Estatutos, e de cada hum dos seus paragrafos, possa haver por qualquer via, ou por qualquer modo, posto que taes sejam, que fosse necessario fazer aqui dellas especial, e expressa relação *de verbo ad verbum*, sem embargo da Ordenação do livro segundo, titulo quarenta e quatro que dispoem não se entender ser por Mim derogada Ordenação alguma, se da substancia della senão fizer declarada menção: E terá este Alvará força de Lei, para que sempre fique em seu vigor a confirmação dos ditos Estatutos, e paragrafos, sem alteração, nem diminuição alguma.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Conselhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar, Meza da Consciencia e Ordens, Senado da Camara, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e Officiaes dellas, a quem o conhecimento deste pertencer, que assim o cumprão, e guardem, e lhe fação dar a mais inteira, e plenaria observancia. E valerá como Carta, ainda que não passe pela Chancellaria, e posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstantes as Ordenações em contrario. Dado em Nossa Se-

nhora da Ajuda aos 19 de Maio de 1759. — Com a Assignatura de El-Rei, e a do Ministro.

*Regist. na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino
no Livro II. da Junta do Commercio destes Reinos,
e seus Dominios a fol. 97.*



**ESTATUTOS DA AULA DO COMMERCIO ORDENADOS POR
ELREI Nosso Senhor, no Capitulo dezaseis dos Estatutos, da Junta
do Commercio destes Reinos, e seus Dominios.**

A Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Commercio, he huma das primeiras causas, e o mais evidente principio da decadencia, e ruina de muitos Negociantes; como tambem, que a ignorancia da redução dos dinheiros, dos pezos, das medidas, e da intelligencia dos cambios, e de outras materias mercantis, não podem deixar de ser de grande prejuizo, e impedimento a todo, e qualquer negocio com as Nações estrangeiras; e procurando, quanto pede a obrigação do seu Instituto, emendar esta conhecida desordem, propoz a Sua Magestade no Capitulo dezaseis dos Estatutos da mesma Junta, que se devia estabelecer huma Aula, em que presidissem hum, ou dous Mestres, e se admittissem vinte Assistentes do número, e outros supernumerarios, para que nesta pública, e muito importante Escola se ensinasse os principios necessarios a qualquer Negociante perfeito, e pela communicação do methodo Italiano, aceito em toda a Europa, ninguém deixasse de guardar os livros do seu Commercio com a formalidade devida.

1 A geral aceitação do projecto fez conhecer bastantemente que todos desejavão emendar esta falta, e que ella procedia da difficuldade de encontrar as lições, e não de applicar os estudos: A commua expectação, com que, publicados os mesmos Estatutos, se tem feito sensivel a necessaria demora para o exercicio da Aula, he huma segunda, e mais segura prova desses bem louvaveis desejos: Pelo que a mesma Junta, que na mediação deste tempo não cessou de dispôr, e dirigir á maior utilidade do Bem commum do Commercio este novo estabelecimento, em cujos acertados principios consistem os seus progressos, e a sua perpetuidade, faz publicos estes Estatutos, que hão de servir de governo á referida Aula, debaixo da Real approvação, e confirmação de Sua Magestade.

2 A determinação de hum, ou dous Mestres, para a presidencia da Aula, foi deixada ao prudente arbitrio da Junta no referido Capitulo dezaseis dos seus Estatutos; e nesta conformidade poderá a mesma Junta nomear hum sómente, como agora tem feito, porque assim pareceo conveniente, e bastante; ou, quando a experiencia mostre que hum só Mestre não póde comprehender a inspecção, e encargos, que lhe são commettidos, poderá nomear dous, distribuindo-lhe os dias, e as materias como se entender necessario.

3 O lugar de Lente da Aula he de tão importante consideração pela utilidade, que delle resultar ao Bem commum destes Reinos, que, por si mesmo, se faz recommendavel para a eleição de pessoa, que bem o possa servir: e porque os nomeados para o referido emprego se devem suppôr de tal modo desembaraçados de outras dependencias, que não tenham prejuizo em serem perpetuados nesse mesmo exercicio, se lhes continuarão os Provimentos da Junta, reformando-os em cada hum dos Triénios, em quanto o mesmo Lente se achar habil para o cumprimento das suas obrigações, e com tanto, que, tenha requerido na Junta a refôrma do Provimento findo.

4 Na fórma do mesmo Capitulo dezaseis dos Estatutos da Junta devem ser vinte os Assistentes numerarios da referida Aula, e a estes se deve contribuir com o emolumento, que se julgar bastante para animar os que tiverem meios, e sustentar os que delles carecerem para a sua subsistencia: fica porém livre á nomeação da Junta o provimento dos supernumerarios, com tanto, que não excedão de trinta, porque não pôde abranger a mais de cincoenta Discipulos o cuidado de hum só Mestre, ou Lente; e que na sua eleição se observem as condições determinadas no mesmo Capitulo, e as mais, que se declarão nestes Estatutos.

5 Porque a falta das primeiras disposições, ou elementos em alguns dos Assistentes seria motivo de impedir os progressos de outros, e de embaraçar a uniformidade de estudos, que deve haver na Aula, onde as materias, que se hão de dictar, suppõem como necessaria a sufficiente expedição em ler, escrever, e contar, ao menos nas quatro especies, pelo modo mais ordinario: não se poderá passar Provimento a pessoa alguma, sem que seja examinada pelo Lente da Aula, o qual, debaixo do encargo de sua consciencia, declare; que o pertende está habil para ser admittido, quanto a esta parte.

6 Ainda que os pertendentes, com a qualidade de filhos, ou netos de Homens de Negocios, devem ser preferidos, em iguaes circunstancias, para Praticantes, ou Assistentes do número: com tudo, porque esse mesmo meio da sua subsistencia não seja o fim ultimo da sua pertença, ficará em suspenso a nomeação dos Assistentes, que devem entrar no número; e passado o primeiro anno de exercicio, se farão exames, na presença da Junta, para que conforme os merecimentos, se hajão de prover os referidos lugares, contando-lhes os emolumentos desde o dia da abertura da Aula: Bem visto, que os filhos de Homens de Negocio Portuguezes, em igualdade de termos, assim de sciencia, como de procedimento, devem ser attendidos para a preferencia: O mesmo se deve praticar em todas as aberturas da Aula.

7 Passado o tempo competente para que se possa conhecer a capacidade, e applicação dos Assistentes da Aula, mandará a Junta fazer, e repetir exames na presença de dous Deputados, que darão parte na mesma Junta; e achando-se que não tem aproveitado á proporção do tempo, serão logo despedidos, ou lhes será dado espaço para a sua emenda, procedendo-se, em huma, e outra parte, com tal consideração, que nem se diminua, ou abata o crédito da Aula, pela negligencia, ou incapacidade dos seus Assistentes; nem delles se pertenda mais, que huma competente disposição para Negociantes perfeitos.

8 Porque nem os Estudos, ainda promovidos pela consideração dos exames, nem as esperanças em ser admittido ao número, poderão supprir o defeito causado pela pouca idade, não se poderá passar Nomeação para Praticante, ou Assistente da Aula, em quanto não cons-

Oooo

tar que o pertendente tem quatorze annos completos: Não se limita o termo, quanto aos annos, de que não devem passar; porém no concurso de muitos pertendentes, em iguaes circumstancias, sempre devem ser admittidos os de menos idade, porque mostra a experiencia, que estes são mais aptos para o ensino, e se devem suppôr mais desimpedidos para a assistencia, e Estudos.

9 Sendo huma das principaes vantagens nos Estudos das Aulas o praticar-se continuamente nellas, a materia das actuaes applicações de todos os Assistentes, o que se não poderia conseguir sem que todos concorressem em hum mesmo ponto: Não se devem repetir as Nomeações para Praticantes da Aula do Commercio, sem que finalize entre cada huma abertura o termo de tres annos, que he o tempo necessario para se dictarem, conhecerem, e praticarem os principaes objectos dos Estudos desta mesma Escola; vagando porém alguns lugares dentro dos primeiros seis mezes, se poderão prover em pessoas que tenham conhecimento das materias, que já se houverem dictado.

10 Em todas as manhãs terá exercicio a Aula [do Commercio, principiando as lições, de Inverno, pelas oito horas, e acabando pelo meio dia; e de Verão pelas sete, e acabando pela onze: e os Escriuarios, ou Praticantes da Contadoria da Junta, serão obrigados, por turno, a fazer o ponto em cada hum dos mezes, para que na mesma Junta se faça certo, que os Praticantes assistem.

11 A Arithmetica, como fundamento, e principio de todo, e qualquer commercio, deve ser a primeira parte da lição da Aula, ensinando-se aos seus Praticantes, sobre o methodo commum, e ordinario das quatro principaes especies, os motivos, e diversos modos, com que mais facil, e promptamente se achão hoje as sommas, se fazem as diminuições, e multiplicações, se abrevia a repartição, e se lhes tirão as provas: conseguida a perfeição nesta parte, se deve passar ao ensino da conta de quebrados, regra de tres, e todas as outras, que são indispensaveis a hum Commerciantes, ou Guarda livros completo; procurando sempre, que se não passe de humas a outras materias, e ainda dentro dellas, de humas a outras partes, sem que em todos haja hum geral conhecimento do que já for dictado.

12 Ao ensino da Arithmetica perfeita se deve seguir a noticia dos pezos em todas as Praças do Commercio, especialmente aquellas com que Portugal negocia; como tambem das medidas, assim de varas, e covados, como de palmos, e pés, cubicos, e singelos, e do valor commum das moedas no Paiz, em que correm, até que qualquer dos Assistentes da Aula possa reduzir, por exemplo, as varas de Hespanha, as Jardas de Inglaterra, ou os Palmos de Genova á medida de Portugal, ou de outro Reino, e o custo, e despeza da fazenda, na Praça estrangeira, ao dinheiro da outra Praça, para que se fez o transporte.

13 Porque o referido conhecimento não seria bastante para adquirir a certeza do custo das fazendas sem a noticia dos cambios; visto que nesta imaginária passagem da moeda se não attende sómente ao seu valor real; mas tambem á maior, ou menor necessidade de dinheiros em cada huma das Praças, pela qual se augmenta, ou diminui o valor arbitrario dessa mesma moeda, será esta importante materia huma parte do principal cuidado no ensino dos Assistentes da Aula; pois ainda que a sciencia dos cambios se não possa inteiramente comprehender nas idades respectivas dos ditos Assistentes, e em tão limitado espaço de tempo, especialmente considerado o cambio como hum particular, e sepa-

do ramo do Commercio; com tudo se formarão as primeiras, e sufficientes disposições para que, com a prática, e diversidade dos casos occurrentes, se hajão de alcançar as mais necessarias noticias, e não falte esta parte, ao menos, como integrante, para todo, e qualquer commercio.

14 Os Seguros com as suas distincções de loja a loja, ou de ancora a ancora; de modo ordinario, ou de pacto expresso, e a noticia das apolices, assim na Praça de Lisboa, como em todas as mais da Europa; como tambem a formalidade dos fretamentos, a prática das commissões, e as obrigações, que dellas resultão, devem ser todas tratadas, ao menos, para o sufficiente conhecimento de cada huma das partes, com o qual se adquirão as disposições para chegar á perfeição em seu tempo.

15 Ultimamente se passará a ensinar o methodo de escrever os livros com distincção do Commercio em grosso, e da venda a retalho, ou pelo miudo, tudo em partida dobrada, ainda que com differença dos dous referidos commercios; e depois se fará huma recopilação de todas estas partes, figurando aos Assistentes alguns diversos casos em themas, ou propostas, em que se possa conhecer, por huma só partida, se elles tem conseguido a competente perfeição da Arithmetica, a noticia da redução dos pezos, e das medidas, o valor dos dinheiros, a variedade dos cambios, a importancia dos seguros, e das commissões, até dar entrada onde devem nos livros do seu Commercio.

16 Completos os tres annos, se dará Certidão aos Assistentes, que houverem frequentado a Aula; e com este documento será visto o deverem infallivelmente preferir em todos os Provimientos da nomeação da Junta, assim da Contadoria, como da Secretaria, e ainda de quaesquer emprêgos, em que não estiver determinada outra preferencia. A mesma attenção se haverá com os ditos Assistentes da Aula nos Provimientos, que se mandarem passar pela Direcção da Real Fábrica das Sedas, e em todas as mais da Inspeccão da Junta.

17 Aos Caixeiros das lojas das cinco classes de Mercadores, he Sua Magestade conceder, dispensando nesta parte sómente, a disposição do §. 7. do Cap. 2 dos Estatutos da Meza do Bem commum dos mesmos Mercadores, que, havendo frequentado a Aula pelo tempo dos tres annos, possão abrir lojas por sua conta, com o exercicio de cinco annos em lugar dos seis, que estão determinados nos mesmos Estatutos.

18 Tambem Sua Magestade he Servido estender a disposição do Cap. 4. dos Estatutos da Junta, em quanto se determina, que todos os Officiaes, ou quaesquer outras pessoas, que nos mesmos Estatutos pertencem á nomeação da Junta, tenham por Juiz privativo ao Desembargador Conservador geral do Commercio, para os Assistentes da Aula, durante o tempo do seu exercicio sómente, e havendo Certidão da sua assistencia.

19 As diligencias, disposições, e zelo da Junta na Instituição desta nova Aula devem merecer a todos os Assistentes o concurso da sua applicação, para que se consigão aquelles ultimos fins, que podem resultar aos mesmos Assistentes, e ás Casas de Negocio, que delles se servirem na conducta do seu Commercio, e para que ao tempo dos seus exames não passem pela sensivel reprovação, e despedida, que vai comminada nestes Estatutos a todos os negligentes; porém mais, que todos esses motivos, deve promover ao exercicio, e aproveitamento dos Assistentes a Real confirmação, e protecção de Sua Magestade, que foi Servido aprovar, e mandar fazer publicos estes Estatutos, havendo por muito recom-

Oooo 2

mendada a sua execução. Lisboa a 19 de Abril de 1659. = José Francisco da Cruz. = João Rodrigues Monteiro. = Manoel Dantas de Amorim. = João Luiz de Sousa. = Anselmo José da Cruz. = Ignacio Pedro Quintella. = João Henriquez Mártins.

*Impr. na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo
juntamente com o Alvará antecedente.*



POR quanto os Armazens, e Terra contigua a elles no sitio da Junqueira, forão comprados em Meu Nome e para o Meu Real Serviço, á Viscondeça de Barbacena por Thomé Joaquim da Costa Real, do Meu Conselho, e Secretario de Estado dos Nogocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos pelos poderes, que Fui Servido conceder-lhe por Decreto de treze de Maio do corrente anno, não só para assignar a Escritura de compra, mas para celebrar e assignar a Escritura de Subrogação de quinze mil réis, que pagava de foro a Antonio Saldanha d'Albuquerque Coutinho Mattos e Neronha, pelos ditos Armazens, e terra contigua a elles: Hei por bem, que se junte á dita quantia de quinze mil réis de foro o rendimento do computo de dous Laudemios a vinte por milbar, que tudo somma trinta e sete mil quinhentos réis; e Mando, que pelo Conselho da Minha Real Fazenda se passe Padrão de Juro sem condição de retro, ou de tença annual perpétua com vencimento, e antiguidade de treze de Maio do corrente anno, para vencer do dito dia por diante; ficando pelo dito juro ou Tença subrogada não só o foro, mas tambem todo o direito dominical, que compete aos Administradores do dito Morgado das Caldas nos ditos Armazens e terra contigua a elles; e será assentado o dito Padrão de juro, ou tença no rendimento da Alfandega grande da Cidade de Lisboa, e tambem na Alfandega do Tabaco, para que não tendo cabimento em parte, ou em todo na dita Alfandega grande, se pague nos subejos dos rendimentos da Alfandega do Tabaco, entendendo-se por subejos tudo o que crescer, pagos e extinctos os filhos da folha, que de presente ha na dita Alfandega do Tabaco; na qual sempre os ditos Administradores do Morgado hão de ter preferencia aos filhos da folha posteriores ao dito dia do vencimento e antiguidade deste Juro, ou Tença, e além das ditas Alfandegas, em que se hade fazer assento, Mando lhe fique subsidiariamente obrigado o rendimento dos effeitos Ultramarinos, para que no caso, que em algum anno não possa este Juro, ou Tença ter cabimento em todo ou parte nas sobreditas Alfandegas, tudo o que ficar por cobrar nesse anno, será pago aos ditos Administradores do Morgado pelo rendimento dos effeitos do Conselho Ultramarino em que tambem se lhe hade fazer Assento pela mesma preferencia e antiguidade deste Juro, ou Tença, que da mesma sorte hade vencer nos effeitos do dito Conselho, tudo, o que delle não couber em cada hum anno nas sobreditas Alfandegas com certidão de que não teve cabimento em todo, ou em parte; e outro sim: Hei bem, e Mando, que no Padrão se declare, que além das sobreditas Alfandegas, e effeitos do Conselho Ultramarino, em que se hade fazer assento, hão subsidiariamente obrigados ao pagamento deste Juro, ou Tença, todos os Almojarifados prohibidos tanto de dinheiro, como de pão, para

ANEXO B – MANUSCRITOS DE SEBASTIÃO FERREIRA SOARES

321 Estas e estas breves considerações vou apresentar
 urna tabella demonstrativa das amortizações que se tem rea-
 lizado por conta das emprestimas contrahidas desde 1824 até
 1871, a fim de que se possa a simples inspecção visual, reco-
 nhecer estes factos financeiros: eis a tabella.

Amortizações e conversões da Dívida externa do Brazil

Anos das Emprestimas	- Libras esterlinas -		Valores con- tra 25/25/1825
	Nominas	Reaes	
1824	2.686.200	2.999.940	32.765.900x
1825	1.400.000	1.305.000	12.444.000x
1829	769.200	299.984	6.837.300x
1839	411.200	332.532	3.656.100x
1843	732.600	622.702	6.511.900x
1852	473.500	413.712	4.208.900x
1858	933.700	805.497	8.299.000x
1859	232.100	222.813	2.063.100x
1860	694.600	518.949	5.553.800x
1863	1.239.700	978.148	14.019.000x
1865	726.600	726.600	6.458.000x
1871	93.500	91.254	801.000x
Summa	11.322.900	9.049.991	100.649.100x

322 A tabella que acabei de produzir demonstra que
 das tres emprestimas levantadas na Praça de Londres pelo
 governo do Brazil, comprehendido o emprestimo portuguez,
 que passou para o cargo do Brazil em 1825, tem regular-
 mente pago as amortizações estipuladas, e bem assim as
 respectivas juras. As amortizações tem sido realisadas em
 dinheiro, e por conversões em novos emprestimos.

224. Em referencia as rendas e despesas cobradas de 1822 a 1825 baseio-me nos Relatorios do Conselho do Journal Junta a Regencia da Bahia, e quando o Ministro da Fazenda em 1822 e 1826, documentos muito importantes e actualmente bem raras; bem importantes porque são as unicas peças officinaes que de um modo approximado a noticia das finanças do Imperio, no tempo da Independencia; e se bem que seja muito incompletos e elementos contidos nesses Relatorios, contida a pouca que existe no Tesouro Nacional, e que sirva para organizar-se uma exposição melhor da dofallsa e do burquez de Baependy.

225 O 1º Relatorio do Conselho de Regencia da Bahia foi dirigido ao Lem. Dom Pedro 1º com data de 26 de Setembro de 1822, no qual ficou o Ministerio da Fazenda a Receta do Imperio em 3.786.000 reis, e as despesas em 3.802.000 reis, apresentando o pequeno deficit de 16.000 reis; mas este orçamento foi muito incompleto porque eu verifiquei por diversos balancos das Provincias, e pelo Relatorio de 27 de Junho de 1826, elevar-se a Receta, isto é as rendas do Brasil, em 1822, 1823, 1824 e 1825 a muito maiores sommas, e bem assim as despesas.

226 O 2º Relatorio do Conselho, então Visconde de Baependy, datado de 27 de Junho de 1826 esclarece as questões apresentadas naquelle 1º Relatorio de 1822, e calcula as rendas de 1825 em 13.439.000 reis, e as despesas em 12.038.000 reis, apresentando pois, um saldo de 608.000 reis; mas o luminoso Carecer da Honnora dos Deputados de fora pelo bair destes calculos, que eu não posso verificar não serem exactos, por falta de elementos no Tesouro Nacional. Além, pois, o que ha de mais exacto sobre as rendas e despesas publicas é o que demonstrar e o seguinte:

Receta e despesa de 1822 a 1825		
Rendas	Rendas	Despesas
1822	5.390.000	9.035.000
1823	5.350.000	8.700.000
1824	6.930.000	11.190.000
1825	7.400.000	12.490.000

Estadística das Despesas gerais do Imperio do Brasil
de 1825-26

Exercício	Ministerios						
	Imperio	Justiça	Interno	Marcinha	Guerra	Famenda	Agriculto
1825-26...	1.154.600	104.200	605.600	2.675.000	2.679.200	1.125.600	x
1826-27...	1.442.000	123.200	615.000	2.567.500	2.389.400	2.409.700	x
1827-28...	1.197.600	148.200	187.400	2.119.100	2.175.000	3.450.100	x
1828-29...	1.267.300	202.300	200.400	3.525.500	6.573.500	9.422.200	x
1829-30...	1.352.600	457.700	449.900	3.184.400	4.850.700	7.849.600	x
allocados...	1.273.000	229.100	255.600	3.018.100	3.782.300	4.913.400	x
1830-31...	1.298.600	454.500	803.600	2.329.700	4.530.600	6.949.200	x
1831-32...	1.230.400	691.400	725.500	1.574.400	3.419.500	4.472.400	x
1832-33...	897.100	227.900	2.569.500	1.272.100	3.089.100	4.089.300	x
1833-34...	858.000	381.400	138.900	1.856.400	2.185.600	5.486.400	x
1834-35...	1.105.000	528.500	226.700	1.882.200	2.824.000	6.350.300	x
allocados...	1.065.800	456.900	782.400	1.868.700	2.409.700	5.469.700	x
1835-36...	1.166.700	648.700	285.600	2.063.000	2.712.900	7.532.900	x
1836-37...	1.227.100	626.000	232.100	2.089.900	2.833.100	7.015.300	x
1837-38...	1.466.200	749.300	364.100	2.685.200	5.335.600	8.863.700	x
1838-39...	1.312.300	785.400	331.700	2.772.700	5.297.300	7.631.600	x
1839-40...	1.282.700	891.500	395.200	5.040.900	8.837.500	8.021.000	x
allocados...	1.288.600	784.220	311.140	2.970.360	5.003.800	7.110.100	x
1840-41...	2.356.200	92.8400	360.200	3.314.900	7.751.100	8.061.200	x
1841-42...	2.481.000	1.089.500	449.400	3.451.200	9.979.400	10.082.000	x
1842-43...	2.974.900	1.269.000	704.200	3.981.400	9.406.100	10.784.600	x
1843-44...	2.207.500	1.406.700	1.018.400	2.998.700	7.886.000	10.429.500	x
1844-45...	2.934.600	1.338.300	579.200	3.357.400	7.414.200	10.011.100	x
allocados...	2.590.820	1.194.950	622.200	3.450.700	8.487.360	9.878.700	x
1845-46...	3.197.100	1.126.000	466.500	3.421.500	6.464.700	9.487.700	x
1846-47...	3.161.200	1.567.200	487.300	3.969.400	6.120.400	9.656.300	x
1847-48...	3.193.200	1.575.800	450.200	3.794.000	6.039.200	10.089.300	x
1848-49...	3.617.400	1.720.100	573.600	3.909.500	7.852.000	10.676.600	x
1849-50...	4.427.100	1.823.000	387.900	4.239.200	7.317.900	10.743.700	x
allocados...	3.589.300	1.624.580	453.080	3.866.720	6.744.800	10.120.820	x

Fonte: Biblioteca Nacional (2008)

demonstrado pelas sete administrações, relativas aos exercícios
a 1874-75.

Exercício	Administrações						
	Comercio	Justiça	Instrução	Almoxarifado	Guerra	Fornecimento	Agricultura
1850-51...	4.552.300	2.012.200	1.060.000	5.165.700	9.296.600	11.818.000	
1851-52...	3.571.500	1.516.400	3.289.000	4.764.700	15.679.300	11.067.000	
1852-53...	4.100.100	2.190.200	2.162.000	4.115.300	2.190.300	11.582.600	
1853-54...	4.781.400	2.478.200	1.589.500	5.299.600	9.112.100	12.769.000	
1854-55...	6.000.700	2.862.500	1.108.400	6.066.000	10.638.000	15.064.700	
allegadas...	4.018.600	2.273.100	1.122.800	5.153.800	10.519.300	11.059.100	
1855-56...	7.992.900	2.874.000	540.500	5.201.200	11.023.200	10.521.000	
1856-57...	6.669.200	3.269.100	682.400	5.510.500	10.643.600	12.612.400	
1857-58...	8.348.900	3.130.700	1.598.700	10.496.300	14.207.000	13.380.100	
1858-59...	10.304.400	4.374.800	892.200	9.561.500	12.539.500	15.049.200	
1859-60...	10.029.700	4.713.200	860.600	9.361.000	12.925.400	14.770.400	
allegadas...	2.666.200	2.799.200	926.200	8.152.600	10.265.800	12.866.600	
1860-61...	8.026.400	4.081.200	858.900	7.905.200	11.505.700	16.133.400	2.874.500
1861-62...	4.363.900	2.867.900	787.500	7.502.900	11.364.800	12.563.100	7.611.700
1862-63...	3.822.800	2.902.400	1.682.100	7.997.200	11.265.600	21.223.200	7.566.100
1863-64...	4.312.200	2.242.000	987.200	8.116.700	12.397.800	19.815.200	7.752.200
1864-65...	5.122.000	2.976.300	4.094.100	12.317.500	2.730.2.000	20.006.600	10.526.600
allegadas...	5.149.400	3.119.300	1.632.100	9.085.900	11.287.800	19.112.900	7.466.600
1865-66...	4.364.400	3.013.200	2.222.000	19.92.2.400	60.1.00.300	22.364.500	8.563.000
1866-67...	4.365.000	3.092.900	1.362.400	17.588.500	54.478.800	28.479.700	11.581.600
1867-68...	4.152.600	3.115.600	2.158.800	23.854.600	14.742.200	44.929.800	12.502.700
1868-69...	4.101.400	2.971.100	804.600	18.040.700	63.217.000	48.958.000	10.800.900
1869-70...	4.587.400	2.902.200	772.000	16.952.700	57.882.200	42.746.400	13.776.200
allegadas...	4.363.900	3.019.200	1.662.100	19.272.900	62.584.100	37.507.800	11.894.800
1870-71...	4.101.500	3.616.000	1.120.100	12.864.700	19.210.700	40.260.800	18.523.200
1871-72...	5.026.200	3.780.600	836.000	15.779.900	16.531.500	39.402.700	21.224.200
1872-73...	7.514.900	3.591.700	1.017.700	17.395.400	24.147.600	42.200.000	25.872.400
1873-74...	7.764.400	4.876.900	1.165.700	19.988.000	19.398.000	42.187.000	2.608.400
1874-75...	8.534.300	5.352.000	1.208.600	19.228.100	18.767.300	44.377.000	2.004.700
allegadas...	6.579.600	1.824.400	1.090.600	17.029.200	19.413.100	41.762.200	2.354.600

Estadística comparada das Rendias com as
cincoenta operações realizadas de

Exercícios.	Rendias geraes	Despesas geraes	Balancas	
			Saldo	Deficit
1825-26	5.520:000	8.198:200		2.678:200
1826-27	6.042:000	9.047:800		3.005:800
1827-28	7.100:300	10.806:400		3.706:100
1828-29	12.187:600	21.794:500		9.606:900
1829-30	13.687:600	18.074:800		4.387:200
Altozinas	9.087:500	13.588:400		4.495:900
1830-31	13.945:000	16.367:100		2.422:100
1831-32	10.622:000	11.504:600		879:600
1832-33	12.148:600	12.584:500		435:900
1833-34	12.166:800	14.905:700	264:100	
1834-35	13.789:600	12.908:200	881:400	
Altozinas	12.534:400	13.053:420		519:020
1835-36	14.185:300	14.339:900		154:600
1836-37	13.721:800	13.979:500		257:700
1837-38	13.457:500	10.949:600		2.507:900
1838-39	16.980:600	10.121:000		6.859:600
1839-40	18.172:100	24.968:500		6.796:400
Altozinas	15.358:400	10.067:700		5.290:700
1840-41	18.306:700	22.779:100		4.472:400
1841-42	18.370:500	21.483:100		3.112:600
1842-43	20.715:200	29.113:200		8.398:000
1843-44	21.650:900	25.517:200		4.866:300
1844-45	21.744:500	25.634:700		3.890:200
Altozinas	20.290:900	26.190:000		5.899:100
1845-46	26.199:100	24.463:500	1.735:600	
1846-47	26.823:600	25.221:600	1.602:000	
1847-48	24.732:300	25.372:800		640:500
1848-49	26.163:000	28.289:200		2.126:200
1849-50	28.200:000	28.949:600		749:600
Altozinas	26.423:600	26.459:840		963:760

Fonte: Biblioteca Nacional (2008)

Despesas gerais do Imperio do Brazil, nas
1825-26 até o fim de 1874-75.

Exercícios	Receitas geraes	Despesas geraes	Saldo	
			Saldo	Deficit
1850-51	32.696.800x	33.680.800x		984.000x
1851-52	37.712.600x	39.845.300x		2.132.700x
1852-53	38.402.700x	31.653.200x	6.449.500x	
1853-54	35.952.500x	36.260.600x		908.100x
1854-55	36.743.900x	38.740.300x		1.996.400x
= allorçãos	36.911.700x	36.456.040x	85.660x	
1855-56	39.302.600x	40.242.800x		940.200x
1856-57	50.242.800x	40.370.000x	9.872.800x	
1857-58	50.064.500x	51.755.100x		1.690.600x
1858-59	47.903.900x	52.718.600x		4.814.700x
1859-60	44.677.600x	52.606.300x		7.928.700x
= allorçãos	46.425.800x	47.538.640x		1.887.160x
1860-61	50.132.900x	52.358.300x		2.225.400x
1861-62	52.873.100x	53.049.800x		1.176.700x
1862-63	48.649.100x	57.000.100x		8.351.000x
1863-64	55.458.300x	56.574.600x		1.056.300x
1864-65	58.079.200x	59.316.100x		1.236.900x
= allorçãos	59.033.640x	60.453.780x		1.420.140x
1865-66	61.004.500x	62.156.000x		1.151.500x
1866-67	66.486.700x	62.889.900x		3.596.800x
1867-68	72.116.400x	66.984.700x		5.131.700x
1868-69	68.922.500x	65.894.700x		3.027.800x
1869-70	94.800.800x	141.588.300x		46.787.500x
= allorçãos	72.665.580x	140.242.680x		12.412.900x
1870-71	97.706.600x	100.074.300x		2.367.700x
1871-72	105.145.900x	101.580.800x	3.565.100x	
1872-73	112.153.000x	121.894.600x		9.741.600x
1873-74	104.975.200x	122.485.500x		17.510.300x
1874-75	108.069.600x	123.373.600x		15.304.000x
= allorçãos	105.609.600x	118.681.760x		6.927.840x

*Empréstimos contrahidos em Londres pelo Imperio do Brazil
de 1824 até fim de 1875.*

<i>Anos</i>	<i>Leis que autorizaram os Empréstimos externos</i>	<i>Receitas em milhões</i>	<i>Leis por ano</i>	<i>Quantidade de Libras esterlinas e de Min. Reaes</i>		<i>Valor em cambio por 100 de 1875</i>
1824	Decreto de 5 de Janeiro de 1824	75	5	3.686.200	2.999.940	32.766.400
1825	Convenção de 29 de Agosto de 1825	93	5	1.400.000	1.305.000	12.146.200
1829	Decreto de 26 de Outubro de 1828	52	5	765.200	399.984	6.227.300
1839	O mesmo decreto	76	5	411.200	312.532	2.625.100
1843	Convenção de 22 de Julho de 1842	85	5	732.600	622.502	6.571.500
1852	Decreto de 21 de Janeiro de 1852	95	4 1/2	1.040.600	954.250	9.245.700
1858	Decreto de 14 de Agosto de 1857, e do Governo de 1858	95 1/2	4 1/2	1.526.500	1.125.000	12.568.800
1859	Lei de 23 de Setembro de 1857	100	5	508.200	508.000	4.575.500
1860	Decreto de 1857, 1858 e 1859	90	4 1/2	1.573.000	1.210.000	12.504.300
1863	Lei de 27 de Setembro de 1860	88	4 1/2	3.856.200	3.200.000	34.269.000
1865	Lei de 26 de Julho de 1865	74	5	6963.600	5.000.000	61.298.000
1871	Decreto de 16 de Novembro de 1870	89	5	3.169.600	3.000.000	30.752.700
1875	Leis dos annos de 1871 e 1873	96 1/2	5	5.301.200	5.000.000	47.121.300
				31.027.000	26.087.882	275.792.700

Fonte: Biblioteca Nacional (2008)

438 Para melhor elucidar a historia da Divida publica do Imperio vou apresentar um a demonstração, da qual se conhece o quantum da mesma divida corresponde a cada um das reinadas que tem tido o Brasil; demonstrarei primeiro a divida contractada nos dois reinados terminados do Sr. D. João 6.º e do Sr. D. Pedro 1.º, e depois tratarei de demonstrar o termino do Sr. D. Pedro 2.º, actual Imperador.

Demonstração da Divida Publica contractada nos reinados do Sr. D. João 6.º e D. Pedro 1.º.

	Parcial	Total
D. João 6.º		
Emprestimo ao Banco do Brasil	9.574.000	21.615.200
Dito portuguez de 1822, em Londres	12.041.200	
D. Pedro 1.º		
Emprestimos de 1824, 1829, em Londres	39.603.200	60.948.220
Comissão de applicação da Divida interna	13.257.200	
Uso de cobre e cunhadura	12.125.600	
Emprestimo do Banco do Brasil	5.740.900	
	74.726.900	
Amortizações dos empréstimos ext. 3.450.500		
Pagamentos ao Banco do Brasil	9.819.700	
Amortizações de applicação	514.400	
	13.778.580	

Comma da Divida contractada nos dois reinados em total 22.563.420

439 Vi-se que nos dois primeiros reinados a divida publica se elevou a 22.563.420 reis, sendo no reinado de D. João 6.º a comma de 21.615.200 reis; comprehendendo o empréstimo portuguez de 1822, que fez a convenção de 29 de agosto de 1825 tomara o Brasil a di o seu pagamento; e no reinado de D. Pedro 1.º se augmentou a divida em mais 60.948.220 reis.

Demonstração da Dívida Pública contraída no Resarcimento do Sr.
D. Pedro 2.^o, distinguindo a Regencia da Independência.

	Parcial	Total
Época da Regencia		
Empréstimo externo de 1839	3.655.100	
Comissão de policias da dívida interna	17.428.200	
Valor de letras do Tesouro Nacional	21.318.900	
Valor de Papel Moeda	1.810.756	
Valor de alvaredo de cobre	1.455.900	
	102.728.856	
Amortização da Dívida externa	4.757.400	
Valor da Dívida interna	3.482.200	
Recallimento de Papel Moeda	8.575.124	
Pagamento ao Banco do Brasil	9.098.120	
Valor da Moeda de Cobre	1.642.100	
Pagamento de Letras do Tesouro	29.878.300	72.031.264
		30.691.552
Época da Independência		
Empréstimos externos	220.090.200	
Comissão de policias da Dívida interna	255.642.700	
Comissão de Papel Moeda	269.894.144	
Comissão de Letras do Tesouro	429.617.600	
Alvaredo de Nickel e bronze	325.700	
Dívida fluctuante e depósitos	35.967.390	
	2.085.463.734	
Amortização da Dívida externa	54.009.000	
Comissão da mesma dívida	38.432.500	
	92.441.500	
Amortização de policias	2.648.500	
Recallimento de Papel Moeda	1.520.95.500	
Pagamento de Letras do Tesouro	127.995.500	152.627.500
		559.389.632
Somma		689.887.194

440 Demonstra a tabela que precede ser a dívida contraída no Reinado de Dom D. Pedro 2.º de 589.887:194 reis, pertencendo ao governo da Regencia 30.697:562 reis, e ao governo da actual monarchia 559.189:632 reis.

Esta dívida sommada com a contractada nos reinados de Dom D. João 6.º e Dom D. Pedro 1.º perfazem o total de 672.450:614 graves, importância da Dívida fundada e fluctuante no fim do exercicio de 1874-75 conforme os documentos officiaes; a qual se recapitula na tabela seguinte.

Recapitulação por Reinados.	
Reinado de D. João 6.º	21.515.000
Reinado de D. Pedro 1.º	60.940.200
Reinado de D. Pedro 2.º	589.887.194
Somma	672.450.614

441 Para que se possam bem apreciar a origem da Dívida Publica de cada reinado, vou apresentar em brevesimas syntheses, não só o tempo que durarão esses reinados, como os encargos principaes que occorrerão, e bem assim a renda media de cada reinado; factos indispensaveis e essenciaes para se conhecer o marcha economico do pais.

442 O Reinado de Dom D. João 6.º como Principe Regente começou no Brasil em 1808, e terminou em 22 de abril de 1821, com a sua retirada para Portugal, entregando o governo do Reino do Brasil a seu filho o Principe D. Pedro de Alcantara, que de pois foi o 1.º Imperador do Imperio Americano.

Durou portanto no Brasil o Reinado de Dom D. João 6.º, como Principe Regente e como Rei treze annos e tres meses, visto tem chegado ao Brasil em principio do anno de 1808.

ANEXO C – JORNAL O ATHLETA



Fonte: PUC/RS (2008)

ANEXO D – DIPLOMA DE GUARDA-LIVROS DA ESCOLA MAUÁ



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

AUTORIZAÇÃO

Eu, Marco Aurélio Gomes Barbosa, CPF 924.987.100-78, autorizo o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS, a disponibilizar a Dissertação de minha autoria sob o título **ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO HISTÓRICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS**, orientada pelo Prof. Dr. Ernani Ott, para:

Consulta Sim Não

Empréstimo Sim Não

Reprodução:

 Parcial Sim Não

 Total Sim Não

Divulgar e disponibilizar na Internet gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da minha Dissertação citada acima, no *site* do Programa, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet

 Parcial Sim Não

 Total Sim Não Em caso afirmativo, especifique:

 Sumário: Sim Não

 Resumo: Sim Não

 Capítulos: Sim Não Quais _____

 Bibliografia: Sim Não

 Anexos: Sim Não

São Leopoldo, 14 de janeiro de 2010.

Assinatura do(a) Autor(a)

Visto do(a) Orientador(a)